

Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa
Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – Segurança e Defesa
2020-2023



**UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA**

O Discurso Político como Fábrica de Realidades

**A Narrativa de Volodymyr Zelensky da Guerra Russo-
Ucraniana entre Fevereiro e Abril de 2022**

Tomás Sarmiento Caldeira

Orientadora: Professora Doutora Livia Franco

9 de julho de 2023

Agradecimentos

À Professora Doutora Livia Franco, pela orientação, no sentido pleno do termo; e pelas revisões profundas do texto, sempre em tempo recorde.

À minha família, cujo investimento na minha educação permitiu estes agradecimentos e pela transmissão dos valores do trabalho, do sacrifício, do conhecimento e da verdade. Ao apoio inestimável e indispensável dos meus pais na revisão do texto e na troca de ideias. Ao gosto que me inculcaram, pela leitura e pela procura de conhecimento.

À Inês, por me conhecer melhor que ninguém, talvez melhor que eu mesmo, por acreditar em mim e pelo incentivo que me deu a estudar Ciências Políticas e Relações Internacionais.

Aos meus amigos, demasiados, para uma dedicatória individual, que honre a nossa amizade. Exceções feitas ao Mateus Frazão e ao Afonso Luís, cujos comentários e críticas construtivas me permitiram aperfeiçoar esta obra; e ao Samuel e ao Thomas Piedade, merecedores de menção, pela amizade que sobrevive ao teste do tempo. Por fim, à Mestre Leonor Barroco, que me acompanhou da Universidade Nova para a Universidade Católica, pelas vezes em que me assistiu, de forma avisada, com os números das salas de aula.

*O Discurso Político como Fábrica de Realidades e a Narrativa de Volodymyr Zelensky da
Guerra Russo-Ucraniana entre Fevereiro e Abril de 2022*

Em memória de Manuel Gil Caldeira

“Eva colheu a maçã para a conhecer. Mas para o deus que quer ser o Único e
incontestado Deus, esse é o primeiro dos pecados”¹

(Carlo Rovelli)

¹ Rovelli, C. (2020). *Anaximandro de Mileto ou o Nascimento do Pensamento Científico*. Edições 70. Pág. 149-150.

ÍNDICE

Lista de Abreviaturas e Siglas Usadas	7
Introdução	8
Modelo Teórico	11
Perguntas de Partida	11
Objetivos	11
Metodologia.....	12
PARTE I – O DISCURSO POLÍTICO COMO FÁBRICA DE REALIDADES....	14
I. A Criação de Significados: O Construtivismo das Relações Internacionais na sua Vertente Pós-Modernista e a Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança.	15
1. Pressupostos Teóricos	15
2. Entre o Imaginário e o Imaginado: A Narrativa Política.....	31
3. Da Transmissão de Significados: O Discurso Político	42
4. Contingências do Significado: O Contexto Securitário	48
II. Conclusão: O Discurso Político como Fábrica de Realidades?	52
PARTE II – A NARRATIVA DE VOLODYMYR ZELENSKY DA GUERRA RUSSO-UCRANIANA ENTRE FEVEREIRO E ABRIL DE 2022.....	55
Nomes e Notas sobre as Personagens Principais das Narrativas em Análise	56
<i>Livro I: A Europa em Guerra</i>	<i>58</i>
I. O Dia Z: 24 de Fevereiro de 2022.....	58
II. A Ucrânia é uma Democracia Europeia.....	62
III. A Federação Russa é uma Ameaça Existencial para a Europa.....	65
IV. Uma Guerra entre o Bem e o Mal	68
<i>Livro II: A União Faz a Força</i>	<i>73</i>
I. Mais Valia Prevenir do que Sancionar.....	73
II. Mas... Mais Vale Sancionar Tarde do que Nunca.....	75
Livro III: O Inferno da Santa Rússia	81
I. Genocídio e Fome: O Terrorismo do Regime Nazi Russo	81
II. Dos Horrores da Guerra ao Cárcere: A Responsabilização da Rússia	86
Livro IV: Glória à Ucrânia, Glória aos Heróis!	89

I. As Garantias da Paz: Adesão à União Europeia e à Aliança Atlântica	89
Epílogo	93
Notas	95
Conclusão	99
Bibliografia e Webgrafia	107

Lista de Abreviações, Acrónimos e Siglas Usadas

APA – Acrónimo de *American Psychological Association*, cujo manual de referenciação foi adotado, nesta dissertação.

Cfr. – Forma abreviada de confrontar.

Ed. – Abreviatura de edição.

E.g. – Abreviatura do vocábulo latino *exempli gratia*, significando “por exemplo”.

EUA – Acrónimo de Estados Unidos da América

I.e. – Abreviatura do vocábulo latino *id est*, significando “isto é”.

MiG – Acrónimo, para os caças soviéticos, derivado do fabricante *Mikoyan i Gurevitch*.

MNE – Acrónimo de Ministério dos Negócios Estrangeiros.

NPP – Sigla de *Nuclear Power Plant*, usada, nomeadamente, por Volodymyr Zelensky, para se referir às centrais nucleares ucranianas de Chernobil e Zaporíjia.

ONU – Acrónimo de Organização das Nações Unidas.

Op. cit. – Abreviatura da expressão latina *opus citatum*, significando “obra citada”.

OTAN – Acrónimo de Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Pág. – Abreviatura de página.

PCC – Sigla de Partido Comunista Chinês.

Reimp. – Abreviatura de reimpressão.

R.I. – Sigla de Relações Internacionais.

SWIFT – Acrónimo de *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*; sistema de comunicação de mensagens e transações financeiras, utilizado, por bancos em todo o mundo.

UE – Sigla de União Europeia.

UNOCHA – Acrónimo de *United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*.

Introdução

Esta dissertação versa sobre o papel e a relevância da comunicação política na abordagem aos fenômenos internacionais, nomeadamente em contexto de guerra. Na Parte I, discorremos sobre este papel e a sua relevância política e securitária; na Parte II, contrastamo-lo com um estudo de caso atual, a saber: a narrativa de Volodymyr Zelensky da guerra russo-ucraniana entre fevereiro e abril de 2022.

A Parte I começa com uma crítica do paradigma dominante das Relações Internacionais, sustentado nas doutrinas do Neorrealismo e do Neoliberalismo; veremos como desvalorizam a agência dos líderes políticos – isto é, a sua faculdade de agir e de tomar decisões, por entre condicionantes estruturais – desresponsabilizando-os e legitimando formas de agressão e de violência. Verificadas estas fragilidades na investigação em Relações Internacionais, partiremos, para o estudo do discurso político como fábrica de realidades²; entenda-se, com isto, que todo o discurso político postula uma determinada verdade, espacial, histórica e socialmente contingente. É sustentado, por narrativas políticas que o compõem; evocam realidades construídas, impregnadas de significado social, cujo conhecimento é apreendido, no decorrer dos processos de aprendizagem e de socialização. A sua transmissão pressupõe uma relação de poder entre quem transmite e quem recebe a mensagem. Analisá-la-emos de três formas: na sua conceção, na sua transmissão e no contexto da sua emergência social.

Os significados, reduzidos à sua génese, são meras abstrações emanadas do exercício da inteligência individual. É a aceitação social que lhes confere realidade; a construção mental, reflexo solipso do engenho humano, passa então a vigorar socialmente: torna-se suscetível de ser observada e introduz-se entre as normas que moldam a atuação do agente em sociedade. Para tal, precisam de ser transmitidas. Os atos locutórios, nas Relações Internacionais, como noutras áreas da ação humana, são instrumentos privilegiados de transmissão narrativa; são veículos de intenções. As elites e os seus líderes políticos encontram-se numa posição privilegiada, para comunicar com os restantes membros da sociedade. A verdade enunciada é um produto histórico destas

² Expressão nossa, inspirada na seminal conclusão de MAJA ZEHFUSS: “*language does not describe or represent reality: rather it creates reality*”. Zehfuss, M. (2002). *Constructivism in International Relations: The Politics of Reality*. Cambridge University Press. P.153.

elites. Por fim, atenha-se à natureza contextual do discurso: em primeiro lugar, tanto os emissores como os destinatários são um resultado de um tempo e de um espaço, físico e social; por conseguinte, a linguagem empregue no discurso acarreta idiossincrasias; por outro, reflete os interesses de quem fala e a sua posição social face a quem ouve. A verticalidade desta relação é atestada em emergências sociais, situações mais propícias à assunção, pelas elites, do monopólio da verdade.

Diremos, então, que o discurso político é uma fábrica de realidades, na medida em que constitui a transmutação de um pensamento individual numa construção social, assim cristalizando. E que é um produto de uma elite, já que o poder de definição de uma agenda, nos meios de comunicação social e política, está vedado ao comum dos mortais. Neste sentido, diremos também que a comunicação é uma arma e que, em R.I., onde convivem poderes e interesses instalados, é usada, para perpetuar relações de poder de forma sub-reptícia. Admitir o discurso político como fábrica de realidades é reconhecer o potencial criativo da comunicação em política; é recomendar o estudo da palavra e da referência, ligadas que estão ao funcionamento da vida em sociedade.

Retiradas estas conclusões, é disposta a narrativa, do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, da guerra russo-ucraniana. O período em análise tem início em fevereiro de 2022 e finda em abril desse mesmo ano. Partindo deste caso prático, procuraremos demonstrar o poder da palavra em contacto com o mundo social e a importância da comunicação em política internacional.

Galvanizando a população dos países do Ocidente³, em torno da causa ucraniana, o presidente ucraniano conseguiu o que não conseguiram os seus antecessores, em 2014: uma resposta imediata, forte e unida, dos países europeus e do «Ocidente», contra a Federação Russa. Entre fevereiro e abril de 2022, iniciará um périplo, discursando, para os líderes das capitais europeias, dos Estados Unidos da América e de Israel. Fevereiro, março e abril seguiram-se à invasão russa e foram os meses mais prolíficos da atividade discursiva de Zelensky. Foi, também, neste espaço temporal, que foi imposta a maioria dos embargos e sanções à Federação Russa e que se acelerou o fornecimento de armamento e ajuda económico-financeira à Ucrânia. No final de abril, os hidrocarbonetos russos terão sido alvo de embargos, por parte dos seus maiores importadores: os países

³ Nesta dissertação, a palavra Ocidente será usada no seu sentido político-ideológico e não geográfico.

européus. Os bancos russos serão excluídos do sistema *SWIFT*, os seus ativos financeiros, na Europa, serão congelados, e as transações bloqueadas. A ajuda financeira e militar, à Ucrânia, incluirá: os poderosos mísseis, norte-americanos, anti-tanque, *Javelin*; caças polacos *MiG*, de origem soviética; e drones turcos, *Bayraktar*.

A estrutura da dissertação recomenda o confronto entre as Partes I e II. Só assim se poderá constatar a sua natureza construtivista e pós-modernista. Será construtivista ao abordar a comunicação em política enquanto conjunto de significados construídos no decurso de um período histórico; será pós-modernista ao questionar os racionalismos e as suas abstrações que produzem aqueles mesmos significados, advogando a análise do texto e das suas referências. Será construtivista pós-modernista ao tomar um significado como um produto social, independentemente de estar certo ou errado. A verdade, tal como a moralidade, é contingente e a investigação, assentando neste *telos*, será sempre enviesada. Não nos interessa se os discursos que recolhemos e reproduzimos, na segunda parte desta dissertação, são factualmente verdadeiros – mas antes se são tomados como tal, enquanto verdade política que sustenta a ação dos estadistas dos diferentes países. A verdade e a realidade é o que os sujeitos políticos entendem que elas são e o discurso político é uma forma privilegiada de comunicação e estatuição de entendimentos. Tal como o é o Direito, o Protocolo, com a sua simbologia, e tantas outras formas de entendimento. Elegemos, aqui, aquela que a nosso ver é a mais importante, em política internacional.

Assim, note-se que a referenciação usada, nesta dissertação, é dual. É-o com o objetivo de demonstrar a natureza literária do discurso político, na Parte II. Na era digital, com a profusão de informação e estímulos que lhe é inerente, a narrativa quer-se simples e cativante. A narrativa literária e a História, ao estruturarem uma série de eventos desconexos, simplificam-nos e emprestam-lhes um sentido. Os líderes políticos fazem o mesmo com as narrativas políticas. Na prossecução dos seus objetivos e interesses, criam relações causais entre eventos, reais ou imaginados, que legitimam os seus processos de tomada de decisão.

Assim, na Parte I, a referenciação é feita através de notas de rodapé, prática comum nas dissertações de mestrado. Já na Parte II, fiel ao espírito deste trabalho, foram usadas as notas de fim, habitualmente utilizadas nas narrativas literárias. O estilo de referenciação é o mesmo: APA, a sua sétima versão, a mais recente, de outubro de 2019, que, face à sexta, passou a omitir o local de publicação da obra referenciada. A diferença

na referenciação, entre as Partes I e II, cinge-se, assim, a uma mudança estética. Alteração, reitere-se, necessária; só assim seria possível manter a lógica da dissertação como um todo.

Por fim, um último esclarecimento: todas as citações, com exceção das feitas em língua estrangeira (transcritas sempre em itálico), são fiéis ao texto original. Mantemos o uso de itálicos, negritos e até do acordo ortográfico antigo. A responsabilidade de uma transcrição errônea é, impreterivelmente, minha; toda a transcrição é da minha responsabilidade.

Segue-se o modelo teórico da dissertação, decalcado do projeto inicial. Contém as perguntas de partida, os objetivos e a metodologia, que guiaram a investigação.

Modelo Teórico

1. Perguntas de Partida

- (1) Quais as narrativas presentes no discurso oficial ucraniano e que efeitos produzem na sociedade internacional?
- (2) Qual o papel da narrativa política nos processos de legitimação de Volodymyr Zelensky e da causa ucraniana na sociedade internacional?
- (3) Quais as dinâmicas do processo de instrumentalização política da narrativa no contexto ucraniano de insegurança, ameaça e luta pela sobrevivência?
- (4) Quais os impactos dos discursos de Volodymyr Zelensky nos processos de tomada de decisão de política externa dos países direta ou indiretamente envolvidos no conflito?

2. Objetivos

- (1) Complementar as habituais análises militares, colocando a narrativa e o discurso político no seio da investigação de um conflito marcadamente identitário.
- (2) Abordar a emergência e a renovação das narrativas políticas tal como consubstanciadas no discurso de Zelensky.

- (3) Observar a forma como Zelensky utiliza as narrativas para justificar, perante a sociedade interna e a internacional, a adoção de medidas extraordinárias em favor da causa ucraniana.

3. Metodologia

A primeira parte da dissertação foi acompanhada da leitura de dezenas de obras de R.I., de História, Literatura e Filosofia. Está dividida em quatro: crítica doutrinária; exposição da narrativa política; conceitualização de discurso político; e demonstração do contexto político e securitário. A primeira está baseada nos contributos das escolásticas do Neorrealismo, Neoliberalismo e Construtivismo; a narrativa e o discurso estão fundadas na doutrina do Construtivismo Pós-Modernista das R.I. e o contexto na Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança.

Na recolha, leitura e análise dos discursos de Volodymyr Zelensky, residirá o método desta segunda parte da dissertação.

Estão disponíveis, em formato escrito e multimédia, no sítio da internet da presidência ucraniana. Utilizaremos, de igual modo, outros fóruns nacionais e internacionais, através dos seus sítios da internet: as Nações Unidas, o Parlamento Europeu, o *Sejm* polaco, o *Bundestag* alemão ou a britânica *House of Commons*.

Destacamos o lançamento de uma coletânea de discursos do presidente ucraniano, da autoria do próprio.

“Uma Mensagem da Ucrânia”, lançado, em todo o mundo, em dezembro de 2022, é absolutamente indispensável para esta investigação. Por um lado, assinala os discursos mais importantes, para o governo ucraniano. Depois, denota a importância que o discurso tem neste conflito e a necessidade de abordá-lo cientificamente. Por outro lado, é uma fonte histórica em português.

De resto, a facilidade com que obtivemos os restantes discursos, com tradução oficial, para língua inglesa, de Zelensky, denota uma intencionalidade em fazê-los chegar até nós.

Por estas razões, julgamos estar em posição para estudar com rigor científico a palavra de Zelensky e responder às questões que servem de ponto de partida a esta

dissertação. Todavia, reconhecemos que o conhecimento profundo da língua ucraniana tornaria a análise mais robusta. Tal não nos foi possível, por não falarmos essa língua, não obstante o conhecimento do alfabeto cirílico e das suas regras elementares. Relembremos, ainda assim, que defendemos que a objetividade é determinada em função da aceitação social. É-nos mais importante o que os atores sabem, ou creem que sabem, sobre o que disse Zelensky, do que a dissecação gramatical *ipsis verbis* do seu conteúdo.

Quanto às fontes secundárias, apoiar-nos-emos em artigos científicos, obras da especialidade e peças jornalísticas. Consultaremos também algumas dissertações de mestrado e doutoramento sobre tópicos mais específicos.

PARTE I

O DISCURSO POLÍTICO COMO FÁBRICA DE REALIDADES

CAPÍTULO I

A CRIAÇÃO DE SIGNIFICADOS: O CONSTRUTIVISMO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA SUA VERTENTE PÓS-MODERNISTA E A ESCOLA DE COPENHAGA DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA

1. Pressupostos Teóricos

Esta dissertação assenta no corpo teórico do Construtivismo Pós-Modernista das Relações Internacionais. Para uma sua compreensão mais completa, nomeadamente do seu potencial explicativo e analítico, será mister, numa primeira fase, relacioná-la com as teorias convencionais das R.I.: o Neorealismo e o Neoliberalismo.

Começemos, então, com esta tarefa. Ao fazê-lo, elencaremos algumas vantagens da teoria construtivista face àquelas. De seguida, abordaremos, com mais detalhe, a vertente Pós-Modernista do Construtivismo: explicando o que é, para que serve e qual a sua utilidade. Esta parte desembocará no aprofundamento de uma matéria crucial para esta dissertação: o valor ou o papel da palavra na dinâmica política. Analisar-se-á o seu potencial constitutivo da própria realidade e a sua função na dialética agente-estrutura.

Pensar o Construtivismo pressupõe pensar a construção perene e constante de um mundo. Nele têm lugar, *inter alia*, as pessoas, o Estado, a lei, a moral, os costumes e a cultura.

Criamo-lo todos os dias sem nos darmos conta disso mesmo. Quando nos expressamos, interagimos numa teia social, onde outros também tomam lugar como participantes. Ao agir, atendemos a certas normas escritas e não-escritas, quer por instinto gregário, quer por educação, que nos constroem. Chegamos, através dos gestos e da palavra, às outras pessoas.

Somos, pois, sujeitos ativos numa ordem mutável e moldável. A sua construção é social⁴ porque se baseia num diálogo permanente entre atores reais, que, doutro modo, não teria lugar.

⁴ CFR. BARKIN, parafraseando NICHOLAS ONUF: “*Social construction means that “social relations make or construct people – ourselves – into the kinds of beings that we are. Conversely, we make the world*

Este posicionamento não é de somenos numa disciplina científica cuja ontologia atribui um papel preponderante a um ente material, desprovido de vida: o Estado.

Assim será na medida em que as duas escolásticas dominantes das Relações Internacionais, o Neorrealismo e o Neoliberalismo, concordam que o Estado é a principal unidade do sistema internacional⁵.

Para além da primazia do Estado, outras assunções são partilhadas, por estes dois cânones da teoria das R.I. De acordo com CHRIS BROWN e KIRSTEN AINLEY, as mais relevantes são as “da anarquia internacional e do egoísmo racional dos Estados”⁶.

A anarquia internacional é a ausência de uma ordem hierárquica nas relações entre os Estados. Não sendo o mundo policiado, por um único organismo, dotado das prerrogativas necessárias, para o efeito, os Estados estarão entregues a si mesmos.

Com o poder repartido entre si, a segurança e a sobrevivência dependerão de boas decisões. Os processos de tomada de decisão serão racionais se maximizarem os recursos – naturais, humanos, ideacionais – face aos constrangimentos impostos.

Os Estados são, em suma, atores egoístas racionais que procuram sobreviver, no mínimo, em segurança, no máximo, em prosperidade.

Versará, deste modo, uma boa parte da doutrina, sobre os fenómenos internacionais, tomando como garantido um sistema e as suas unidades. Isto é, concebendo o Estado enquanto unidade primacial das R.I.; o sistema enquanto arena de Estados e as suas relações; e os fenómenos internacionais como resultado deste relacionamento. Dos constrangimentos resultantes da distribuição de poder entre os Estados, a doutrina prescreverá um determinado diagnóstico e um modo de agir. Seguindo tal panaceia, como um paciente obedece ao seu médico, o líder político será a epítome do ator racional.

Quanto às divergências mais relevantes entre Neorrealismo e Neoliberalismo, identificaremos a sua origem nas diferentes filosofias que inspiram as suas conceções do mundo e da natureza humana. Os primeiros subscrevem o pessimismo de THOMAS

what it is, by doing what we do with each other and saying what we say to each other.: Barkin, J.S. (2010). *Realist Constructivism: Rethinking International Relations Theory*. Cambridge University Press. Pág. 26.

⁵ “Os estados são as unidades cujas interações formam a estrutura dos sistemas das relações internacionais. Não manter-se assim durante muito tempo”: Waltz, K. N. (2015). *Teoria das Relações Internacionais*. 3ª ed.. Gradiva. Pág. 135.

⁶ Brown, C. & Ainley, K. (2012). *Compreender as Relações Internacionais*. 1ª ed.. Gradiva. Pág. 88

HOBBS, enquanto os segundos se baseiam na visão relativamente otimista de JOHN LOCKE.

Tal como refere JOSEPH GRIECO⁷, os realistas colocam a tónica na competição e nos ganhos de soma zero (para alguém ganhar, outro tem de perder); os liberais na possibilidade de cooperação e nos ganhos relativos (é possível ganhar sem o outro perder: mesmo se uma das partes ganhar mais, a outra sempre ganhou alguma coisa).

O que importa reter é que tanto o Neorealismo como o Neoliberalismo operaram uma viragem metodológica, à boleia da disciplina da Economia, importando a teoria da escolha racional. Adaptada às R.I., atestará “que a política pode ser entendida em termos do comportamento orientado para objetivos dos indivíduos”⁸.

Ao incorporar esta tese económica, para a sua teoria das R.I., o fundador do Neorealismo, KENNETH WALTZ, introduziu uma alteração face ao original. O indivíduo – o *homo economicus* da microeconomia – dá lugar ao Estado.

Ademais, com o objetivo de fortalecer o corpo teórico, reduz o alcance explicativo das R.I. a três imagens: *man, state and war*. Constituem níveis de análise dos fenómenos internacionais, com enfoque: na agência política, no primeiro caso; na tipologia dos regimes políticos, no segundo; e, no caso da guerra, no sistema e nas variáveis estruturais, que atrás exploramos. Procurando uma resposta estrutural, para os problemas internacionais, WALTZ preferirá as duas primeiras imagens em função da última. Uma abordagem deste tipo permitiria interpretar os eventos políticos presentes e os passados, ultrapassando diferenças históricas ao nível dos regimes e dos líderes políticos. Para tal, focando-se em variáveis como: o número de Estados poderosos; a distribuição de poder entre eles; e a flexibilidade do seu relacionamento, isto é, se existe uma conceção comum de ordem, que legitime e padronize a sua conduta, e se se funda num determinado sistema de alianças.

É possível quantificar as unidades que compõem o sistema internacional. São Estados que representam polos de poder em função das suas capacidades militares. Se há

⁷ Mencionado em: Brown, C. & Ainley, K. (2012). *Compreender as Relações Internacionais*. 1ª ed.. Gradiva. Pág. 89-90

⁸ Brown, C. & Ainley, K. (2012). *Compreender as Relações Internacionais*. 1ª ed.. Gradiva. Pág. 80.

dois Estados poderosos no sistema, este será bipolar. Se forem três ou mais, multipolar. Se for só um, será unipolar: uma potência hegemónica sob a forma dum *imperium*⁹.

A interação entre Estados é igualmente qualificável, já que todos perseguem o fim último da sobrevivência. Os meios para alcançá-la dependerão de uma interpretação racional da estrutura – do sistema internacional e doutros fatores como, *e.g.*, a geografia – e do comportamento dos agentes.

Por conseguinte, se um Estado adquire um poder tal que lhe permita subjugar todos os restantes, encontrará uma resistência na forma de coligações anti-hegemónicas. Em alternativa, poderá deparar-se com a aquiescência de outros Estados, que encontram na colaboração uma hipótese mais credível de sobrevivência do que a resistência (os ingleses e os norte-americanos chamam-lhe o *bandwagoning*¹⁰).

No caso do Neoliberalismo, a racionalidade dos Estados levá-los-á a cooperar, para ganharem algo que não obteriam se não houvesse tido lugar a cooperação. Aperceber-se-ão, com estas interações, de que são mais vantajosas a paz e a estabilidade do que a guerra.

Pretenderão que estes ganhos subsistam ao teste do tempo, adotando regimes internacionais, normas e regras, para prever e estatuir modos de agir. A anarquia reinante é, por isso, um anátema se todos os Estados agirem racionalmente, cooperando. Tanto mais cooperação, quanto mais democráticos forem, já que este regime político favorece, em teoria, a abertura, o diálogo e a estabilidade¹¹.

⁹ Domínio militar exercido pelo país hegemónico, representado pelo seu Chefe das Forças Armadas. Cfr. FERDINAND LOT: “O poder baseia-se, antes de mais, nas forças armadas. O Imperador é quem detém, por delegação, o comando do exército, comando esse de carácter absoluto como todo o verdadeiro comando. A esse comando chama-se *imperium*”. Lot, F. (2008). *O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média*. Ed. rev. Edições 70. Pág. 17

¹⁰ De Sá, T. M. (2015). *Política Externa Portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Pág. 28.

¹¹ Cfr. MICHAEL W. DOYLE: “*International rights, it is argued, must be founded on moral freedom and individual self-determination. This foundation sustains a “democratic peace” among liberal republics. Although states throughout history have gone to war with each other to advance both their rational national and non-rational governmental interests, liberal democratic peoples have, by and large, respected each other’s sovereignty and security. This is the argument of the liberal, Neo-Kantian “democratic peace” thesis, which holds that democratic peoples do not war against each other (though they sometimes do war against non-democratic peoples). The three reasons are that first, liberal peoples are responsible to the majority of electors, who, unlike monarchs and dictators, cannot regularly displace the costs of going to war on others. If, second, those electors respect liberal principles, they will respect the rights of peoples similarly free to express their rights, and negotiate rather than fight over differences of interest. And third, respect for rights of property and the benefits of commercial exchange will reinforce these moral commitments*”. Doyle, M. W. (2012). *Liberal Peace: Selected Essays*. 1ª ed. Routledge. Pág. 129. Cfr. também KEVIN PLACEK: “*The institutional and normative aspects of the democratic peace proposition, thus, provide a very clear, logical reason why the global spread of democracy will result in greater international peace: democratic political institutions make it difficult for governments to initiate war*

Indo ao fundo da questão, estas duas escolas tornaram as R.I. num corpo científico sólido, definindo as suas fronteiras. Toda a atividade académica que surgirá se baseará nelas: desde as teorias críticas ao Construtivismo. Esta última ganhou ímpeto, no pós-Guerra Fria, enquanto crítica, alternativa e complemento teórico às teorias *mainstream*.

Não obstante o mérito de neorrealistas e neoliberais, as suas abordagens introduziram um vício na forma de pensar as R.I.. Vimos como a tendência utilitarista da Economia foi adaptada à disciplina, sacrificando o *homo economicus*, pelo Estado. Ora, é impossível fazer uma análise completa das dinâmicas internacionais se descurarmos a palavra dos seus porta-vozes. Como o próprio WALTZ reconheceu, “às relações internacionais falta a ordem articulada e o arranjo hierárquico que tornariam apropriada uma abordagem sistémica geral”¹².

Além disso, toda a retórica dos neoliberais e dos neorrealistas se funda numa dicotomia: de que as suas teorias são explicativas, isto é, que resolvem problemas; e de que os construtivismos são abordagens interpretativas, numa posição subsidiária face àquelas. As primeiras proporcionando uma efetiva explicação da realidade, os segundos complementando-a¹³.

Pois bem, esta visão de que as teorias ou explicam ou interpretam encontra-se manifestamente desatualizada. É uma antítese produzida, pelos autores da Hermenêutica Romântica, e reproduzida, pela doutrina das R.I.. Diz PAUL RICOEUR que os primeiros concebem: a explicação como “campo paradigmático de aplicação nas ciências naturais”

without the consent of the electorate, and the accompanying cultural norms mean democracies will favour a peaceful means of conflict resolution with one another. Of course, this would not necessarily reduce the overall incidence of war as the monadic proposition that democracies are less likely to use conflict regardless of regime type does not hold. But this would still produce a positive qualitative change: democracies are less likely to initiate wars, escalate nonviolent disputes into full-scale war, or engage in long and protracted military conflicts. More importantly, an increase in the number of democracies would extend the liberal peace to a greater number of countries, and increase the probability of winning war – arguably providing a strong normative and practical rationale for liberal states to conduct a more Wilsonian foreign policy”. Placek, K. (2012). *The Democratic Peace Theory*. E-International Relations. <https://www.e-ir.info/2012/02/18/the-democratic-peace-theory/>. Pág.5.

¹² Waltz, K. N. (2015). *Teoria das Relações Internacionais*. 3ª ed.. Gradiva. Pág. 87.

¹³ Cfr. JOSEPH NYE, neoliberal: “Para compreendermos o mundo actual, temos de compreender tanto a concepção realista como a liberal da política mundial e estar atentos às mudanças sociais e culturais salientadas pelos construtivistas”. Nye Jr., J. S. (2014). *Compreender as Relações Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. 3ª ed. Gradiva. Pág. 280.

e a compreensão como o “campo de aplicação das ciências humanas”¹⁴. Distinguir as abordagens teóricas das R.I., em teorias explicativas e interpretativas, é proceder a uma divisão artificial. O intuito será o de conferir legitimidade às primeiras, conotando as suas metodologias com a das ciências naturais, em detrimento das segundas.

Efetivamente, tanto as ciências naturais, como as humanas, requerem uma dialética entre a compreensão e a explicação dos fenómenos. Quer isto dizer que, ao iniciarmos a atividade científica, começamos, pela interpretação textual, por um «estado da arte», por um levantamento da literatura científica. A primeira etapa é, por conseguinte, a compreensão do texto. Compreender é, neste estágio, fabricar conjecturas sobre o que lemos: ao ler uma peça, conjecturamos; isto porque, de acordo com RICOEUR, não conhecemos a intenção do autor, identificando-a, assim, com o verbo, plasmado no documento. A compreensão inicial - o que apreendemos - carece de ser explicada e validada. A explicação baseia-se no teste da validação das assunções que retemos com outras interpretações alheias. É, para RICOEUR, um exercício análogo à interpretação jurídica, numa “lógica de incerteza e probabilidade qualitativa”. Validadas as conjecturas, compreendemos de facto o texto, posicionando-o referencialmente face aos demais textos, escolas e disciplinas científicas. Resumindo, “a explicação (*erklären*) exige a compreensão (*verstehen*)”¹⁵. Compreender é identificar a letra do texto e posicioná-la referencialmente.

Se é a referência, como diz RICOEUR, que dá um mundo à linguagem, então todos os teóricos das R.I. falam “de um mundo possível e de um modo possível de alguém nele se orientar”¹⁶. Todas as suas teorias reproduzirão um “conjunto dos enunciados que relevam de um mesmo sistema de formação”¹⁷. Segundo MICHEL FOUCAULT, o

¹⁴ Sobre a explicação: “Quando há factos externos a observar, hipóteses a submeter à verificação empírica, leis gerais para cobrir tais factos, teorias para conter as leis num todo sistemático, e a subordinação de generalizações empíricas a procedimentos hipotético-dedutivos, então, podemos dizer que «explicamos». Sobre a compreensão: “Fundam-se no carácter significativo de formas de expressão como signos fisionómicos, gestuais vocais, ou escritos, e em documentos e monumentos que partilham com a escrita o carácter geral de inscrição.” Ricoeur, P. (2019). *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*. Reimp. da 1ª. ed. Edições 70. Pág. 103.

¹⁵ Ricoeur, P. (2019). *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*. Reimp. da 1ª. ed. Edições 70. Pág. 104-120.

¹⁶ Supra. Pág. 113 e 122.

¹⁷ Foucault, M. (2021). *A Arqueologia do Saber*. 1ª ed. Edições 70. Pág. 152.

conjunto dos enunciados forma o discurso científico “enquanto prática orientada para um certo campo de objetos, que se encontra entre as mãos de um certo número de indivíduos estatutariamente designados, devendo exercer, enfim, certas funções na sociedade, se articula em práticas que lhe são exteriores e que não são elas próprias de natureza discursiva”¹⁸.

Significa isto que o discurso das R.I. deve ser questionado, com enfoque na sua ligação à *praxis*. A identificação do Estado como agente primordial das R.I., por exemplo, acarreta consequências no modo como os indivíduos, em posições de poder, veem a realidade, como nela agem e como são percebidos, pelos restantes. O Estado-Nação é um conceito político moderno. Assenta, como postula FOUCAULT, em certas instituições, processos económicos e relações sociais. Teorias ditas explicativas sustentam uma visão cristalizada do *status quo*, que representam os interesses instalados.

Rebatemos, assim, duas certezas da doutrina das R.I.: a de que as chamadas teorias explicativas trabalham sobre o mundo real e não sobre um mundo possível ou idealizado; e a da identificação monolítica da análise estrutural com a explicação dos fenómenos internacionais.

A análise estrutural é, com efeito, manifestamente incompleta. É inegável, contudo, o seu mérito, ao produzir uma persuasiva síntese a partir de fenómenos assaz complicados. Mas não sem consequências: a simplificação dos problemas; a desresponsabilização dos agentes políticos; e a manutenção de uma dada realidade.

É mister não nos olvidarmos de que tanto a Economia como as R.I. são ciências sociais. Contudo, com maior ou menor engenho, parecem ter proscrito o social em detrimento do científico, não sem antes perderem a sua essência.

O elemento *sui generis* do Homem – a sua irracionalidade, a forma contingente como lida com a vida, a sua pequenez – torna imensamente redutoras e pouco esclarecedoras as teorias parcimoniosas e matematizadas¹⁹.

¹⁸ Supra. Pág. 216.

¹⁹ WALTZ vai ao limite da personificação e da prosopopeia: “Estados são como ‘pessoas’, capazes de possuir interesses”: Brown, C. & Ainley, K. (2012). *Compreender as Relações Internacionais*. 1ª ed.. Gradiva. Pág. 62. Para um tratamento do Estado como pessoa em WALTZ: “A taxa de mortalidade dos estados é notavelmente baixa. Poucos estados morrem”: Waltz, K. N. (2015). *Teoria das Relações Internacionais*. 3ª ed.. Gradiva. Pág. 135

Assim sendo, imperou a necessidade de um corpo teórico que iluminasse os preciosos trilhos da mente humana, que os utilitaristas reduziram a uma equação. Este lugar foi tomado pelo Construtivismo, numa *revanche* do elemento humano da ciência social.

Os primeiros construtivistas começaram as suas investigações por uma tríade: “*rules, law and language*”²⁰. Daqui se depreende que a preocupação destes académicos incidiu na interação entre o poder e a sociedade.

Subjacentes às regras estão padrões de conduta a serem observados. No Direito, onde é fabricada “uma ordem objetiva da sociedade”²¹, o consenso é imposto pela coerção²². Nas R.I., a narrativa é a fundação para toda a produção social. Ao tornar o raciocínio inteligível, possibilita a sua transmissão, permitindo o entendimento inter-humano.

Esta ordem subjetiva da sociedade e o Direito formam os alicerces da ordem social. Dada a sua importância, terão sempre uma ligação íntima com o poder. Da relação entre sociedade e poder residirá o estudo do Construtivismo.

Mais concretamente, o Construtivismo procede à análise das mudanças normativas no tempo e no espaço, recorrendo, para esse fim, a *idealtypus* como as narrativas políticas.

Examina, em adição, as relações de poder plasmadas na transmissão de significados em discursos políticos.

Finalmente, perscruta o contexto em que decorre a interação social entre governantes e governados, observando as dinâmicas entre a segurança e o poder.

Dos vários construtivismos, optamos pelo Pós-Modernista. Esta corrente parte do princípio de que a tentativa de encontrar normas intersubjetivas é ineficaz. Isto porque, neste tipo de investigações reveladoras, o papel do académico será sempre criativo ao invés de criador.

²⁰ “*Rules, law, language lay at the core of the early theoretical Constructivist treatises, especially Nicholas Onuf’s World of Our Making and Friedrich Kratochwil’s Rules, Norms, and Decisions*”: McCourt, D.M. (2022). *The New Constructivism in International Relations Theory*. Bristol University Press. Pág. 53

²¹ Machado, J.B. (2014). *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*. 21ª reimpr. Edições Almedina. Pág. 91

²² “É preciso que à norma se dê a máxima garantia possível de eficácia”: Mendes, J.C. (1997). *Introdução ao Estudo do Direito*. Pedro Ferreira. Pág. 14

Todo o trabalho científico assentará numa dialética, numa tensão, entre o indivíduo e a sociedade: através da linguagem, apreende conceitos, conhece um novo mundo, escreve e transmite a sua verdade; ao mesmo tempo, é-lhes «refém», sendo impossível ao Homem desvencilhar-se da influência esmagadora da superestrutura social.

Nada há nada que não tivesse já sido dito; as normas não poderão, nesse sentido, ser reveladas, mas recicladas. A referência torna a obra legível, reposicionando-a num campo do saber – um dado mundo.

Concluiremos então:

Por um lado, o ser humano, por mais imparcial que tente ser, nunca se conseguirá libertar completamente das suas ideias e convicções, da sua ideologia e educação, da sua moral e costumes. Portanto, a imparcialidade é inalcançável aquando da revelação de normas intersubjetivas²³. Segundo LUDWIG WITTGENSTEIN, “conceber uma linguagem é conceber uma forma de vida”; é transmitir “*esse querer dizer*”, um dizer nosso. Por mais isentas que sejam as motivações, nunca serão depuradas desse viés, já que a linguagem que usamos é uma extensão de nós próprios.

Por outro, a prática discursiva da ciência assenta numa reciclagem de referências; nada do que escrevemos é essencialmente novo e tudo o que havemos escrito é baseado em termos, regras e enunciados, localizáveis num tempo e num espaço. A ciência política é mais arte do que engenho²⁴. Não que as ciências exatas o não sejam; o “ideal da exatidão não é *unívoco*” e persegui-lo é “caçar quimeras”. A imagem da ciência como campo do exato e do verdadeiro reflete “uma tendência para querer purificar” essa mesma ciência²⁵. A ciência é mais um produto social do que um cânone de verdades metodologicamente

²³ Postula o filósofo, ABEL REY: “a ciência traz a marca do fabrico humano. A intervenção do operário, por maior que seja o seu desejo de se apagar, e de preferência reflectir a refractar e deformar, lá estará para sempre patente”. Em Serrão, J., & De Macedo, J. (1974). *Breve Antologia Filosófica – I Volume: Introdução à Filosofia e Psicologia*. 12ª ed. Livraria Sá da Costa Editora. Pág. 15-16. Uma visão ainda mais radical é a de LUDWIG WITTGENSTEIN: “A experiência de «que é possível, contra o nosso preconceito, pensar isto e aquilo» – seja o que for – não nos podia interessar”. Wittgenstein, L. (2021). *Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas*. 7ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Pág. 183-184, 247-257.

²⁴ FRANCIS FUKUYAMA, reconhecido cientista político, deixa esta ideia bem patente no seu *magnum opus*, ao referir-se às sociedades tribais: “*Part of what makes politics an art rather than a science is the difficulty of judging beforehand the strength of the moral bonds between a group of retainers and their leader*”. Fukuyama, F. (2012). *The Origins of Political Order: From Prehuman Times to the French Revolution*. Farrar Straus and Giroud. Pág. 75-76

²⁵ Esta e as duas citações anteriores em: Wittgenstein, L. (2021). *Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas*. 7ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Pág. 183-184, 247-251.

alcançadas²⁶; e a sua intersubjetividade – a ligação da sua “prática discursiva determinada e descritível” com o seu uso social – é historicamente determinada²⁷.

Centremo-nos, então, no conteúdo que os atores políticos entendem que partilham. O trabalho de revelação dará lugar a um estudo mais pragmático e social sobre a matéria revelada. O oculto é irrelevante se o visível for tudo aquilo que nos é transmitido intencionalmente. Aquilo que não foi transmitido não importa à sociedade: não é social nem intencional, é um produto individual da imaginação²⁸.

Será um estudo mais pragmático porque o entendimento é-nos revelado através do discurso²⁹. E por mais interpretações a que possa ser sujeito, é observável, é visível.

Será, também, um estudo mais social, porquanto as normas partilhadas, por via do discurso, subsumem-se na intersubjetividade do ambiente social.

Não as podemos estudar isoladamente; a sua *raison d'être* é precisamente o diálogo permanente entre atores, no contexto de uma ordem moldável e mutável.

²⁶ “Há, sem dúvida, uma só ciência em cujo caso não podemos distinguir estes diferentes limiares nem descrever entre eles um conjunto semelhante de desfasamentos: as matemáticas, eis a única prática discursiva que transpôs num só e mesmo acto o limiar da positividade, o limiar da epistemologização, o da cientificidade e o da formalização”: Foucault, M. (2021). *A Arqueologia do Saber*. 1ª ed. Edições 70. Pág. 243.

²⁷ Supra. Pág. 249-251. Sobre o discurso histórico em FOUCAULT: “O discurso é, de um extremo ao outro, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, pondo o problema dos seus próprios limites, dos seus cortes, das suas transformações, dos modos específicos da sua temporalidade”. *Op. cit.*, pág. 164. Confrontar também ORTEGA Y GASSET sobre a incerta e dependente certeza das ciências naturais: “Os factos recomendam-na mas não a impõem. Somente em certos pontos toca o corpo doutrinal da física com o real da natureza; são as experimentações. (...) E a experimentação é uma manipulação nossa. (...) A chamada realidade física é uma realidade física e não dependente”. Y GASSET. J. O. (2016). *O que é a Filosofia?*. 2ª ed. de bolso. Cotovia. Pág. 41. WITTGENSTEIN também aborda a questão da certeza nas ciências naturais: “Que o sol nascerá amanhã é uma hipótese, quer dizer, não sabemos se nascerá. Não existe uma compulsão que faça uma coisa ter de acontecer pelo facto de outra ter acontecido. Só existe necessidade *lógica*”. Wittgenstein, L. (2021). *Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas*. 7ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Pág. 136.

²⁸ Confrontar RICOEUR, FOUCAULT e WITTGENSTEIN: “O sentido de um texto não está por detrás do texto, mas à sua frente. Não é algo de oculto, mas algo de descoberto” (Ricoeur, P. (2019). *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*. Reimp. da 1ª. ed. Edições 70. Pág. 122); “Uma frase mesmo não significativa continua a remeter para alguma coisa, na medida em que é um enunciado” (Foucault, M. (2021). *A Arqueologia do Saber*. 1ª ed. Edições 70. Pág. 132); “A Filosofia deixa tudo ser como é (...). A Filosofia, de facto, apenas apresenta as coisas e nada esclarece nem nada deduz. – E uma vez que tudo está à vista, também nada há a esclarecer. Porque aquilo que está talvez oculto, não nos interessa” (Wittgenstein, L. (2021). *Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas*. 7ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Pág. 262-263)”

²⁹ “Postmodern constructivism research tends to focus on the discursive construction of intersubjectivity (discourse being something that we can observe), rather than norms (which must be imputed from other evidence)”: Barkin, J.S. (2010). *Realist Constructivism: Rethinking International Relations Theory*. Cambridge University Press. Pág. 27.

Não significa isto que o Construtivismo Pós-Modernista se deva cingir à mera dissecação do discurso, num exercício mais linguístico do que político. Tamanho erro não se cometerá nas próximas páginas.

Sobretudo, a importância do discurso prende-se com a sua ligação íntima ao poder. É da relação entre o discurso e o poder, da sua instrumentalização e do seu potencial de transmissão normativa, que o cientista político se ocupa.

Não avançaremos mais, aqui, sem antes discorrermos sobre a dialética agente-estrutura, fundamental para uma compreensão integral do pensamento construtivista.

Constatámos que o Construtivismo representava uma alternativa às escolásticas do Neorrealismo e Neoliberalismo. Vimos, além disso, como estas sacrificaram potencial explicativo de modo a fortalecer o cânone das R.I.. Sendo preditivas e essencialmente estruturalistas, reduziram a um número o agente político, que é imprevisível e nem sempre racional.

Ademais, são teorias generalizadoras³⁰, falhando em captar as nuances de subtis mudanças que escapam a uma análise matematizada. São persuasivas, mas incompletas, descurando as contingências dos agentes e da política internacional. Trabalham a atividade humana sem a História, subestimando o poder social criativo e destrutivo do Homem.

É aqui que entra o debate agente-estrutura.

Para BROWN e AINSLEY, “o debate centra-se (...) em saber qual é o fator determinante do mundo social: a agência (as ações dos atores ou a sua capacidade de atuar) ou a estrutura (as várias restrições no âmbito das quais os atores agem, tais como a anarquia ou a sociedade internacional, o capitalismo global ou o direito internacional)”³¹.

Tanto no Neorrealismo como no Neoliberalismo, a estrutura domina o agente.

³⁰ “As the study of language and discourse and their effects on political framings, understandings, narratives, and therefore decision-making situations, Constructivism butts up firmly against the generalizing tendency of science and its prioritization of the general, abstract, and ahistorical. If, as critics worry, constructivist explanations and interpretations of world politics are always, and will always only be, analyses of changing discourse”: McCourt, D.M. (2022). *The New Constructivism in International Relations Theory*. Bristol University Press. Pág. 54

³¹ Brown, C. & Ainley, K. (2012). *Compreender as Relações Internacionais*. 1ª ed.. Gradiva. Pág. 117

No primeiro, o sistema internacional é o ponto de partida e de chegada de qualquer análise política. A anarquia força uma determinada conduta racional aos agentes, a distribuição de polos de poder padroniza a sua interação, consoante o poder detido.

No segundo, há uma sobrevalorização da importância da interdependência complexa e da tipologia dos regimes políticos (na dicotomia criada entre democracias e autocracias). Suscita muitas dúvidas a forma como o modelo democrático é tomado unitariamente.

Vide, nesse sentido, a aproximação russo-indiana³², após o início do conflito na Ucrânia, em contraste com os embargos decretados por outras democracias europeias, norte-americanas ou pelo Japão.

A dialética agente-estrutura é a solução construtivista para estas ineficiências teóricas.

Como o próprio nome indica, uma visão construtivista das R.I. enaltece a construção do mundo. Uma perene atividade que resulta da natureza sociável do Homem e da sua necessidade em interagir com o ambiente à sua volta.

Daí resulta a criação de normas, hábitos, costumes, educação, ideologias, instituições, etc. A emergência destas idealizações ocorre na medida em que atribuímos significados às nossas experiências sociais³³.

Por sua vez, este aparelho normativo exerce influência sobre o nosso comportamento. Molda-nos a forma de ver e participar no mundo exterior e imbui-nos de certas cosmovisões.

³² <https://www.aljazeera.com/news/2022/11/8/india-to-continue-buying-oil-from-russia-as-ties-deepen>

³³ Sobre a linguagem, ver WITTGENSTEIN: “Dar ordens, fazer perguntas, narrar, conversar, pertencem tanto à nossa história natural como andar, comer, beber, brincar. (...) De facto, somos educados, adestrados, a perguntar: «Como é que isto se chama?»” e “Dar um nome é um acto notável da alma, quase um baptismo de um objecto”. Wittgenstein, L. (2021). *Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas*. 7ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Pág. 192-193 e 204. Sobre o significado, confrontar RICOEUR: “Significar é o que o falante quer dizer, isto é, o que intenta dizer e o que a frase denota”. Ricoeur, P. (2019). *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*. Reimp. da 1ª. ed. Edições 70. Pág. 26. Sobre as dinâmicas de poder investidas na linguagem e no seu significado, consultar FOUCAULT: “O discurso (...) aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem as suas regras de aparecimento, mas também as suas condições de apropriação e de utilização; um bem que põe por conseguinte, a partir da sua própria existência (e não simplesmente nas suas «aplicações práticas»), a questão do poder; um bem que é, por natureza, objecto de uma luta, e de uma luta política.”. Foucault, M. (2021). *A Arqueologia do Saber*. 1ª ed. Edições 70. Pág. 168.

Agente e estrutura estão, por certo, em constante interação. Conseguimos alterar o ambiente social, por via do nosso carisma, da nossa palavra, das nossas ações. Não obstante, sentir-nos-emos sempre constrangidos pelas próprias regras que criamos e recriamos com a nossa conduta. A vida em sociedade, com a sua inerente demanda de padronização e previsibilidade, assim o exige.

A esta relação dinâmica, entre agente e estrutura, apelida a doutrina construtivista de constituição mútua. É a característica fundamental e diferenciadora da sua abordagem³⁴.

É por esta via que melhor conseguiremos captar as nuances da construção social e do papel das normas e discursos: *“Because only through a recognition of co-constitution can the researcher address both the social aspect (existent norms and discourses matter) and the constructed aspect (it is agency, rather than, say, system structure or biology that create these norms and discourses)”*³⁵.

Podemos depreender, então, que da interação entre agente e estrutura resultam normas reveladas através de discursos. Além disso, que as normas e discursos introduzem e alteram institutos sociais. Estas mudanças na ordem social, dado o seu alcance e profundidade, produzem e perpetuam relações de poder.

Dois exemplos contemporâneos: a narrativa chinesa da sua ascensão pacífica e o desenvolvimento de uma estratégia de contenção, posta em prática, pelos responsáveis norte-americanos, contra a República Popular da China. Vejamo-los sumariamente.

Os académicos chineses trabalham sobre os conceitos ocidentais das R.I. Tomam como garantidas as teorias: “da transição de poder” (a queda e a emergência de Estados é ocorrente no sistema internacional. As potências dominantes atravessarão, mais cedo ou mais tarde, períodos de decadência e de estagnação. Uma potência diz-se emergente quando o seu atual ou potencial desenvolvimento económico-tecnológico, poderá ser convertido futuramente em capacidades militares. Encontrando-se a potência emergente

³⁴ *“Constructivism as a specific logic of the study of international relations is about the social, which is to say the intersubjective construction of international politics. From this definition follows the focus on the co-constitution of agent and structure”*: Barkin, J.S. (2010). *Realist Constructivism: Rethinking International Relations Theory*. Cambridge University Press. Pág. 156.

³⁵ *Supra*.

insatisfeita com o *status quo*, terá as capacidades para o alterar. Dir-se-á, então, que o período de transição é um de incerteza. Sem moderação, será provável a guerra.); “da potência hegemónica benevolente” (um Estado hegemónico é aquele cujo poder económico-militar seja maior que o de todos os outros Estados juntos. Será benevolente quando abdica de usar o seu poder arbitrariamente, canalizando-o, para outros Estados, contribuindo para uma perceção de que o *status quo* seria mais desejável do que a alternativa. Por essa razão, não se formam coligações contra ele); e sobre a “estrutura” do sistema internacional³⁶ (há três tipos de estrutura: unipolar, bipolar e multipolar. A doutrina diverge sobre as características destes três tipos de sistema. Para WALTZ, a estrutura bipolar favorece a segurança, em detrimento da liberdade de ação dos Estados. Refere também que o sistema unipolar é transitório e que a sua manutenção não será benéfica, para a potência mais poderosa. Isto porque é preferível abdicar de algum poder em função de um equilíbrio). Contra este pano de fundo, autores chineses como LAI HONGYI e LYE LIANG FOOK sustentam uma “orientação pacífica e harmoniosa” com três «pilares»: (1) “*to avoid conflicts and expand cooperation with other countries so that its energy and resources can be channelled to internal socio-economic development*”; (2) “*to counter the ‘China Threat’ theories*”; (3) “*to capitalise on the increased interdependence between countries to secure benefits for China*”³⁷. Os estadistas chineses recorrem frequentemente a esta teorização, aplicando-a na sua realidade. Confrontem-se os discursos de WANG YI (membro do Comité Central do Partido Comunista Chinês e conselheiro sobre os assuntos internacionais), MAO NING (porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China) e XI JINPING (secretário geral do Comité Central do PCC)³⁸.

Outro exemplo é o da estratégia de contenção³⁹. Cunhada por GEORGE KENNAN, em 1947, e sumariada, por JOHN LEWIS GADDIS: “*the idea was to prevent*

³⁶ De Sá, T. M. (2015). *Política Externa Portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Pág. 18, 23 e 26.

³⁷ Em WANG, G., & WONG, J. (2007). *Interpreting China's Development*. World Scientific Publishing Co. Pág. 210-211.

³⁸ Alguns exemplos nos sítios de internet do MNE chinês (https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/202212/t20221206_10985948.html) e através da agência estatal Xinhua (<https://english.news.cn/20230404/f0cda31b9fa94360969bc8a856ae8793/c.html>).

³⁹ JOHN LEWIS GADDIS descreve-a como “*a grand strategy that rejected both the appeasement and the isolationism that had led to World War II, on the one hand, and on the other the alternative of a third world*

*the Soviet Union from using the power and position it won as a result of that conflict [Second World War] to reshape the postwar international order”⁴⁰. Adaptada ao século XXI, o novo Estado a conter é agora a China; e o seu emergente poder não adveio dos ganhos territoriais da II Guerra Mundial, mas da sua adesão à Organização Mundial de Comércio, abrindo a sua economia ao comércio internacional. Autores como JOHN IKENBERRY, um internacionalista liberal, contribuem para a perceção de que a emergência económica chinesa se deu à custa da ordem internacional liberal. Através de uma narrativa que coloca as democracias liberais numa missão, pela sua sobrevivência, IKENBERRY concebe uma nova ordem liberal. O intuito é unir o «Ocidente» para corrigir os ganhos relativos de Pequim, alterando as dinâmicas estruturais em detrimento da China⁴¹. JOE BIDEN, presidente norte-americano, no tradicional Discurso sobre o Estado da União, a 7 de fevereiro de 2023, visou a China, por cinco vezes. Não invocando diretamente o termo «contenção», fica latente a ideia: “*Before I came to office, the story was about how the People’s Republic of China was increasing its power and America was failing in the world. Not anymore. We made clear (...) with President Xi that we seek competition, not conflict. But I will make no apologies that we’re investing and – to make America stronger. Investing in American innovation and industries that will define the future that China intends to be dominating. Investing in our alliances and working with our allies to protect advanced technologies so they will not be used against us. Modernizing our military to safeguard stability and determine – deter aggression. Today, we’re in the strongest position in decades to compete with China or anyone else in the world. Anyone else in the world. (...) Make no mistake about it: As we made clear last week, if China threatens our sovereignty, we will act to protect our country. (...) Winning the competition should unite all of us. We face serious challenges across the world (...). America is rallying the world to meet those challenges*”⁴².*

war”: GADDIS, J.L. (2005). *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy During the Cold War*. Ed. rev. Oxford University Press. Pág. 391.

⁴⁰ GADDIS, J.L. (2005). *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy During the Cold War*. Ed. rev. Oxford University Press. Pág. 4.

⁴¹ Ikenberry, J. G. (2020). *A World Safe for Democracy: Liberal Internationalism and the Crises of Global Order*. Yale University Press. Pág. 288.

⁴² <https://www.whitehouse.gov/state-of-the-union-2023/>

Como vimos, a prática discursiva produz alterações na forma como os atores se veem e como veem os outros. A prática é o “*core of constructivist resolutions of the agent-structure problem*”⁴³. O discurso político é a matéria constituinte desta relação.

Socorrendo-nos dele, para a investigação, granjearmos três vantagens: (1) melhores respostas a problemas internacionais concretos, preferindo o pormenor à ciência geral, abstrata e anistórica; (2) uma melhor perceção dos contextos nacional, regional e global, pois o contexto é feito de normas, regras e discursos, interligados e inseparáveis⁴⁴; e, finalmente, (3) uma compreensão real dos interesses em jogo, na medida em que estes são verbalizados para as sociedades doméstica e internacional⁴⁵.

Através da investigação das práticas discursivas, poderemos captar mudanças ao longo de um período. Começando pela evolução dos interesses e estratégias dos atores, até à forma como se fazem representar simbolicamente⁴⁶.

Neste sentido, “*constructivist explanations and interpretations of world politics are always, and will always only be, analyses of changing discourse*”⁴⁷.

Vimos como o Construtivismo Pós-Modernista é indispensável para uma interpretação completa dos fenómenos internacionais. Requer o estudo de discursos políticos ligados a casos concretos. Recomenda a visualização de padrões e a deteção de mudanças. Reconhece a atividade constitutiva do discurso: os agentes políticos não falam sozinhos e veem na palavra um instrumento criativo de poder.

⁴³ Wendt, A. (1992). *Anarchy is What States Make of It: the Social Construction of Power Politics*. International Organization, 46(2), 391–425. <https://doi.org/10.1017/s0020818300027764>. Pág. 413

⁴⁴ “*It is the idea that we cannot understand people, their identities, their interests, their discourses, or their behaviors, in isolation from their social context. This context, made up of intersubjectively held norms, rules, and discourses, not only defines the rules of interaction among people, but defines who those people see themselves to be in the first place.*”: Barkin, J.S. (2010). *Realist Constructivism: Rethinking International Relations Theory*. Cambridge University Press. Pág. 58

⁴⁵ “*Interests are constructed from representational vocabularies available inside and outside domestic society*”: Green, R.T. (2015). *Constructivism and Comparative Politics*. Routledge. Pág. 49

⁴⁶ “*Conversely, a more linguistic and poststructuralist approach to identity is taken by the postmodern constructivists, relying much more on discourse analysis and the symbolic representation of actors in discourses*”: supra.

⁴⁷ McCourt, D.M. (2022). *The New Constructivism in International Relations Theory*. Bristol University Press. Pág. 54. MCCOURT procura responder aos críticos das explicações construtivistas, enunciando a sua principal crítica. Ironicamente, essa aparente limitação parece-nos, metodologicamente, uma mais-valia do Construtivismo Pós-Modernista, face ao estruturalismo das teorias neorrealista e neoliberal.

Observamos, de igual modo, quais as vantagens desta escolástica. Abordando a dialética agente-estrutura, acrescentamos um cunho social à investigação sobre as R.I..

Tal trabalho é de monta em face da rigidez e reificação das teorias dominantes do Neoliberalismo e Neorrealismo.

2. Entre o Imaginário e o Imaginado: A Narrativa Política

Observados que estão os pressupostos teóricos acerca do Construtivismo Pós-Modernista, avancemos para a narrativa política.

Começando com a sua conceitualização, ficaremos a saber do que se trata e o que trata. A investigação prosseguirá com a necessidade que temos de atribuir significados às coisas e às relações sociais. Porque o fazemos? A resposta a esta pergunta levar-nos-á a um terceiro ponto, o da existência de dois mundos: um imaginário e outro imaginado.

A narrativa política é um conceito operacionalizado para as R.I., mas cuja origem remonta aos Estudos Literários. Esta importação concetual deu-se graças ao seu potencial explicativo, mormente na explanação da interligação das relações sociais com o poder.

ALEXANDER WENDT descreve a narrativa política como uma das componentes da experiência humana, juntamente com a linguagem, contribuindo para lhe dar coerência e significado⁴⁸.

Para DONALD POLKINGHORNE: *“narrative is a meaning structure that organizes events and human actions into a whole, thereby attributing significance to individual actions and events according to their effect on the whole. Thus, narratives are to be differentiated from chronicles, which simply list events according to their place on a time line. Narrative provides a symbolized account of actions that includes a temporal dimension”*⁴⁹.

⁴⁸ “The content of human experience is in pan constituted by language and in particular by narratives, which give a succession of fleeting Nows meaning and coherence”: Wendt, A. (2015). *Quantum Mind and Social Science*. Cambridge University Press. Pág. 190.

⁴⁹ Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Pág. 18.

Já CARLOS REIS, numa definição literária do conceito, refere que “a narrativa é a representação de um mundo possível”⁵⁰ e “que está em toda a parte”⁵¹.

A influência literária do conceito narrativo permanece na concetualização de DAVID M. MCCOURT, relacionando, agora, a política com a criação de um enredo: “*the notion of narrative (...) highlights how argument and reasoning in international politics relies on a complex set of rules that are themselves constructed by emplotment within a story about what states can and should do qua sovereign nations*”⁵².

Daqui depreendemos que os agentes políticos interagem entre si, seguindo uma ordenação mental que atribui um significado à sua conduta.

Esta ordenação mental, ou enredo, é também desenvolvida, por POLKINGHORNE: “*Emplotment composes meaning out of events by a process similar to the process that grammar employs to develop meaning from words*”⁵³.

De acordo com este autor⁵⁴, a narrativa política é composta pela ordenação de acontecimentos, uma explicação e a sua comunicação.

Nesta lógica, primeiro são encadeados coerentemente uma série de eventos desconexos, atribuindo-lhes um princípio, um meio e um fim. Depois, são oferecidas justificações que clarificam o significado desta ordenação. Por fim, é realizada a transmissão da narrativa, nomeadamente pela via discursiva.

Conectar, organizar e explicar uma série de eventos aparentemente desconexos. É este o propósito da narrativa política. É, de igual modo, o da História. A proximidade entre ambas é evidente.

Afinal, a História consiste, em última análise, no estabelecimento de relações causais entre eventos⁵⁵. O seu objetivo último será uma diáde: a procura científica da verdade⁵⁶ e a educação da Humanidade⁵⁷, registando os seus erros e a frequência com que se repetem.

⁵⁰ Reis, C. (2018). *Dicionário de Estudos Narrativos*. Edições Almedina. Pág. 305.

⁵¹ CARLOS REIS cita, aqui, WALTER ONG. Supra. Pág. 323.

⁵² McCourt, D.M. (2022). *The New Constructivism in International Relations Theory*. Bristol University Press. Pág. 69

⁵³ Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Pág. 159.

⁵⁴ Cfr. supra. Págs. 18-22.

⁵⁵ Hart, B.H.L. (2012). *Why Don't We Learn From History?*. Sophron Editor. Pág. 19

⁵⁶ Supra. Pág. 42

⁵⁷ Supra. Pág. 21

Na procura do cumprimento desta última vertente, a História é ensinada através de narrativas. A sua transmissão ocorre em massa, para as massas. O resultado é a criação de uma identidade coletiva, moldando substancialmente um grande número de pessoas⁵⁸.

Esta disciplina do saber exerce, pois, uma forte influência na forma como as pessoas se veem a si mesmas e ao mundo. Refletindo no seu impacto social, alguma doutrina vem retratando a História como uma “narrativa coletiva”⁵⁹. O poder da narrativa coletiva, *vis-à-vis* a individual, advém da quantidade de pessoas que a ela aderem.

Interiorizadas no decorrer da sua aprendizagem e reforçadas pela socialização⁶⁰, as narrativas coletivas são mais fortes e tendem, por essa razão, a ser mais duradoras. Com a interação social, sofrem mutações e ganham vida própria. Resultam em verdadeiras crenças⁶¹ e cosmovisões populares que, distanciando-se do propósito propedêutico original da educação em História, legitimam visões particulares do mundo. Tal conclusão afigura-se contrária ao espírito interpretador da disciplina, mas útil às elites político-económicas.

A capacidade que estas elites têm de criar e transmitir narrativas é tão mais poderosa se atentarmos ao facto de que as pessoas leem a História da mesma maneira que leem uma história⁶².

Veremos, mais à frente, esta zona cinzenta que jaz entre a realidade e a ficção.

⁵⁸ Cfr. FERNAND BRAUDEL: “*A chaque époque, une certaine représentation du monde et des choses, une mentalité collective dominante anime, pénètre la masse entière de la société. Cette mentalité qui dicte les attitudes, oriente les choix, enracine les préjugés, incline les mouvements d’une société est éminemment un fait de civilisation. Beaucoup plus encore que des accidents ou des circonstances historiques et sociales d’une époque, elle est le fruit d’une immense contamination dont les germes sont perdus dans le passé et transmis à travers des générations et des générations d’hommes*”. Braudel, F. (1993). *Grammaire Des Civilisations*. Flammarion. Pág. 54

⁵⁹ “*Finally, it should be noted that most of the philosophical literature on changing the past is about collective narratives (“history”), which differ from individual ones*” Wendt, A. (2015). *Quantum Mind and Social Science*. Cambridge University Press. Pág. 191

⁶⁰ “*Narratives are not merely the shared beliefs held by individuals at any given moment (though they depend on those beliefs), but inherently historical phenomena which are kept alive through the generations by an on-going process of socialization and ritual enactment*”: Wendt, A. (1999) *Social Theory of International Politics*. Cambridge University Press. Pág. 163

⁶¹ Cfr. POLKINGHORNE sobre ROLAND BARTHES, teórico dos estudos literários e especialista em narrativa literária: “*Barthes believes that narratives perform significant functions. At the individual level, people have a narrative of their own lives which enables them to construe what they are and where they are headed. At the cultural level, narratives serve to give cohesion to shared beliefs and to transmit values*” Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Pág. 14.

⁶² POLKINGHORNE menciona o trabalho de WALTER BRYCE GALLIE, que abordou a narrativa dum ponto de vista filosófico: “*Gallie emphasized the continuity between historical and fictional narratives, suggesting that people understand a historical text in the same way that they “follow a [fictional] story*”: Supra. Pág. 51.

Por agora, ficar-nos-emos com uma definição final, nossa, de narrativa política: Encadeamento lógico de eventos visando criar ou confirmar uma verdade histórica, com um significado e uma cosmovisão atinentes, influenciando a forma como os agentes interpretam e interagem com o mundo social.

O Homem é uma criatura frágil, refém de uma precária existência.

Porém, não se conformando com a sua pequenez, vem atribuindo significados aos eventos contingentes à sua existência. Primeiro, porque procura atribuir objetividade a uma vivência desordenada e confusa⁶³. Depois, porque, sem uma história por detrás, as nossas ações pareceriam inconsequentes⁶⁴.

Assim, ao longo da história da Humanidade, foram sendo criados fios condutores, para legitimarem a experiência e a interação humanas. A narrativa está por todo o lado porque interpretamos o mundo físico do mesmo modo que o fazemos com o literário: atribuindo um princípio, um meio e um fim.

Neste sentido, a vivência em comunidade surgiu “para satisfazer as necessidades quotidianas”⁶⁵ e por sermos um animal gregário e político⁶⁶. Inicialmente organizados em bandos familiares e tribos⁶⁷, a ideia de comunidade sofreu alterações ao sabor das evoluções histórico-sociais. O paradigma triunfante, confirmado na Carta das Nações Unidas, é, para já, o do Estado-Nação.

A filosofia contratualista baseou a sua legitimidade na manutenção da paz externa e da segurança interna⁶⁸. Por outro lado, ao estar salvaguardado da violência e da destruição, o ser humano poderia produzir mais e zelar pelo “bem público do povo”⁶⁹.

⁶³ Supra, pág.68

⁶⁴ “Without narrative formation, actions would be experienced as inconsistent”: Supra.

⁶⁵ Aristóteles (2008). *Política*. Editora Vega. Pág. 5

⁶⁶ Supra. Pág. 7

⁶⁷ Cfr. págs. 53-59 em Fukuyama, F. (2012). *The Origins of Political Order: From Prehuman Times to the French Revolution*. Farrar Straus and Giroud.

⁶⁸ “The only way to erect such a common power as may be able to defend them from the invasion of foreigners, and the injuries of one another, and thereby to secure them in such sort, as that by their own industry, and by the fruits of the earth, they may nourish themselves and live contentedly”: Hobbes, T. (2014). *Leviathan*. Wordsworth Classics of World Literature. Pág. 134

⁶⁹ Locke, J. (2018). *Dois Tratados do Governo Civil*. Edições 70. Op. cit. 319. Cfr. ainda MIGUEL MORGADO na sua introdução à obra de Locke (pág. LVI): “Os homens só trabalharão se virem protegidos os frutos do seu trabalho”.

Porém, ao contrário das sociedades tribais, os Estados são intrinsecamente desiguais⁷⁰. O seu momento fundacional coincidiu com o fenómeno da concentração de poderes. Como FRANCIS FUKUYAMA nota, tanto na China como na Europa, os governantes consolidaram a sua posição para melhor enfrentar um cenário de guerra permanente. Situação similar nas grandes civilizações árabes, “onde a manutenção da ordem e a obtenção de receitas estavam estreitamente ligadas”⁷¹.

Demonstramos, assim, que o Estado é um produto histórico e que representa o estágio atual da organização social. Demonstramos, igualmente, que se encontra legitimado, por um conjunto de narrativas político-filosóficas.

Igual produto histórico é o Direito; semelhantes serão, também, as suas narrativas, já que a emergência do Direito se confunde com a da sociedade: “A existência do Direito decorre de duas ordens de factos, que podemos exprimir pelas frases seguintes: A) O Homem é um animal social; B) *Ubi societas, ibi jus*”⁷².

Não obstante a sua objetividade, o Direito não pode ser isolado da restante ordem subjetiva da sociedade, na medida em que “não está em causa a actuação ou conduta dos homens, isoladamente, mas a actuação ou conduta dos homens em relação com outros homens”⁷³.

E os restantes homens seguem uma pletora de normas subjetivas como, por exemplo, as normas religiosas e morais.

A distinção entre Moral e Direito é, de igual modo, reveladora, porquanto será meramente orgânica: “O critério fundamental de separação entre a moral e o direito residirá então na circunstância de que as normas jurídicas são físicas e organicamente coercíveis, ao passo que a coercibilidade das normas morais é puramente psicológica e inorgânica”⁷⁴.

⁷⁰ “*Tribal societies are egalitarian, consensus based, and fractious*”: Fukuyama, F. (2012). *The Origins of Political Order: From Prehuman Times to the French Revolution*. Farrar Straus and Giroud. Pág. 192.

⁷¹ Hourani, A. (2021). *História dos Povos Árabes*. 1ª ed. Bookbuilders / Letras Errantes. Pág. 186. A arrecadação de receitas, por parte do Palácio, era, para os mercadores das grandes civilizações árabes, o preço a pagar pela manutenção da ordem nas cidades.

⁷² Mendes, J.C. (1997). *Introdução ao Estudo do Direito*. Pedro Ferreira. Págs. 11-12. CASTRO MENDES justifica esta passagem com a filosofia contratualista (a saber: ROUSSEAU e HOBBS) e com a evolução social, descrita atrás por FUKUYAMA, começando pela família e culminando no Estado.

⁷³ Supra. Pág.121.

⁷⁴ Marques, J.D. (1994). *Introdução ao Estudo do Direito*. 2ª ed. Pedro Ferreira – Artes Gráficas. Pág. 41.

Em relação à ordem objetiva da sociedade, concluímos: a administração da justiça consolida um *status quo* socialmente construído; o Direito confere uma ideia de Bem à sociedade, subordinando a população a um poderoso aparelho de controlo social; e que este aparelho está, *hic et ubique*, nas mãos de uma elite, que faz as regras do jogo e as arbitra.

Das maiores desigualdades económico-sociais⁷⁵, entre as elites governantes e os governados, resulta uma nova procura, por novos significados.

A finalidade da vida em comunidade – a satisfação das necessidades quotidianas em segurança – é insuficiente e compete, agora, com outros princípios fundamentais.

São eles a justiça e a igualdade, *primus inter pares*, garantias de melhores condições de vida em Terra e não tão-somente no Céu.

Aliás, o significado da vida é cada vez mais disputado na Terra e não no Céu⁷⁶. Fenómenos como as alterações climáticas também contribuem para a formação de religiões políticas e profanas⁷⁷. O controlo de um fado *post mortem* é relativizado quando o controlo do destino em Terra é cada vez menor. Destarte, face às disparidades latentes na sociedade, existirá uma propensão para imaginar uma nova vida em vida.

Todos estes significados acalentam a pequena criatura, com grandes desígnios, que é o ser humano. As comunidades de seres humanos, repartidas pelos diferentes Estados, conservam tradições carregadas de significado. São marcas históricas e culturais das civilizações⁷⁸.

⁷⁵ A amostra é grande. Eis alguns exemplos: <https://www.cbsnews.com/news/the-bottom-half-of-america-has-half-the-wealth-it-did-30-years-ago/> (caso dos Estados Unidos da América) e <https://www.euronews.com/green/2022/11/08/billionaires-responsible-for-million-times-more-emissions-than-average-person-oxfam-report>.

⁷⁶ Cfr. CARLOS GASPAR sobre RAYMOND ARON: “Raymond Aron (...) sublinha as qualidades mitológicas do marxismo, que considera uma «heresia cristã», uma forma de milenarismo que situa o Reino de Deus nesta terra, para lá de uma revolução apocalíptica que destrói o velho mundo”. Gaspar, C. (2018). *Raymond Aron e a Guerra Fria*. Alêtheia Editores. Pág. 61

⁷⁷ Cfr. Introdução de CARLOS NELSON COUTINHO e LEANDRO KONDER a ANTONIO GRAMSCI: “Como nos diz Gramsci, o marxismo é uma religião (no especialíssimo sentido croceano da palavra), isto é, uma concepção atuante do mundo, com uma moral que lhe é adequada. Organizar a vontade coletiva, que concretiza esta moral através da *subversão da praxis*, é a tarefa política do marxismo”. Gramsci, A. (1966). *Concepção Dialéctica da História*. Editora Civilização Brasileira. Pág.5.

⁷⁸ “O que conduz os homens, principalmente quando estão em multidão, são as tradições. (...) Sem tradições, não há nem alma nacional nem civilizações possíveis”. Le Bon, G. (2020). *A Psicologia das Multidões*. 1ª ed. Bookbuilders / Letras Errantes. Pág. 84

Comum a todas estas, é a vida e a morte. As civilizações bem-sucedidas adaptaram-se com sucesso à natureza circundante, dominando o espaço habitado. No entanto, todas elas são reféns do tempo. A imortalidade é apanágio dos Deuses. Não se contentando com esta limitação, o Homem faz uso da narrativa política para supri-la.

Confere, assim, uma dimensão temporal à vida em sociedade. O tempo é um aspeto central da narrativa⁷⁹.

Em suma, as sociedades são organizadas em função de narrativas com determinados significados, inspirados na cultura, na linguagem e nos símbolos.

Oferecem previsibilidade à conduta humana e um propósito⁸⁰. São uma componente essencial da estrutura que molda a experiência do agente⁸¹. Este necessitará de uma rede de significados para interagir com os seus pares, precisará de narrativas.

Observamos que a narrativa política produz significados que moldam os agentes. É um instrumento de poder que, fundado num encadeamento de eventos, com um fio temporal condutor e uma verdade histórica atinente, torna uma ficção em realidade.

Vivemos num diálogo entre dois mundos, um imaginário e outro imaginado.

No primeiro, expressa-se a individualidade. A imaginação, sendo uma faculdade pessoal, assume formas diversas, variando de indivíduo para indivíduo. Acima de tudo, é aqui que a literatura ganha vida⁸² e onde a criação e a invenção são espoletadas pela mente.

⁷⁹ Da sua relação com o tempo resulta uma tentativa de atribuir significado a uma vivência desordenada e confusa: "*Mink writes that "stories are not lived but told. Life has no beginnings, middles, and ends": it is only in narrative that order is added to make a good story. These theorists use as their model of narrative the written text, in which all is organized and structured and each event (the extraneous clue in a detective story, for example) has some contribution to make to the plot. In contrast to the written story, where all of the threads are tied up, life as lived seems confused and unstructured*". Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Pág. 68.

⁸⁰ "*Linda Smircich, a developer of the idea of organizations as cultures, described culture as a network of meanings: "The emergence of social organization depends on the emergence of shared interpretive schemes, expressed in language and other symbolic constructions that develop through social interaction. Such schemes provide the basis for shared systems of meaning that allow day-to-day activities to become routinized or taken for granted."*: Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Pág. 122.

⁸¹ "*Although narratives are ubiquitous we are just beginning to appreciate their significance for creating and organizing our experience. An awareness of the role of narrative in constructing human experience, in giving significance to events in our lives and form to the actions we plan*": Supra, pág. 184.

⁸² Reconhecido pelos próprios agentes políticos. Cfr: https://www.youtube.com/watch?v=_KrKdj50mPk (consultado a 18/12/2022). Trata-se de uma entrevista, em Harvard, a Lee Kuan Yew. O ex-primeiro

O segundo é o reino social. Aqui, os produtos da imaginação, ao serem transmitidos e aceites, pela sociedade, transformar-se-ão num bem coletivo. A aceitação dos seus significados dependerá da força da mensagem e do número e qualidade dos aderentes.

Nas próximas páginas abordaremos melhor a interação entre estes dois mundos. Seguidamente, relacionaremos a aceitação de narrativas políticas com a representação. Daremos, por terminada, esta parte, ao perscrutar as relações de poder entre emissores e recetores de narrativas.

Verificamos a existência dos universos ficcional e social. A narrativa política é formada no primeiro, transmitida para o segundo e aí produz os seus efeitos. O processo consiste na transmutação de um significado, concebido num reino imaginário das ideias, para a sociedade. Neste sentido, começa por ser uma visão individual, subjetiva e anistórica e termina em algo real, objetivo e passível de modificar o comportamento dos agentes.

A transmissão do significado para a sociedade é operada, pelos agentes políticos. No decorrer da interação social, acaba por se enraizar. Desta forma, a narrativa política é um instrumento do poder político. Molda e cria a realidade social através de normas, discursos, leis e artifícios económicos e sociais.

A existência de mundos gnosiológicos não é uma novidade na doutrina das R.I. POLKINGHORNE menciona a existência de três: “*the material realm, the organic realm and the realm of meaning*”⁸³.

O último, condicente com o nosso mundo imaginado, é definido da seguinte maneira pelo autor: “*The realm of meaning is structured according to linguistic forms, and one of the most important forms for creating meaning in human existence is the narrative*”⁸⁴.

Na senda de POLKINGHORNE, reiteramos algumas ideias-chave desta dissertação: a narrativa assume um lugar de destaque na sociedade; a produção de significados tem em conta as regras da produção literária; e as pessoas interpretam o

ministro de Singapura, entre 1959 e 1990, nota que a leitura recreativa transporta o leitor para um universo ficcional. Aconselha-a, inclusive, como um escape às exigências do quotidiano.

⁸³ Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Pág. 183.

⁸⁴ Supra.

mundo através de histórias, tendo mais facilidade em captar dado assunto, se lhes for apresentado na forma de uma narrativa.

De forma geral, a convivência com o mundo que nos rodeia dependerá de “protocolos de coerência”⁸⁵ que permitam aos agentes pensar o mundo⁸⁶.

Vejam, agora, como os agentes, através da representação, agirão neste mundo pensado.

A representação é inerente à sociedade e «empresta-lhe» previsibilidade e autoridade⁸⁷. O Homem é o resultado do que ouve, do que faz e do que dizem dele.

Reproduz, amiúde, diversos papéis sociais; é-lhe exigida, socialmente, a adesão a certas regras de comportamento e o respeito a uma determinada hierarquia. Ao fazê-lo, adota um comportamento tido como adequado num dado contexto.

As capacidades de interpretação dos papéis sociais e de atuação em conformidade são importantes nas criaturas sociais. FUKUYAMA, num prelúdio à formação das primeiras comunidades de seres humanos, nota, nos chimpanzés, uma correlação entre a imprevisibilidade e falta de fiabilidade de um membro e a sua segregação social⁸⁸.

Nas comunidades humanas, a depressão é um exemplo de um distúrbio que afeta a relação entre um indivíduo e os seus pares. Há uma perda de conexão com o outro,

⁸⁵ "Whatever protocols of coherence actually exist in the physical world, human existence adheres according to protocols that are literary or narrative in character. These protocols show up in the explanations humans give for their actions and in the interpretations they make of the relations among the events of their lives": Supra. Pág. 64.

⁸⁶ A representação humana do mundo depende de dispositivos narrativos que lhe permitiam operacionalizá-lo. Cfr. Reis, C. (2018). *Dicionário de Estudos Narrativos*. Edições Almedina. Pág. 303: "(...) A atividade humana, das formulações identitárias às construções mentais que dão a conhecer e a representar o mundo, depende de dispositivos narrativos e resolve-se pela sua operacionalização".

⁸⁷ "Solely because society exists, there also exists beyond sensations and images a whole system of representations that possess marvelous properties. By means of them, men understand one another, and minds gain access to one another. They have a kind of force and moral authority by virtue of which they impose themselves upon individual minds": Durkheim, E. (1995). *The Elementary Forms of Religious Life*. The Free Press. Pág. 438.

⁸⁸ A menção aos chimpanzés deve-se à sua capacidade, social e cognitiva, de se organizarem socialmente em bandos. No exemplo mencionado, FUKUYAMA refere-se à chimpanzé Puist, renegada, pelos outros chimpanzés, pois atacava-os quando menos esperavam, tramava falsas reconciliações e tirava partido disso quando, em consequência, os outros baixavam a guarda. FUKUYAMA refere o exemplo oposto da chimpanzé Mama. Mama mediava conflitos, inclusive entre os espécimes machos, que a ela recorriam dado o seu histórico de imparcialidade e fiabilidade. Cfr. Fukuyama, F. (2012). *The Origins of Political Order: From Prehuman Times to the French Revolution*. Farrar Straus and Giroud. Pág. 35.

derivada de uma incapacidade de autorrepresentação. A observação das normas do mundo social é preterida em função do mundo imaginário, onde o deprimido encontra refúgio.

Por conseguinte, a vida em sociedade obriga o indivíduo a subscrever um determinado código de conduta, sob pena de ser incompreendido ou afastado. Como postula DURKHEIM, “*from then on, the individual realizes, at least dimly, that above his private representations there is a world of type-ideas according to which he has to regulate his own*”⁸⁹.

A representação está ligada à imitação. Copiando os outros, em seu redor, o indivíduo expressa uma conexão. Ademais, a adoção dos seus usos e costumes permite a sua identificação com o grupo⁹⁰. Neste contexto, POLKINGHORNE alude a ARISTÓTELES e à ligação que este faz entre narrativa e imitação (ou *mimesis*)⁹¹.

A adesão ao grupo pressupõe a aceitação, expressa ou tácita, das suas narrativas e mitos fundadores. Estes surgem e renovam-se com a atividade humana.

“São os indivíduos que geram construtos ‘do seu mundo através das suas representações mentais e descrições verbais’”⁹². São relatados através de histórias ou de discursos, que traduzem relações de poder. A sua transmissão pressupõe uma posição sobre o tema e a forma como é contada reflete um posicionamento, mais ou menos oculto⁹³.

Observamos como o alcance das narrativas políticas se estende à identidade individual e coletiva dos agentes. Ora, esta dinâmica é caracterizada por relações de poder entre quem emite e recebe o conteúdo narrativo.

⁸⁹ Durkheim, E. (1995). *The Elementary Forms of Religious Life*. The Free Press. Pág. 438.

⁹⁰ Para uma visão mais negativa da adesão individual a um grupo: “*Crowd being a large group of people who abandon their individuality in favor of an intoxicating collective symbol*”. Kaplan, R. (2012). *The Revenge of Geography*. Random House. Pág. 122.

⁹¹ “*Narrative is the form of hermeneutic expression in which human action is understood and made meaningful. Action itself is the living narrative expression of a personal and social life. (...) The recognition of the connection between action and narrative has been part of the Western tradition at least since Aristotle. In The Poetics, Aristotle identified narrative as the imitation (mimesis) or representation of human action*”: Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Pág. 145.

⁹² CARLOS REIS cita ANSGAR NÜNNING. Reis, C. (2018). *Dicionário de Estudos Narrativos*. Edições Almedina. Pág. 405.

⁹³ Confrontar citação que CARLOS REIS faz de GÉRARD GENETTE: “*mesmo no relato mais sóbrio há alguém que me fala, que me conta uma história, convida-me a ouvir como ele a conta e este apelo – confiança ou pressão – constitui uma inegável atitude de narração e, portanto, de narrador*”. Supra. Pág. 408.

Em primeiro lugar, esta relação é vertical e introduz uma forma de controlo entre as partes. As narrativas políticas são ditadas, pelas elites, e rececionadas, pela arraia-miúda. Aquelas são, por conseguinte, instrumentos de poder, na medida em que legitimam formas de pensar e o próprio lugar dos agentes na sociedade interna e internacional.

Segundo a doutrina construtivista das R.I., “*in literature and history, the narrator has control of the story and decides what to include or exclude*”⁹⁴. Imaginar a sociedade todos o poderão fazer; porém, criá-la e mudá-la, estará ao alcance somente de alguns.

Nesta camada da sociedade, convivem poder e capital⁹⁵. Não existe poder sem capital, nem capital sem poder e a riqueza gera riqueza⁹⁶.

Em segundo lugar, as relações de poder, herdadas da estrutura económica, são cimentadas nos fenómenos coletivos que compõem a superestrutura ideacional. Será este o caso da cultura e do Direito.

A cultura, “*a ‘communally sustained’ and thus inherently public phenomenon*”⁹⁷, é sustentada por mitos e narrativas fundacionais⁹⁸ controladas pelo poder político.

Já o Direito é um produto histórico-social, alicerçado nas ideias de Bem e de Justiça. Duas conceções definidas, pelas elites, que arbitram a vida social com recurso a uma coerção legitimada, pelas regras, por si definidas.

⁹⁴ Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Pág. 69. POLKINGORNE refere, também, que o indivíduo pode contar a sua história. Trata-se, outrossim, da capacidade narrativa de estruturar a experiência individual ou o mundo imaginário, como o descrevemos.

⁹⁵ Confrontar a tese do teórico marxista, ANTONIO GRAMSCI: “a conquista das forças materiais é uma maneira – e a mais importante – de conquistar a personalidade”. Gramsci, A. (1966). *Concepção Dialética da História*. Editora Civilização Brasileira. Pág.48-49

⁹⁶ “Verificamos igualmente que a partir de um certo nível de riqueza, os patrimónios tendem a crescer automaticamente a um ritmo acima da média, independentemente da sua origem”: Piketty, T. (2018). *Às Urnas, Cidadãos!*. 1ª ed. Marcador Editora. Pág. 57.

⁹⁷ Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge University Press. Pág. 164.

⁹⁸ Estes mitos e narrativas fundacionais não têm uma única origem. São vários e são escolhidos, pelos interesses instalados. Confrontar a citação feita, por MAJA ZEHFUSS, de JACQUES DERRIDA: “*Derrida argues that the attempt to tell a singular story about oneself must always lead to a myth: ‘This can be said, inversely or reciprocally, of all identity or all identification: there is no self-relation, no relation to oneself, without culture, but a culture of oneself as a culture of the other, a culture of the double genitive and of the difference to oneself. The grammar of the double genitive also signals that a culture never has a single origin. Monogénéalogy would always be a mystification in the history of culture’*”. Zehfuss, M. (2004). *Constructivism in International Relations – The Politics of Reality*. Cambridge University Press. Pág. 211.

A relação entre cultura e Direito, é sintetizada por BAPTISTA MACHADO: “Pode dizer-se que todos os que pensam o Direito o pensam como elemento da cultura”⁹⁹.

Em suma, as narrativas são ditadas pelos poderosos e pelos vencedores; a História é-lhes um instrumento, refletindo, voluntária ou involuntariamente, as suas convicções.

Exploramos, nesta secção, o instrumento criativo de poder que é a narrativa política. Verificamos como o seu uso produz significados, que norteiam a vida em sociedade, da Cultura ao Direito. Atestamos, por fim, que a representação de papéis sociais, pelos agentes, denota uma forma de controlo e de influência, por parte de quem transmite a narrativa.

3. Da Transmissão de Significados: O Discurso Político

O conteúdo narrativo é transmitido através da linguagem empregue no discurso¹⁰⁰.

Metodologicamente, nesta dissertação não caberá um exame dos impactos do discurso no pensamento, individual e particular, dos agentes. Ao invés, a investigação deverá ser conduzida de modo a captar as mudanças nas suas atitudes, verificáveis social e não individualmente.

Neste capítulo focar-nos-emos na análise discursiva. A breve introdução que se segue preparará o terreno para esta abordagem.

Contrariamente à narrativa, o discurso político é uma variável consensual na doutrina das Relações Internacionais. É-o desde os seus primórdios, quando os realistas clássicos devotaram particular atenção ao estudo do interesse público¹⁰¹. Faziam-no de

⁹⁹ Machado, J.B. (2014). *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*. 21ª reimp. Edições Almedina. Pág. 333.

¹⁰⁰ “Because narrative meaning only makes its appearance in the linguistic operations of discourse, considerable attention will be given to the unique strata of meaning communicated through discourse”: Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Pág. 11.

¹⁰¹ “The proximate reason for the need in realism’s case is driven by the need to understand the public interest, the intersubjective structure of political discourse and social purpose, in other countries, if policy prescriptions are to be effective”: Barkin, J.S. (2010). *Realist Constructivism: Rethinking International Relations Theory*. Cambridge University Press. Pág. 89.

modo a sustentarem as suas formulações junto dos decisores políticos, o que reforça o carácter prático do discurso.

Não obstante a sua consensualidade e o seu alcance enquanto recurso analítico, o discurso político é ainda descurado, por boa parte da disciplina. Tal situação se sucede face à desvalorização do papel da comunicação na teorização sobre as R.I.¹⁰² É uma consequência da emergência dos paradigmas neorrealista e neoliberal.

Afigura-se-nos inviável, portanto, que a disciplina das R.I., procurando descrever o comportamento dos vários Estados, interagindo entre si, descure uma componente essencial da sua *praxis*¹⁰³.

A abordagem qualitativa do Construtivismo Pós-Modernista, assente no discurso político, permite ultrapassar esta limitação. Destarte, a sua mais importante realização será a aferição dos interesses políticos em jogo. Contrariamente ao Neorrealismo e Neoliberalismo, o Construtivismo Pós-Modernista não os toma como garantidos¹⁰⁴.

Têm, assim, uma lógica intersubjetiva¹⁰⁵: por um lado, estão em constante construção¹⁰⁶, adaptando-se à mudança dos interesses dos agentes; por outro, estes mesmos interesses são-nos dados a conhecer através dos discursos políticos, que, ao legitimá-los, funcionam como uma «pegada».

A diferença do nosso Construtivismo Pós-Modernista, para o Construtivismo *mainstream*, é de natureza epistemológica. O primeiro, baseando-se em discursos, diz-se

¹⁰² “*Interestingly enough, language is further analyzed not in terms of language per se (langue) but in terms of speech and communication (parole). Although the concept of communication is often referred to, it is hardly taken seriously in IR as a theoretical concept*”: Kessler, O., Hall, R.B., Lynch, C. & Onuf, N. (2010). *On Rules, Politics and Knowledge – Friedrich Kratochwil, International Relations and Domestic Affairs*. Palgrave Macmillan. Pág. 98.

¹⁰³ Nesse sentido: “*conceiving of the existence of political science without politics as a practice is, by contrast, unthinkable*”. McCourt, D.M. (2022). *The New Constructivism in International Relations Theory*. Bristol University Press. Pág. 141

¹⁰⁴ “*Neorealist power analysis in general itself tend to normalize specific power relations, namely, the unvoiced power of the status quo*”: Guzzini, S. (2013). *Power, Realism and Constructivism*. Routledge. Pág. 44.

¹⁰⁵ A Academia participa politicamente na construção do *status quo*. Por isso mesmo, é mister abordar a ótica do poder intersubjetivamente. GUZZINI postula, a este propósito: “*These very practices of power analysis and power politics are part of an ongoing reshaping and reproduction of legitimate discourses and politics. This implies that the whole power analysis must be conceived of as an intersubjective one. Individual power, understood as ability, is couched in an environment that is not just any objective regime or a position in the market/balance of power but an intersubjective realm where rituals of power continually set the stage*”. Cfr. supra.

¹⁰⁶ Aqui, Construtivismo e Realismo Clássico convergem novamente: “*Both approaches [are] rooted in similar ontologies, in the acceptance (...) that there is no objective ideal to which all participants in international relations will agree to consistently over time*”. Supra. Pág.89.

rígido; o segundo, refletindo a natureza liberal do pensamento norte-americano¹⁰⁷, funda-se nas normas e diz-se suave.

ANNA HOLZSCHEITER identifica mais três diferenças, ao nível: (1) da importância do discurso na investigação; (2) da função do discurso na socialização; e (3) do papel da linguagem na criação e representação do mundo¹⁰⁸.

Para a maioria dos construtivistas, o discurso é somente mais uma variável a estudar, juntamente com as normas, regras, identidades e interesses. Para os construtivistas pós-modernistas, o discurso é a variável a investigar, por motivos já explanados. Depois, estes segundos entendem também que todos os institutos sociais advêm de práticas discursivas. Para entender a realidade política e social, é necessário questioná-las, examinar as suas remissões textuais e as relações sociais que sustentam. Ao passo que, para os primeiros, importa mais abordar os acontecimentos políticos independentemente das origens discursivas e linguísticas. O foco deverá estar na explicação daqueles eventos, através de fatores imateriais (identidade, cultura). Por fim, os pós-modernistas, apoiando-se no caráter potestativo da linguagem, entendem que o mundo é criado, pelas nossas palavras. Nele atuamos e representamos, um papel. Progenitor, discente, trabalhador, cidadão. Aos termos empregues, pelo discurso, corresponde um determinado tratamento. Cada um destes termos terá, por sua vez, uma origem histórica e social, passível de ser estudada. Para os restantes construtivistas, a linguagem não perfaz toda a fundação da sociedade, sendo possível escapar-lhe. Mais importante do que o verbo, é a configuração das instituições e respetivo poder normativo¹⁰⁹.

A relevância da análise construtivista rígida é atestada, pelo nosso estudo de caso. O único livro publicado, desde o início do conflito russo-ucraniano, por Volodymyr

¹⁰⁷ “The tendency for liberal constructivism, particularly in the United States, to be of the thin, or neoclassical, variants and to speak in terms of norms. The relationship holds true with liberal discourse as well”: Barkin, J.S. (2010). *Realist Constructivism: Rethinking International Relations Theory*. Cambridge University Press. Pág. 142, nota de rodapé 14.

¹⁰⁸ Holzscheiter, A. (2014). *Between Communicative Interaction and Structures of Signification: Discourse Theory and Analysis in International Relations*. *International Studies Perspectives*, 15, 142-162. <https://academic.oup.com/isp/article/15/2/142/1805830>

¹⁰⁹ Holzscheiter, A. (2014). *Between Communicative Interaction and Structures of Signification: Discourse Theory and Analysis in International Relations*. *International Studies Perspectives*, 15, 142-162. <https://academic.oup.com/isp/article/15/2/142/1805830>

Zelensky, é uma coletânea dos seus discursos. A temática discursiva é, pois, fundamental, tanto na academia como na arena das R.I..

Avancemos para a definição de discurso. Não sendo um conceito disputado, usaremos a esclarecedora definição de POLKINGHORNE: “*A discourse is a unit of utterance: it is something written or spoken that is larger than a sentence. A discourse is an integration of sentences that produces a global meaning that is more than that contained in the sentences viewed independently*”¹¹⁰.”

Partindo desta definição, o discurso será algo mais do que uma soma de palavras, produzindo um efeito maior – o significado – no todo social.

A análise discursiva, de acordo com autores como QUENTIN SKINNER¹¹¹, consistirá, precisamente, na procura de significado intertextual. Esta abordagem *praeter* textual tem uma função teleológica, apurando a intencionalidade e a motivação do emissor.

Para esse efeito, a metodologia, por nós adotada, assentará no modelo pós-modernista da desconstrução textual. Não obstante, não nos cingiremos ao texto (subjetividade) mas à partilha do seu conteúdo pela comunidade, que a ele adere (intersubjetividade)¹¹².

Por outro lado, os significados partilhados estão em constante mudança. Em consequência, os agentes, cuja experiência é impregnada de significado, experienciam uma mudança também. A esta dinâmica, entre agente e estrutura, se chama co-constituição¹¹³.

¹¹⁰ Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Pág. 31.

¹¹¹ Cfr. EVGENY ROSHCIN sobre QUENTIN SKINNER a propósito da análise discursiva: “*As Skinner emphasises, we need to undertake this in order to see what the authors of texts were trying to accomplish. He admits that this task is accomplished by establishing intertextuality among the scrutinized works*”. Gofas, A., Hamati-Ataya, I. & Onuf, N. (2018). *The Sage Handbook of the History, Philosophy and Sociology of International Relations*. Sage Publications. Pág.164.

¹¹² A diferença entre subjetividade e intersubjetividade reside no elemento social da partilha do significado. Confrontar a analogia de BARKIN: “*That a particular statesperson, for example, reacts to a provocation from abroad by thinking by analogy with Chamberlain’s visit to Munich in 1938 does not make the Munich analogy a social construct. If others do the same, however, and if a discourse drawing on the analogy resonates with a public at large, the idea of a Munich analogy becomes a social construct.*”. Barkin, J.S. (2010). *Realist Constructivism: Rethinking International Relations Theory*. Cambridge University Press. Pág. 28.

¹¹³ Para uma definição de co-constituição de BARKIN: “*A second key component of the concept of social construction is co-constitution. “In simplest terms, people and society construct, or constitute, each other.” Understood as such, constructivism looks at neither the effects of existing norms and discursive patterns*

A desconstrução textual, com base nos conceitos de intersubjetividade e co-constituição, desempenhará uma função de deteção de padrões de significados amplamente aceites.

Por amplamente aceites, entenda-se: os discursos políticos relevantes são aqueles cujo conteúdo é tomado como garantido pela comunidade. Somente quando esta condição se verifica, poderemos dizer que o discurso constitui interesse público, para investigação¹¹⁴.

Não aferiremos se o conteúdo em si está certo ou errado (se é factual ou não) mas se se encontra politizado.

Este posicionamento revela a nossa preferência por um Construtivismo Pós-Modernista em detrimento de um Pós-Modernismo *tout court*¹¹⁵.

BARKIN discorre sobre a diferença epistemológica entre estas duas correntes científicas. O Pós-Modernismo *tout court* desenvolve uma análise subjetiva do texto, focando-se na desconstrução dos seus significados. Já o Construtivismo Pós-Modernista releva a componente intersubjetiva do verbo. Assim, mais do que uma desconstrução frásica, recomenda uma comparação intertextual, através das referências do texto. A principal diferença reside no contexto: na abordagem construtivista, o agente - a sua palavra, um texto seu, o seu discurso - nunca se encontrará desligado de um contexto¹¹⁶.

Sobre a teoria discursiva, cumpre mencionar a tipologia de ROMAN JAKOBSON¹¹⁷. De acordo com esta fórmula, as “mensagens verbais”¹¹⁸ funcionam: num dado contexto, que pode ser aproveitado pelo remetente; através de um código, perceptível

on individuals, nor the role of individuals in creating norms and discursive patterns, in isolation from each other, but at both together”. Supra. Pág. 28-29.

¹¹⁴ “*But until such a discourse is broadly accepted within the self-identifying public, it does not constitute a public interest in the constructivist sense.*” Supra. Pág. 69-70.

¹¹⁵ “*The role of historical studies of ideas, language and international thought is first and foremost critical. Uncovering difference in the past is aimed at telling us something new about present-day ideas and possible closures of current political debates. At the same time, placing ideas and concepts into their historical context can help us identify when and how they were actually constructed in the shape familiar to us today*”: EVGENY ROSHCHIN em Gofas, A., Hamati-Ataya, I. & Onuf, N. (2018). *The Sage Handbook of the History, Philosophy and Sociology of International Relations*. Sage Publications. Pág.163.

¹¹⁶ “*The epistemic purpose of deconstruction, to examine difference in discourse, is in this sense distinct from the epistemic purpose of constructivism, to examine similarities across discourse*”: Barkin, J.S. (2010). *Realist Constructivism: Rethinking International Relations Theory*. Cambridge University Press. Pág. 63.

¹¹⁷ O ensaio “*Linguistics and Poetry*” de ROMAN JAKOBSON é citado por POLKINGHORNE. Cfr. Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Págs. 33-36

¹¹⁸ Supra.

tanto para quem recebe como para quem faz a mensagem; e em virtude de um contacto, físico ou psicológico, entre as duas partes que perfazem a relação comunicativa.

Esta é dotada de verticalidade. MICHEL FOUCAULT explora esta dinâmica em *A Arqueologia do Saber*. Uma leitura desta sua obra conduzir-nos-á a três pontos fundamentais: (1) através do discurso é criado “um sistema de relações”; (2) o discurso é um exclusivo de determinadas classes sociais e excludente de todas as outras: “a propriedade do discurso – (...) direito a falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas – é reservada de facto (e, por vezes, até mesmo em termos regulamentares) a um grupo determinado de indivíduos”; e (3) o discurso, através das frases e palavras, liga-se “a um domínio de objectos” e prescreve “uma posição definida a todo o sujeito possível”¹¹⁹.

O discurso é, afinal, uma forma de poder¹²⁰, de persuasão e influência, projetando uma desigualdade latente entre quem cria e comunica e quem recebe o conteúdo discursivo.

Enquanto instrumento de poder para atingir determinado fim, é dependente de um contexto¹²¹. Convive, *mutatis mutandis*, com outras variáveis sistémicas que constroem os agentes-emissores.

Da análise discursiva, reunimos as seguintes questões, organizadas em três pontos, essenciais a reter, para investigação.

São elas, a nosso ver, com base nos autores mencionados: (1) **quem pronunciou** o discurso público? Que posição ocupa? Que interesses tem nesta matéria? (2) **Qual o código** que subjaz a mensagem política? Que narrativa política alimenta o discurso?

¹¹⁹ Foucault, M. (2021). *A Arqueologia do Saber*. 1ª ed. Edições 70. Pág. 93, 108 e 152.

¹²⁰ “Control over discourse is a formidable source of power and discourses must be construed as assets”: PATRICIA M. GOFF em Green, R.T. (2015). *Constructivism and Comparative Politics*. Routledge. Pág. 171. Confrontar também a citação que GOFF faz de MICHEL FOUCAULT: “Indeed, it is in discourse that power and knowledge are joined together. And for this very reason, we must conceive discourse as a series of discontinuous segments whose tactical function is neither uniform nor stable. (...) Discourse transmits and produces power; it reinforces it, but also undermines and exposes it, renders it fragile, makes it possible to thwart it”. Op. cit.

¹²¹ “Without the notion that the story is about something outside the discourse itself, it would lose its force as a selection from possible events and its power to intrigue us”: Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Pág. 92.

(3) **Como foi recebida?** Quais as suas implicações e repercussões junto dos recetores do conteúdo discursivo?

Por fim, atenha-se ao facto de que os discursos políticos poderão combinar informações factuais com outros artifícios retóricos¹²², de forma coerente.

Concomitantemente, é necessário ver que o facto objetivo não se confunde com o facto dito verdadeiro.

O nosso objeto de estudo são, pois, os factos partilhados intersubjetivamente e cuja concordância se dê entre pessoas razoáveis¹²³. A verdade reside na partilha e aceitação de um conteúdo tido como razoável num dado período histórico-espacial.

Resumidamente, o discurso político é o veículo privilegiado de transmissão de significado de um agente político, em posição vantajosa para o efeito, para os demais. Este significado poderá ser aceite e partilhado, pela comunidade. Se tal for o caso, constituirá uma construção social.

A desconstrução textual é a metodologia utilizada, pelos cientistas sociais, para isolar do texto os significados partilhados, com o intuito de concatenar sobre as origens e os interesses na origem destes.

4. Contingências do Significado: O Contexto Securitário

A criação narrativa e a prática discursiva não são alheias ao seu contexto.

Por um lado, o conteúdo narrativo é circunstancial, inserindo-se em determinada dimensão temporal-espacial. Por outro, dizemos que o seu significado existe quando efetivamente é partilhado, por uma comunidade. O acautelamento do contexto social é condição *sine qua non* para a eficácia da transmissão discursiva.

¹²² “Narrative discourse includes, in addition to historical writing, such productions as myth, fictional literature, and poetry. Both the paradigmatic and the narrative forms of discourse carry factual information in the sentences that compose them, but each also carries an additional type of information in the form of the coherence they impose on the sentences”: Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press. Pág. 60.

¹²³ “People accept a common understanding of the public good, act according to that understanding”: Barkin, J.S. (2010). *Realist Constructivism: Rethinking International Relations Theory*. Cambridge University Press. Pág. 75.

Esta parte da dissertação baseia-se nos contributos teóricos da Escola de Copenhaga dos Estudos de Segurança. Mais do que uma repetição exaustiva dos seus conteúdos, far-se-á uma sucinta ligação com o nosso tema. Em particular, entre o discurso político e os fenómenos da politização e da securitização.

Concluiremos que os interesses, individuais e de classe, da elite, se sobrepõem aos do todo social. São-lhe ditados através de fórmulas genéricas, como o “interesse nacional” ou as “ameaças externas”¹²⁴.

Já havíamos visto como a verdade é uma circunstância do tempo, do espaço e da própria sociedade em questão. Diremos, nesse sentido, que os factos são maleáveis¹²⁵ e que a influência, neste processo, da ação política, determina que um facto seja politizado.

A politização é, em sentido restrito, a inclusão de um determinado tema na agenda política, em detrimento de outro. Em sentido lato, a politização é o poder que os agentes têm, para moldar a realidade política através desta escolha.

Ao politizar certo tema, os agentes políticos estão a sujeitá-lo ao debate público, elevando-o. Esta discussão permitirá, de igual modo, aferir, na medida do possível, os processos de tomada de decisão e as suas justificações.

Se da politização de um dado assunto resultará a sua discussão, na securitização o oposto se verifica. Neste caso, o poder público mobilizará uma justificação para travar esse mesmo debate, exortando a medidas imediatas.

A securitização consiste, então, no discurso que transfere um assunto da arena política para a securitária¹²⁶. Esta transferência, feita num contexto de emergência, acarretará uma prioritização, implicando a aplicação de meios extraordinários¹²⁷.

¹²⁴ Supra.

¹²⁵ “To be “political” means to be potentially changeable”: Guzzini, S. (2013). *Power, Realism and Constructivism*. Routledge. Pág. 71

¹²⁶ *Whenever security (or the national interest) is invoked, i.e. when issues are ‘securitised’, particular issues are taken out of regular politics and made part of a special agenda with special decision-making procedures and justifications attached to it*”: Supra. Pág. 245.

¹²⁷ “Barry Buzan and Ole Wæver have proposed a framework of security analysis around the concept of “securitization”. According to them, security is to be understood through the effects of it being voiced. It is part of a discourse (for example, “vital national interests”) which, when successfully mobilized, enables issues to be given a priority for which the use of extraordinary means is justified”. Supra. Págs. 71-72.

Tanto a politização como a securitização refletem o uso que os agentes fazem do discurso político e da sua capacidade de agenda. Estes processos, para serem eficazes, requererão justificações que persuadam o todo social.

Estas justificações, que os agentes políticos empregam na prossecução dos seus interesses, moldam a própria realidade social. Trata-se de uma criação deliberada de uma realidade, mais adequada aos fins em mente.

Exemplo típico é o da utilização de uma linguagem maniqueísta, para se dirigir a outros agentes, dividindo a sociedade internacional entre os «bons» e os «maus». Os anglo-saxónicos apelidam-nas de *enemy images*. Estas imagens são tão temporárias quanto os interesses, por detrás da sua emergência. Contudo, influenciam a forma como são percebidos os agentes políticos, diferenciando-os superficialmente.

Todo o tipo de imagens utilizadas, para persuadir os destinatários, da diferença entre os agentes, refletem interesses. Toda a persuasão reflete os interesses dos poderes instalados.

O mito é outro tipo de instrumento persuasivo, frequentemente utilizado pelos agentes políticos. Casos paradigmáticos são os de «Munique» ou do «Ruanda»¹²⁸. São metáforas míticas: no primeiro caso, aludem ao falhado apaziguamento a Adolf Hitler; no segundo, à débil resposta internacional ao genocídio naquele país africano.

São mitos na medida em que ligam acontecimentos passados a determinados desfechos, impregnando-os de significado simbólico. Os casos supramencionados remetem para o fracasso das políticas de não-intervenção, por parte do chamado «mundo ocidental».

Este tipo de alusões são de natureza persuasiva, na medida em que, não obstante a validade dos seus pressupostos, ignoram a complexidade e multitudine de fatores envolvidos. Ademais, instrumentalizam-nos, transportando-os, para uma nova realidade,

¹²⁸ HALVARD LEIRA e BENJAMIN DE CARVALHO mencionam, para além do Ruanda, o exemplo do massacre de Srebrenica: “*References to a mythical past and how it ought to guide us can be located at many levels, and in many different spheres of international politics. ‘Srebrenica’ and ‘Rwanda’ can serve as examples. Today they serve as powerful warnings about the consequences of complacency and inaction in international politics, as the events themselves are relegated to the background of the moral failure of the West*”. Em Gofas, A., Hamati-Ataya, I. & Onuf, N. (2018). *The Sage Handbook of the History, Philosophy and Sociology of International Relations*. Sage Publications. Pág. 230.

sem a adequada conformação entre os fatores do passado e do presente. Tal processo seria moroso e de elevada complicação, pretendendo-se o mito simples e eficaz.

No caso dos mitos, aduzimos que o poder político, ao recorrer à metáfora mítica, exortando à ação no presente, com base nos desfechos passados, ignora a complexidade dos assuntos internacionais, para o efeito.

Esta posição não invalida o uso da História nos discursos oficiais. O *dever ser* da política internacional não é o objeto de estudo desta dissertação. Limitamo-nos, aqui, a descrever o potencial potestativo da História na contextualização do significado transmitido.

Postas as coisas assim, concluímos sobre a natureza persuasiva da securitização, em especial quando combinada com o mito.

Confrontados com emergências, medidas as consequências da ação e da inação, apoiadas amiúde, pela aplicação metafórica de mitos, muitos se darão por persuadidos.

Indicamos, neste subcapítulo, dois conceitos úteis para uma avaliação contextual dos significados sociais. A análise de temas politizados permite conferir o que está na agenda dos agentes políticos. Já os assuntos alvos de securitização possibilitam uma constatação do que os agentes consideram uma emergência.

CAPÍTULO II

CONCLUSÃO: O DISCURSO POLÍTICO COMO FÁBRICA DE REALIDADES?

Explanada que está a súmula teórica da parte primeira desta dissertação, concluiremos que o discurso político, transmitindo narrativas, ao ser socialmente aceite, constitui a realidade.

A linha teórica entre o real e o imaginário é delimitada pelo critério da aceitação, pelos membros das sociedades civil e internacional. A realidade não se prende, desta forma, com uma existência metafísica, mas com uma aceitação social, assim vigorando.

O discurso é uma fábrica de realidades: de acordo com MAJA ZEHFUSS, “*language does not describe or represent reality: rather it creates reality*”¹²⁹. NICHOLAS ONUF acrescenta que “[*the*] *very act of saying something (a speech act), of giving voice, does what that act says it does*”¹³⁰.

Sendo a realidade criada pelo discurso e encontrando-se os meios de comunicação social¹³¹ e política¹³² dominados pelas elites, estabelecemos uma relação entre discurso e poder. Trata-se de admiti-lo enquanto instrumento, para fins político-económicos.

O discurso académico, de igual modo, não é impermeável a este tipo de influências. Especialmente tratando-se de disciplinas sociais, como a Economia, o Direito, a Ciência Política e as R.I..

Neste sentido, existe uma relação de reciprocidade entre a academia e os decisores políticos, influenciando-se mutuamente.

¹²⁹ Zehfuss, M. (2002). *Constructivism in International Relations: The Politics of Reality*. Cambridge University Press. P.153. Esta expressão inspirou o nome desta dissertação e as primeiras investigações sobre o papel constitutivo da linguagem dos discursos políticos, nas R.I..

¹³⁰ Supra. Pág. 178.

¹³¹ Para uma investigação de um órgão de comunicação social sobre a entrada de capital e interesses estrangeiros na indústria mediática portuguesa, ver: <https://expresso.pt/economia/2019-09-21-Afinal-quem-manda-nos-media-em-Portugal> (visualizado a 24/02/2023). A investigação comprova um crescimento dos investimentos chinês, angolano e, especialmente, norte-americano, nos *media* portugueses.

¹³² Meio de comunicação política *lato sensu*. Referimo-nos à comunicação partidária, com destaque para a atividade parlamentar, canal privilegiado de exposição sociopolítica.

A título de exemplo, as teses neorrealistas e neoliberais prescrevem uma determinada conduta em acordo com os seus dictâmes teóricos.

O mundo realista é uma arena de Estados egoístas em permanente competição¹³³. Privilegiará, destarte, análises que preconizem soluções com base em equilíbrios ou acumulações de poder.

Semelhante mundo é o liberal. Porém, neste caso, há uma perceção de que cooperar será mais vantajoso do que competir¹³⁴. A cooperação económica recomenda o comércio livre; a política, o aprofundamento do sistema multilateral internacional.

São duas realidades diferentes e os agentes políticos poderão optar em conformidade com os seus interesses. Não são mutuamente exclusivas.

A linguagem cria a realidade. É um produto da agência¹³⁵. E os agentes não são os Estados mas todos aqueles que os influenciam. Os agentes políticos não são o Estado mas os indivíduos que agem em nome deste símbolo profano.

Quem profere os discursos tem nome e tem responsabilidades. Falar de Estado enquanto agente é uma reificação e uma desresponsabilização dos poderes instalados.

Por detrás destas abstrações residem personagens com interesses e ambições.

O objetivo a que nos propusemos nestas páginas foi o de dissertar sobre a interação entre a realidade e a ficção. A linha ténue entre ambas atesta a natureza volátil e perniciososa da comunicação em R.I.. Por detrás dos discursos políticos residem narrativas que servem interesses e ambições individuais.

Partiremos, na próxima parte, para uma demonstração. Escolhemos a Guerra na Ucrânia. Porém, dissertar sobre a situação na Ucrânia seria discorrer abstratamente.

¹³³ O sistema internacional será a aritmética das principais potências concorrentes, cujo poder importa para aquele cálculo de distribuição de poder. O ponto ótimo possível será a obtenção de um equilíbrio (realismo defensivo ou «waltziano») entre as grandes potências ou, em alternativa, a acumulação de poder (realismo ofensivo).

¹³⁴ Os Estados continuam a conviver numa arena anárquica com incipientes normas e regimes político-legais, conforme a descrição neorrealista. Porém, a emergência de regimes internacionais (desde os direitos humanos, até ao comércio livre e ao reconhecimento de passaportes estrangeiros) e a maior interdependência entre os Estados no sistema internacional, fenómenos novecentistas, mitigam o seu carácter anárquico.

¹³⁵ Conforme sumariza JAMIE FRUEH, “agency is an effect of social discourse”. Gould, H.D. (2017). *The Art of World-Making – Nicholas Greenwood Onuf and His Critics*. Pág.106

O Discurso Político como Fábrica de Realidades e a Narrativa de Volodymyr Zelensky da Guerra Russo-Ucraniana entre Fevereiro e Abril de 2022

Falaremos, deste modo, da prolífica atividade discursiva do seu presidente, Volodymyr Zelensky, nos primeiros meses subsequentes à invasão da Ucrânia, pela Federação Russa.

PARTE II

A NARRATIVA DE VOLODYMYR ZELENSKY DA GUERRA RUSSO- UCRANIANA ENTRE FEVEREIRO E ABRIL DE 2022

NOMES E NOTAS SOBRE AS PERSONAGENS PRINCIPAIS DAS NARRATIVAS EM ANÁLISE

Volodymyr Oleksandrovykh **Zelensky** – Presidente da Ucrânia, desde 2019, e porta-voz dos ucranianos

Ucranianos – Povo que habita a Ucrânia, brutalmente invadido, pelos russos

Russos – Povo que habita a Federação Russa e invadiu a Ucrânia

Vladimir Vladimirovitch **Putin** – Presidente da Federação Russa e responsável político, pela invasão da Ucrânia

Europeus – Os povos que habitam o continente europeu, no geral; em particular, os cidadãos dos Estados da União Europeia e dos Estados que a ela querem aderir.

Vladimir Ilitch Uliánov (**Lénine**) – Chefiou o Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética e é considerado o pai da Revolução Bolchevique. É descrito, por Putin, como o responsável, pela criação da Ucrânia.

Viktor Fédorovitch **Yanukovitch** – Presidente dos ucranianos entre 2010 e 2014. Rejeitou um acordo com os europeus, fugiu, para a Rússia e foi condenado, *in absentia*, por alta traição, a 13 anos de prisão.

Chineses – Povo que habita a China, país invadido, no séc. XIX, pela Rússia.

Petro Oleksyovych **Poroshenko** – Presidente da Ucrânia, entre 2014 e 2019.

Roberta Metsola – Presidente do Parlamento Europeu.

Ruslan Oleksyovych **Stefanchuk** – Presidente do Parlamento Ucraniano

Nazis – Membros do Partido Nazi ou aqueles que foram coniventes com as práticas dos crimes destes.

Adolf Hitler – Líder do Partido Nazi. À semelhança de Putin, tinha um sonho e uma vontade irredentista de expandir o território alemão, negando a existência de algumas nacionalidades.

Judeus – Grupo etnorreligioso, perseguido sistematicamente e de forma genocida, pelos nazis.

Olena Volodymyrivna **Zelenska** – Mulher de Volodymyr Zelensky.

Mercenários – Grupos de guerrilheiros pagos a soldo, às ordens de Putin. O maior é o Grupo Wagner.

Georgianos, cazaques, letões, polacos, estónios, lituanos – Povos nas imediações da irredentista Rússia, possíveis próximos alvos de uma guerra

Angela Merkel - Chanceler alemã, de 2005 a 2021. Grande promotora de boas relações económicas entre os europeus e os russos.

Dmytro Ivanovych **Kuleba** – Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia

Sergey Viktorovich **Lavrov** – Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia.
Sancionado, pelos europeus, pela sua responsabilidade na invasão da Ucrânia

Norte-americanos – Povo que habita os Estados Unidos da América.

Ursula von der Leyen – Presidente da Comissão Europeia

LIVRO I

A EUROPA EM GUERRA

I. O Dia Z: 24 de Fevereiro de 2022

“Quase duzentos mil soldados e milhares de veículos militares. Os vossos líderes autorizaram-nos a entrar no território de outro país. Este passo pode marcar o início de uma enorme guerra no continente europeu.” - Volodymyr Zelensky, aos cidadãos russos, 24/02/2022ⁱ

Na madrugada de 24 de fevereiro de 2022, pelas 4h50ⁱⁱ, o presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, anunciou aos cidadãos russos uma “operação militar especial”ⁱⁱⁱ na Ucrânia, para proteger as comunidades falantes de língua russa, aí residentes. O objetivo seria remover Volodymyr Zelensky do poder e impedir a entrada dos ucranianos na OTAN e na UE. A proposta oficial, por sua vez, visava uma «desnazificação» da Ucrânia, para além da referida proteção das populações russófonas. A paz seria imposta pela força, vista como um mal necessário.

Naquela manhã de inverno, as Forças Armadas russas entraram em território ucraniano. Vieram em auxílio dos russos, ucranianos russos, ucranianos falantes de russo e russos falantes de ucraniano, atingindo, pela alvorada, as suas cidades com mísseis. Era um preço a pagar, pelo desígnio maior da defesa da Santa Rússia. O plano envolveu, também, uma mobilização de centenas de milhares de tropas e incluiu dezenas de tentativas de assassinar o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky.

Os russos lembravam-se de Zelensky^{iv}. Com ele riram, assistindo aos seus programas de entretenimento, ora na televisão, ora no teatro. Alguns tiveram-no como vizinho, em Mytishchi, cidade nos arredores da capital russa^v. Imagine-se o horror da população deste subúrbio, tomando consciência de que a «Mão de Moscovo»^{vi}, cândido epíteto conferido pela comunicação social ucraniana antes da guerra, havia habitado entre eles. Volodymyr «Mão de Moscovo» Zelensky também não era uma figura estranha aos órgãos de comunicação social russos: haviam-no congratulado aquando da sua tomada de posse^{vii}.

Volodymyr Zelensky: o presidente ucraniano, de raízes judaicas, com tios-avós assassinados pelos nazis, com ligações à Rússia, que falava melhor russo do que ucraniano^{viii}, que defendia “acabar com a guerra no Dombace”^{ix} e aí criar “uma zona de comércio livre”^x. É este o líder de uma nação, de acordo com o *Kremlin*, tomada, por um movimento “radical e nacionalista”, de inspiração nazi, que leva a cabo “ações agressivas” contra os russos^{xi}.

Outra parte da narrativa russa revolve ao momento fundacional do Estado moderno ucraniano. Vladimir Putin, no seu discurso, descreve-o como uma construção deliberada de Lenine, numa cedência ao movimento nacionalista ucraniano. Após a dissolução da União Soviética, estes nacionalistas desfizeram-se das referências materiais – estátuas, símbolos – e imateriais – narrativas, mitos fundacionais, culto aos heróis – do comunismo. Quive^{xii} substituiu os mitos comunistas pelos ucranianos. Mas, sendo o Estado ucraniano um produto da criação russa, então os russos, sentindo-se defraudados pelo seu afastamento, poderiam, da mesma maneira que o criaram, destruí-lo. Vladimir Putin, no lugar outrora ocupado, pelos secretários-gerais soviéticos, entende que a tutela da Ucrânia lhe pertence. Enquanto foi presidida, por figuras orientadas, para Moscovo, como Viktor Yanukovitch, medidas mais drásticas não se afiguraram necessárias. Porém, os presidentes que se seguiram foram reinterpretao a posição da Ucrânia no mundo. Surgiu, então, a conceção de uma Ucrânia democrática e europeia. O que constituiu um problema, para o *Kremlin*. Para Putin, a existência da Ucrânia seria tolerada enquanto Estado-tampão mais ou menos neutral, integrado num sistema russo de relações económico-culturais. Não poderia permitir que uma construção política russa se libertasse da sua esfera de influência, dividindo-a e criando um perigoso precedente. A Ucrânia conseguir isto e, ainda para mais, aderindo de seguida à UE e à OTAN, seria uma situação absolutamente inaceitável.

A ameaça que a Ucrânia apresenta à Rússia não é, pois, verdadeiramente militar; será, melhor dizendo, um desafio histórico-identitário; um acelerar de uma inevitabilidade. A Rússia pretende ser encarada como uma superpotência internacional. Há, contudo, uma perceção generalizada da sua decadência. Inclusivamente entre os chineses, seus principais parceiros. Uma relação estratégica que durará, não nos enganemos, até quando interessar aos responsáveis políticos da República Popular da China. Putin refere frequentemente a História. Ora bem, historicamente, nunca o

relacionamento com os chineses foi cordial; não será de somenos reter que parte da Manchúria, berço da última dinastia *Qing*, encontra-se sobre tutela russa. Tinha sido anexada, pelo Império Russo, no século XIX, período terrível para os chineses. Sobre a política russa, retenha-se: manter uma rede de Estados clientelares é manter a esfera de influência russa, herdada do tempo dos czares e dos soviéticos. A perda destes países, para a Rússia, significará uma perda de influência regional e, por extensão, internacional. A vontade de alguns destes países se afastarem da ordem russa é uma consequência necessária da sua decadência. Se os métodos pacíficos não travarem esta erosão, terá, para Putin, de ser usada a repressão. Assim o fez na Chechénia, na Geórgia, na Crimeia, no Dombace^{xiii} e, agora, no resto do território ucraniano.

A guerra é feita tanto no terreno como no plano da comunicação. Por essa razão, mudanças foram sentidas, desde logo, na sua nomenclatura; isto é, na forma como as designações são atribuídas. Enquanto Zelensky e os restantes países do «Ocidente» classificaram a invasão russa de «guerra», Putin escolheu os termos «operação militar especial». A disputa dos significados alastrou-se até ao abecedário. Após o discurso de Putin, a letra Z passou a ser conotada com o esforço de guerra russo, motivando reações nas sociedades civis da Ucrânia e dos países europeus.

Com o advento da massificação da internet, estes novos significados revestem-se da maior importância. Tornou-se ainda mais necessário comunicar: para granjear apoio, obter armas e dinheiro. Zelensky, com décadas de experiência no mundo da representação, enquanto ator e comediante, utilizou habilmente as plataformas ao seu dispor a favor da causa ucraniana. Nos meses seguintes à invasão russa, fará discursos em parlamentos de outros países, dará entrevistas aos mais variados órgãos de comunicação social e participará ativamente nas redes sociais. Conseguirá, com isto, aquilo a que se propôs: armas, apoio, dinheiro, uma possível candidatura à União Europeia e à OTAN, que, meses antes, se afigurava impossível. O seu carisma, o seu domínio da arte de bem comunicar e a poderosa síntese que fez da sua realidade, produziram efeitos na forma como o conflito é percebido, pelos agentes políticos de outros países.

Desde o primeiro dia da guerra se deu uma mudança na sua imagem. Largou o fato e gravata e envergou a t-shirt verde-caqui. Envelheceu, perdendo os traços de presidente imberbe; adotou um discurso simples, uma narrativa coesa e uma postura credível, frontal

e séria. Conseguiu representar dignamente a imagem do sacrifício do povo ucraniano e conseguiu transmitir, através dos discursos, a sua narrativa, na linguagem e no espírito da época.

- Preciso de munições, não de uma boleia!^{xiv} – respondeu, Zelensky, aos que lhe queriam facultar uma saída para se salvar a si mesmo, das forças do *Kremlin*.

- Estamos todos aqui. Os nossos militares estão aqui. Os cidadãos estão aqui. Estamos aqui para defender a nossa independência, o nosso Estado, e assim continuará a ser. Glória aos nossos defensores! Glória à Ucrânia!^{xv} – disse, num vídeo colocado nas redes sociais, informando tudo e todos acerca do seu paradeiro, após a difusão de boatos de que havia abandonado o país.

Intervenções como esta foram bem acolhidas; os ucranianos passaram a confiar em Zelensky: dois meses antes, a sua popularidade cifrava-se nos 38%, passando, nos primeiros dias após a guerra, para os 91%^{xvi}.

Os seus discursos galvanizaram as populações^{xvii} da Ucrânia e do chamado «Mundo Ocidental». A sua mensagem é simples, a causa afigura-se-lhes justa; Zelensky, em troca de apoio político-militar, oferece aos cidadãos das capitais europeias algo que “havia procurado: um sentido de propósito”^{xviii}. Poucas são as causas justas e unificadoras. Uma são justas mas fraturantes; outras são unificadoras mas injustas. Especialmente no que aos assuntos internacionais concerne, na medida em que as zonas cinzentas representam a regra generalíssima. Poucas são também as causas possíveis de discernir em justas e injustas. Mas há-as e o mérito de Zelensky foi demonstrá-lo-no. Podemos constatar que poucas causas uniram mais as sociedades «ocidentais» do que o apoio aos ucranianos. Receberam os seus deslocados e manifestaram-se defronte às embaixadas russas: de Lisboa a Istambul passariam a ser diariamente patrulhadas, pelos órgãos policiais. Algumas delas barricadas.

Dado o peso da opinião pública nas democracias, Zelensky conseguiu influenciar os processos de tomada de decisão a favor da Ucrânia, chegando aos seus líderes através da reação popular e dos seus discursos em plataformas formais, como os parlamentos.

II. A Ucrânia é uma Democracia Europeia

“It is Ukraine here. It is Europe here. It is a democratic world here” - Volodymyr Zelensky, aos ucranianos “de ferro”, 12/03/2022^{xix}

A Ucrânia é uma democracia sita no Leste europeu^{xx}.

Dada a sua proximidade cultural, política e identitária aos países europeus e atendendo ao facto de que partilham fronteiras, é uma candidata legítima à União Europeia. A adesão de Quive aos 27 pode ser bloqueada, por motivos de outra ordem, mas, como determinou Zelensky, no segundo dia da guerra:

- When bombs fall in Kyiv, this happens in Europe, not only in Ukraine. When missiles kill our people, it's the death of all Europeans. Require more protection for Europe, more protection for Ukraine - as part of a democratic world^{xxi}.

A espontaneidade e genuinidade da reação popular europeia à guerra tornou clara uma certa ordem de ideias. Vamos à primeira: é inegável a existência de uma solidariedade e de uma pertença comum a um mesmo espaço partilhado, que foi violado e violentado. O fenómeno, que uniu os cidadãos europeus e ucranianos, ultrapassou os poderes políticos. Da esquerda à direita, dos populistas aos centristas, dos pró-europeus aos anti-capitalistas, dos conservadores aos libertários. Bandeiras ucranianas esvoaçam, em cidades recônditas, da Estónia a Portugal. Todos os partidos tiveram de se conformar à vontade popular e ao desejo de ajudar os compatriotas ucranianos. Sob pena, não tenhamos dúvidas, de serem prescritos, pela força da História. Ficou bem patente que, só por um artifício jurídico-político em sinal contrário, se dirá que a Ucrânia não pertence à comunidade de Estados europeus. A adesão popular à causa ucraniana esmagou as fronteiras arbitrárias, as visões obsoletas das coisas, enfim, os produtos históricos de uma qualquer elite.

Observemos agora a democracia ucraniana.

O regime democrático está consagrado na Constituição ucraniana, no seu artigo primeiro^{xxvii}. Contudo, em 2022, a Ucrânia foi classificada de “autocracia eleitoral”^{xxviii} (*Our World in Data*), “regime híbrido”^{xxix} (*The Economist*) e “parcialmente livre”^{xxx}

(Freedom House). Esta deriva democrática é justificada pela excecionalidade da guerra, cuja condução requiere, *ipso facto*, a suspensão da normalidade jurídico-política.

É incontestável, porém, a validade da asserção de que o sistema eleitoral ucraniano, antes da guerra, tenha permitido a emergência de presidentes com agendas tão diferentes como Viktor Yanukovitch ou Petro Poroshenko. Incontestável será, também, a proteção constitucional conferida à língua russa, pela Constituição ucraniana^{xxvi}, não obstante parte da narrativa russa justificar a guerra com a opressão ucraniana aos russófonos: a identidade linguística russa é tacitamente reconhecida no artigo 11º e expressamente protegida no artigo 10º.

Assim se constata a natureza pluralista do regime ucraniano. Atestamos, atrás, a solidariedade dos povos europeus, para com os ucranianos. Ora, a importância da Ucrânia, para a Europa, poder-se-á deduzir, também, do interesse das elites europeias nesta guerra. Também elas manifestaram uma extraordinária preocupação em apoiar a democracia ucraniana. Confrontem-se as seguintes palavras de Roberta Metsola, proferidas^{xxvii}, em Março de 2022, numa reunião, em Marselha, que incluiu o presidente da Rada, o parlamento ucraniano, Ruslan Stefanchuk:

- Kyiv is under siege and so is democracy. This is an attack not only on an independent and peaceful nation but also on liberal democracies, elected representatives and parliaments.

Se a Ucrânia não fosse democrática nem europeia, por que razão havia a União Europeia e o Reino Unido de a defender e de acolher de braços abertos os que fugiram à guerra? Da rápida resposta a esta crise de refugiados, a maior desde a Segunda Guerra Mundial^{xxviii}, em comparação com a de 2015^{xxix} (oriundos de países não-democráticos e não europeus), se dará por comprovado que os ucranianos são cidadãos europeus e que a Ucrânia é uma democracia europeia.

Sabemos aquilo que a Ucrânia é. Vejamos o que não é. De acordo com Volodymyr Zelensky: não é racista, nem intolerante e tampouco um Estado-tampão. A sua Constituição acolhe os interesses russos e o seu presidente é oriundo de uma região russófila, marcada, pela influência cultural russa.

- Na Ucrânia, o racismo e a intolerância não têm qualquer hipótese – sustentou^{xxx}, em setembro de 2021, diante de uma plateia, que o escutava atentamente, no Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos da América.

- *And I hope no one thinks of Ukraine as a convenient and eternal buffer zone between the West and Russia. This will never happen. Nobody will allow that.* – disse, por sua vez, na Conferência de Segurança de Munique, dias antes da invasão russa, em larga escala (19/02/2022)^{xxxi}.

As acusações de «nazismo», promovidas pelo Kremlin, afiguram-se descabidas. Num plano interno, o regime ucraniano permitiu transições de poder democráticas; a sua Constituição contém normas acerca da diversidade linguística e cultural; e não existem dados acerca de uma perseguição sistemática, exercida sobre a população a leste ou sobre os judeus. Novamente, as origens do presidente Zelensky são esclarecedoras, informando sobre o revisionismo da narrativa russa: nasceu em Crivi Rih^{xxxii}, no *oblast* oriental de Denipro-petrovesque^{xxxiii} numa família cuja ascendência está ligada ao judaísmo e à sua história, com os seus tios-avôs assassinados, pelos nazis, na II Guerra Mundial. Num plano internacional, os ucranianos atuam em legítima defesa, defendendo-se de uma potência imperialista e irredentista. Zelensky, na sua inconfundível retórica pós-24 de fevereiro de 2022, é peremptório: a Ucrânia luta pela liberdade. A liberdade de os ucranianos viverem em harmonia com as suas regras e costumes e a liberdade de fazerem as suas escolhas e de ditarem o seu destino. É uma luta, de igual modo, que respeita as normas injuntivas do Direito Internacional^{xxxiv}. É uma luta, pelo respeito destas mesmas normas. Nomeadamente, a soberania e a integridade territorial dos Estados:

- *These are clear principles. This is a clear vision (...). And to those on social networks who perceive words as if they are facts already, I want to remind one thing: we live in a democratic state and fight for our freedom. For freedom for our people. Therefore, any decisions that are important for all our people must be made not by one person or a group of people with any political views, but by all our people. The wise people of Ukraine.* (29 de março de 2022)

Da violação dos princípios basilares da comunidade internacional se defendem os ucranianos. Lutar pela liberdade significa lutar pela capacidade de definir o seu passado, o presente e o futuro. De se definirem enquanto povo, de existirem e de poderem optar entre duas escolhas: ser um Estado-tampão, na Europa, ou um Estado europeu.

Talvez a melhor resposta à pergunta «O que é a Ucrânia?» não esteja na Constituição ucraniana nem nos discursos de Zelensky, mas nas palavras da primeira-dama, Olena Zelenska:

- A Ucrânia é o seu povo^{xxxv}.

E o povo da Ucrânia escolheu lutar, escolheu a liberdade.

III. A Federação Russa é uma Ameaça Existencial para a Europa

“If you, dear European leaders, dear world leaders, leaders of the free world, do not help us today, then tomorrow the war will knock on your door” - Zelensky, à comunidade internacional, 24/02/2022^{xxxvi}

Um vetusto autocrata sonhou e devolveu à Europa o pesadelo da guerra. Em nome da história e da geopolítica, Vladimir Putin voltou, de facto, ao passado. Não porque tenha feito regressar a Rússia Imperial, temida por Metternich ou Castlereagh^{xxxvii}, mas por ter permitido o retorno da Rússia imperialista.

Os escombros de Mariupol^{xxxviii} e os corpos jazidos em Bucha são uma demonstração material e humana de que o sonho de Putin se tornou realidade, para os ucranianos.

Zelensky, no seu discurso na Assembleia da República Portuguesa, a 21 de abril, expõe as principais razões para o *Kremlin* ter iniciado o conflito: “Porque começou a Rússia a guerra? A captura da Ucrânia é o primeiro passo para ganhar o controlo da Europa de Leste e destruir a democracia na nossa região.”

A expansão da guerra a todo o território ucraniano é uma consequência do irredentismo russo, alimentado que está, pela causa pessoal de Vladimir Putin, em prol da reinvenção da Santa e Velha Rússia. As intervenções na Chechénia, na Geórgia, na Crimeia e no Dombace foram se sucedendo perante a tolerância demonstrada, pelo Ocidente. Se este não tivesse despertado finalmente para a ameaça russa, em 2022, outros países se seguiriam. Como a Moldávia, a Geórgia, os Bálticos, a Polónia, a Finlândia e as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. Nem estas últimas escapariam ao imperialismo

russo, caso desejem inserir-se, futuramente, na ordem sinocêntrica; não será de descartar uma invasão num período histórico póstumo, em que a Rússia rivalizará com a China.

Ao pedir armamento, a Ucrânia fá-lo, por si e por estes países. Está na linha da frente da máquina de guerra russa. Ao travá-la, interrompe a agenda expansionista da Rússia. Defender a Ucrânia é defender a Moldávia, a Geórgia, os Bálticos, a Polónia, a Finlândia e a Ásia Central. A 24 de março, num discurso na reunião dos G7^{xxxix}, Zelensky declara que o apoio militar à Ucrânia é uma medida preemptiva de segurança para estes Estados:

- It is better to give Ukraine the kind of weaponry support we really need now than to look for weapons for other countries later. We mean Georgia, Moldova, the Baltic States, Poland and Central Asia. The sooner this happens as we ask, the sooner there will be peace in Eastern Europe. This is in our best interest. This is in your best interest. This is in the interests of all democracies. Because democracies must be able to defend themselves. Freedom must be armed. Life must overcome death.

Mas não são só somente estes países que estão em risco; Não partilhar uma fronteira terrestre com a Federação Russa não coíbe a visão imperialista do Kremlin de se expandir, por via marítima. Num discurso no *Riksdag* sueco, em março, Zelensky avisa os seus deputados:

*- And Russian propagandists are already discussing on state television how Russia is occupying your Gotland island in particular. And how to keep it under control for decades. They show it to the Russians on the map, show the directions of the offensive... You may ask for what purpose? They say it will be beneficial for Russia to deploy air defense systems and a military base in Gotland. To cover the capture of the Baltic states.”^{xl}. Também os países vizinhos que partilham fronteiras marítimas estão em risco, conclui Zelensky, na mesma intervenção: “*all of Russia's neighbors are in danger*”.*

Apoiar a causa ucraniana é uma medida defensiva para todos os Estados que partilhem território com a Rússia, ou dela se encontrem próximos, seja em terra ou no mar. Aos Estados menos recetivos a conceder este apoio, encontrando-se simultaneamente próximos da Rússia, Zelensky relembra o *modus operandi* de Moscovo. Mormente na condução da guerra e no tratamento das minorias:

- *Please take a look at what the Russian military has already done in our country. 8 years of war in the east. Occupation of Crimea. This is repression. Torture of people, suppression of all manifestations of freedom and diversity. (...) This has already become the typical feature of Russian troops... Syria, Ukraine... Massacres. Cities destroyed to the ground. Phosphorus and other prohibited munitions^{xli} - avisou Zelensky, numa continuação do seu discurso, acima parcialmente transcrito, no Riksdag.*

- *We have no common borders with you, but we have a common neighbor who denies all our common values. For the Russian state in its current condition neither the freedom of nations nor the freedom of human matters. In Russia, universally recognized human rights are denied. It's not that there is no security for minorities, they can just be killed there. And they are being killed. I'm sure you know all about it. You know that there is no rule of law and fair trial. You know that splitting and destroying European democracies is a long-standing policy of the Russian Federation. Russia's war against Ukraine simply continues all this. It is an attempt to destroy everything that Europe is holding on to, what we are holding on to. Therefore, it is an aggression that aims to go beyond our borders^{xlii} - discorreu, por sua vez, no Storting norueguês, a 30 de março.*

Uma União Europeia unida e solidária é inimiga da ambição pessoal de Vladimir Putin. A democrática e próspera UE exerce uma atração sobre os cidadãos das nações soberanas, economicamente menos desenvolvidas, da periferia do território russo. Como consequência, afasta-os da Federação Russa e do seu modelo político-social rival, centrado no nacionalismo russo, na Igreja Ortodoxa Russa e numa liderança autocrática^{xliii}. Putin, cujas intervenções militares, por decreto, tantas vezes foram toleradas, pelo Ocidente, viu na Ucrânia uma oportunidade histórica. O próximo passo para devolver a glória passada à Rússia e dividir os Estados europeus. Destruir a arquitetura de segurança na Europa, desfavorável à Rússia, e dividir a União Europeia, são os principais objetivos desta campanha na Ucrânia. Quive trata-se do primeiro de muitos territórios cobiçados, pelo presidente russo, na Europa. Não parará enquanto a sua ambição não for definitivamente travada. A guerra na Ucrânia não é um acaso. Zelensky sabe disto e di-lo-á em, pelo menos, duas ocasiões.

No Riksdag:

- Russia went to war against Ukraine because it expects to go further to Europe. Expects to destroy freedom further in Europe. This is a fundamental challenge for the European security system^{xliv}.

E em Quive, em março:

- The Russian state has been preparing for war for decades^{xlv}.

A declaração tácita de guerra de 24 de fevereiro de 2022, de Putin, inaugurou a primeira guerra, na Europa, entre Estados, desde a Segunda Guerra Mundial. Pelas razões acima elencadas e pelo precedente das últimas duas grandes guerras mundiais, se conclui acerca da perigosidade desta e de qualquer outra guerra na Europa. E também de uma completa irresponsabilidade e desprezo pela vida humana, por parte dos responsáveis russos. Esta guerra é uma ameaça à paz mundial: opõe uma potência revisionista, irredentista e imperialista, que pretende mudar fronteiras e destruir nações e um país que, apanhado neste turbilhão, luta pela sua sobrevivência... e pela da Europa, como a conhecemos.

- Chancellor of Germany Olaf Scholz yesterday said Russia's invasion of Ukraine is something Europe has not seen for 75 years. And it's true. But this is not the whole truth. This is not just Russia's invasion in Ukraine, this is the beginning of the war against Europe. Against the unity of Europe. Against elementary human rights in Europe. Against all coexistence rules on the continent. Against the fact that European states refuse to divide, yes, to divide the borders by force. – finalizou o líder ucraniano^{xlvi}, um dia após o começo da guerra total contra a Ucrânia.

IV. Uma Guerra entre o Bem e o Mal

“More and more people in the world are on the side of Ukraine, on the side of good in this battle with evil. And if politicians don't know how to follow people, we will teach them. This is the basis of democracy and our national character” – Volodymyr Zelensky, aos ucranianos, 28/03/2022^{xlvii}

Como é que é possível arriscar tanto por tão pouco? Vale assim tão pouco uma vida humana? É assim tão fácil matar um pai, uma filha, um neto, uma avó? Quanto mais terão

de sofrer, russos e ucranianos, quantas mais vidas terão de ser ceifadas, quantas mais famílias terão de ser destruídas, quantas mais cidades terão de ser reduzidas a cinzas, para convencer a humanidade a pousar as armas?

Seremos mesmo estes seres brutos e odiosos, dispostos a sacrificar uma vida alheia, um qualquer desconhecido, que nada nos fez, nem nada nos faria, em nome de princípios abstratos? Será esta a herança da Razão? A Rússia é segura, é relativamente próspera, em comparação com todos os países do mundo, os seus cidadãos são educados, instruídos. Mas será que não conseguem ver a máquina trituradora aguardando o escalpe e os ossos dos seus filhos, em nome da visão de um vetusto facínora?

Vale assim tão pouco uma vida humana, para os cidadãos russos se reduzirem à apatia, por tão pouco? São indiferentes aos bombardeamentos, às violações, aos roubos, à destruição, que acompanha todas as guerras? Não há meio termo entre o Bem e o Mal. Quem não tomar um partido está liminarmente associado ao último. Tolera-o; e, dessa forma, aceita-o tacitamente.

Os jovens russos – carne para canhão – não sabem, na verdade, porque estão a lutar. Pensam estar a libertar cidades e cidadãos. Chegam às cidades, estão a ferro e fogo, feridas abertas pela Força Aérea russa; chegam aos cidadãos, mas não encontram personalidades amedrontadas, desprovidas de vida, desesperadas, pela fuga à perseguição do genocida Estado ucraniano. Não; deparam-se com gente corajosa, aguerrida, lutando, pela existência do Estado ucraniano, sacrificando a sua vida, contra o Estado russo. Não serão de admirar, assim, os relatos dos ucranianos na linha da frente, transmitidos, por Zelensky. Comunicará^{xlviii}, a 21 de março, com cerca de um mês de guerra em larga escala:

- These slaves sent by Russia have never seen so many free people in the squares and streets. They have never seen thousands of people who are not afraid of them, of slaves with weapons in their hands. Slaves perceive freedom as savagery, as danger. They are scared. The fear that propagandists know how to turn into hatred. And then - shots at peaceful free people.

- The Russian soldiers do not even know what it is like to be free. They were driven here, to be honest, as if sentenced. Sentenced to death – disse^{xlix}, desta feita, a 22 de março.

Saliente-se, uma vez mais, o caráter imberbe dos soldados russos, juventude na fina flor da idade, com pouco tempo de treino, desmotivados, desorientados:

- The Russian soldiers are trying to find food (...). These are not warriors of the superpower. These are confused children who were used. Take them home!

Esta será, se aderirmos de livre e espontânea vontade, à propaganda do *Kremlin*, uma guerra patriótica. Está em causa a libertação do povo russo, que se propuseram a salvar os seus compatriotas do jugo ucraniano. Pois bem, é-nos de estranhar o recurso a mercenários, como os do Grupo Wagner, indivíduos pagos para matar a troco de um soldo. Numa guerra verdadeiramente patriótica, não haveria lugar a uma massiva participação, a um sentido de dever generalizado, do povo russo? Como houve, de resto, no caso ucraniano? Não aconteceu semelhante situação no caso russo; houve, isso sim, diversas manifestações de russos contra a guerra e inúmeras detenções.

Também muitos destes mercenários são jovens, muitos arriscando a sua vida, pelo salário, que tanto necessitam.

- We have information that the Russian military is recruiting mercenaries from other countries, trying to deceive as many young people as possible into military service – Confirmará^{li}, Zelensky, a 18 de março de 2022.

É contrastante a diferença, para os cidadãos ucranianos, alvos de uma brutal invasão no seu território, de outro modo pacífico. As suas vidas foram subitamente interrompidas; familiares, amigos e vizinhos, pereceram. Bens materiais, desde as flores no quintal, aos carros e às casas, poupanças duma vida, espezinhadas. Falta de água, luz, gás. A necessidade de permanecer horas a fio em abrigos, boa parte deles subterrâneos.

E apesar do tratamento desumano a que são sujeitos, é de louvar a humanidade, a bondade, com que lidaram com os invasores que depuseram as armas ou que foram feridos, por elas.

O presidente ucraniano referiu estes casos, desde o primeiro dia, para que não restassem dúvidas. Assim, no fatídico dia 24 de fevereiro de 2022, diz^{lii} ao país e ao mundo:

- Yes, we, unfortunately, have losses, losses of our heroes. Yes, we have captured Russian soldiers. Our doctors are helping some of them - those who have surrendered.

E a 14 de março de 2022^{liii}, no décimo oitavo dia da invasão em larga escala:

- [A] *Russian military from Ryazan is being treated in the same hospital. He is in the same ward with our defenders. Gets the same aid. From the same doctors. Despite what this guy was doing. Against us, against Ukraine. But Ukrainian doctors saved him. And this is obvious. Because they are people. Not savages. And we have to go through this war so that we all remain human. I am grateful to all the doctors and nurses who work in Kyiv and Dnipro, in Vinnytsia and Lviv, in Chernihiv and Donbas, in Kharkiv, in Melitopol, in Mariupol... Everyone!*

Aos cétricos, Zelensky recomenda^{liv} a visualização de um dos muitos vídeos que os ucranianos, através dos seus telemóveis (resquícios de uma normalidade apagada), colocaram na internet.

- *I'm sure you saw a video from Melitopol where Ukrainians protested against Russians who entered our city. Temporarily. I am sure of this: if they entered somewhere, it is only temporarily. We'll drive them out. With shame. As those people, ordinary people who drive the invaders out of grocery stores – numa constatação de que esta guerra não é travada somente, pelos cidadãos-soldados; mas por todos aqueles que ficaram: homens, mulheres, crianças, idosos, inválidos, enfrentando uma irresponsável potência nuclear. Muitos recebendo estes exércitos não de braços mas de peito aberto; sem armas, mas conscientes de que representam o Bem na luta contra o Mal.*

Esta não é uma luta abstrata, um sacrifício por um ideal irrealizável. Os ucranianos lutam, pela sua definitiva libertação do jugo imperial, pela sua independência *de facto*, rompendo com as amarras pós-soviéticas da Rússia. Lutam, também, contra o precedente. Travando a Rússia, impedirão a expansão do totalitarismo russo além-fronteiras. Farão os responsáveis do *Kremlin* pensar duas vezes antes de lançarem os tanques, para a Geórgia, a Chechénia, o Cazaquistão, a Letónia, a Polónia, entre tantos outros.

São estes dois sentidos – a defesa absoluta e impreterível da sua autodeterminação e a luta contra um Estado irredentista, irresponsável, destruidor – que devemos atribuir à corajosa campanha dos ucranianos. Eis como deverão ser interpretados os discursos de Zelensky, quando refere que os ucranianos lutam, pela Europa, pelas ex-repúblicas socialistas soviéticas e, no geral, por todos os países vizinhos da Rússia.

- *Europeans are aware that our soldiers are fighting for our country and, consequently, for the whole of Europe. For peace for all European countries, for the lives*

of children, for equality, for democracy. And this gives us the full right to do the following – mencionou^{lv} o chefe de Estado ucraniano, a 28 de fevereiro de 2022.

É também neste sentido que deverão ser lidas as suas palavras quando se refere ao futuro dos ucranianos^{lvi}:

- For peace for all European countries, for the lives of children, for equality, for democracy.

Não será de estranhar, por isso, que Zelensky, no seu discurso ao Congresso norte-americano, tenha comparado a destruição russa dos bens materiais à dos valores de um povo inteiro:

- A Rússia atacou mais do que apenas o nosso território e as nossas cidades. Deu início a uma ofensiva brutal contra os nossos valores, lançou tanques e aviões contra o direito à vida. Contra o nosso direito à liberdade e a escolhermos o nosso próprio futuro. E contra a nossa procura de felicidade. A Rússia está a travar uma guerra contra os nossos sonhos nacionais; sonhos que são iguais aos vossos^{lvii}.

A solidariedade com os ucranianos supera a empatia, para com o povo de um território invadido e destruído. É algo maior. Hoje:

- Kyiv is the capital of global democracy, the capital of the struggle for freedom for all on the European continent – exclama Zelensky, a 6 de abril de 2022, saudando e agradecendo veementemente o esforço heróico dos ucranianos.

Todo o apoio necessário é-lhes devido. Até porque esta guerra fútil, com os (des)incentivos certos, podia nunca ter acontecido.

LIVRO II

A UNIÃO FAZ A FORÇA

I. Mais Valia Prevenir do Que Sancionar

“Como é que isto aconteceu? Quando vos dissemos que o gasoduto Nord Stream era uma arma que estava a ser construída em preparação para uma grande guerra, ouvimos em resposta que nada mais tinha que ver do que com a «economia»” – Volodymyr Zelensky, aos deputados alemães no *Bundestag*, 17/03/2022^{lviii}

Apesar das sanções que foram anunciadas, em 2014, no rescaldo da ocupação ilegal da península da Crimeia, foi permitido a Vladimir Putin continuar o seu delírio megalómano. Situação que vem detrás, pelo menos desde a sua subida ao poder, no dealbar do século XXI.

A loucura e o método não são incompatíveis. O responsável russo foi testando as águas, ao longo das últimas duas décadas, intervindo diretamente em territórios da antiga União Soviética – Chechénia, Daguestão, Geórgia (o único Estado independente, reconhecido internacionalmente, do grupo), Inguchétia, Ossétia do Norte – e fora desta – na Síria.

Em março de 2014, Putin enviou as forças armadas, para a península da Crimeia, ocupando-a e engendrando um referendo ilegal, que nunca foi reconhecido internacionalmente. Na altura^{lix}, os ministros da UE aprovaram sanções individuais, contra 21 oficiais russos e ucranianos (17/03/2014). No dia 12 de maio de 2014, é aprovada uma extensão do primeiro pacote de sanções, abrangendo agora 62 pessoas. Entidades na Crimeia e em Sevastópol^{lx}. Em junho, foi imposto um embargo aos bens oriundos da Crimeia e Sevastópol. Medidas mais sérias foram adotadas após a queda de um avião comercial, atingido pelas forças separatistas russas. Ainda assim, os embargos, a 29 de julho, no final do mês seguinte, limitaram-se ao acesso russo aos mercados de capitais europeus e um embargo ao comércio de armas com a Rússia^{lxi}.

Não surgiu, até à guerra, mais nenhum pacote de medidas verdadeiramente sério. A Rússia continuou a exportar, com grandes lucros, os hidrocarbonetos aos países europeus,

em particular à República Federal da Alemanha. A exportação aumentou, inclusivamente, batendo recordes. Foi fundamental o contributo da chanceler, Angela Merkel, e dos sucessivos chanceleres austríacos, em particular, Sebastian Kurz^{lxii}. Note-se que a maior oposição, na altura, à cada vez maior dependência do gás russo, adveio dos Estados Unidos da América, da Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia e da própria Ucrânia. As receitas do *Kremlin* aumentariam ainda mais com a construção do gasoduto Nord Stream II, defendido, principalmente, mas não só, pelos governos alemães e austríacos. Segundo o Parlamento Europeu, num documento datado de julho de 2021, “*The EU’s dependence on Russian gas imports shows no signs of lessening*”. Os dados revelados falam por si: “*Thanks to these pipelines, Russian gas exports have risen steadily. Whereas the Soviet Union exported just 6.8 billion cubic metres (bcm) to the rest of the world in 1973, by 2019 Russia’s exports to the EU alone had reached 166 bcm, 43% of the EU’s total gas imports. Russia therefore exports more gas to the EU than any other country, ahead of Norway (23%)*”^{lxiii}.

Podemos, não sem alguma crueza, admitir que a União Europeia financiou, durante uma década, o esforço de guerra russo. Que as sanções impostas à Rússia, após a anexação ilegal da Crimeia, foram manifestamente insuficientes. O precedente foi estabelecido; o *Kremlin* constatou que os países europeus não se galvanizaram em torno da questão ucraniana. A ocupação ilegal da Crimeia representou uma ótima relação custo-benefício.

Entre gás barato e a península ucraniana, a União Europeia optou, pelo primeiro.

Não serão de admirar, portanto, as duras palavras de Volodymyr Zelensky, dirigidas à Alemanha, em março.

No *Bundestag* alemão, a 17 de março de 2022:

- Quando vos dissemos que o gasoduto Nord Stream era uma arma que estava a ser construída em preparação para uma grande guerra, ouvimos em resposta que nada mais tinha que ver do que com a «economia». (...) Quando vos perguntámos o que a Ucrânia tinha de fazer para ser membro da NATO e para garantir a nossa segurança, foi-nos dito: «Isso não está em cima da mesa e não estará no futuro mais próximo»^{lxiv}.

No habitual discurso diário, no seu gabinete, a 18 de março:

- *I addressed the parliament of Germany today. (...) I spoke not just as President, but as a Ukrainian citizen. As a European. As someone who has felt for many years that*

the German state seems to have fenced itself off us with a wall. Invisible yet solid wall. We have seen Germany fight for the economy for decades. For new Russian gas pipelines and old European dreams. Dreams of some kind of cooperation that Russia has not taken seriously for a long time. We see that the views of the Germans are changing. And this is very important. We see Germany looking for a new path. We see how sincerely the majority of Germans stand in favor of revising the old policy^{lxv}.

A resposta à declaração de guerra russa demonstra que os Europeus aprenderam a lição. As elites aperceberam-se de que o gás barato acarreta o inestimável preço de vidas humanas. O povo decidiu ir para a rua, abraçou a causa ucraniana como se fosse sua. Impôs aos seus governantes a vontade soberana, que lhe pertence. Também a Ucrânia reteve uma importante lição. Na era digital, o preço a pagar, pela ausência de uma política de comunicação – de uma narrativa coesa e convincente e de um narrador carismático –, é demasiado elevado.

II. Mas... Mais Vale Sancionar Tarde do que Nunca

“Sanctions must be strengthened. Intensified weekly. And they must be effective. Not just for headlines in the media that sanctions have been imposed, but for real peace. Real” –Volodymyr Zelensky, a “certos países” como a Alemanha, 29/03/2022^{lxvi}

Perante a destruição causada, pelos primeiros dias de guerra, Zelensky elegeu dois objetivos primordiais, não hesitando em comunicá-los, transparentemente: sanções e armamento.

Comecemos com as primeiras. Porquê sancionar? E sancionar o quê? E quem?

Sancionar é, em primeiro lugar, pôr fim ao financiamento da guerra russa. Sendo o embargo às importações de hidrocarbonetos moscovitas, o meio mais eficaz de fazê-lo. Em segundo lugar, sancionar é comprar tempo e dificultar o esforço de guerra russo. Aqui, atingir o setor bancário e embargar setores comerciais críticos, para a continuação da guerra, tornar-se-á indispensável. Por outro lado, sancionar é, também, punir; é responsabilizar. Sanções individuais e ao turismo russo afetam os particulares e a população em geral, constituindo um preço mínimo a pagar, pela invasão. Mas sancionar

é, no final das contas, um contributo indispensável, para a paz. Por todas as razões elencadas: desprover Vladimir Putin de capitais, para cumprir o seu sonho, pesadelo de todas as nações livres; congelando, no processo, os ativos financeiros dos seus oligarcas; penalizando o povo russo branda mas incomodamente; e permitindo aos ucranianos organizarem a resistência. Sem capitais não haverá tão cedo uma nova grande ofensiva.

Com isto em mente, o presidente ucraniano instruiu o seu gabinete, através de Dmytro Kuleba, a pedir a exclusão dos bancos russos do sistema SWIFT. Conseguiu-o, salvo algumas exceções, como o *Sberbank*, excluído posteriormente, em maio, e o *Gazprombank*. Este último banco não fora excluído, dado que a efetivação desse estado de coisas impossibilitaria a transação de hidrocarbonetos entre a Rússia e a Europa, que se mantém.

Logo após a invasão, Zelensky iniciou conversações com todos os parceiros estratégicos, com o intuito de por em prática o maior pacote de sanções da História.

- I am in constant contact with the leaders of partner countries and international organizations. Russia has already begun receiving the first sanctions from a large package of sanctions, the most powerful in world history – divulgaria^{lxvii} ao mundo, a 24 de fevereiro de 2022.

Antevendo o bombardeamento indiscriminado da Força Aérea russa sobre Quive e outras populosas cidades, ao estilo *blitzkrieg*, Zelensky pedirá, por diversas vezes, com caráter de urgência, uma zona de exclusão aérea sobre o território do Estado ucraniano.

No seu gabinete, na capital ucraniana, a 5 de março de 2022.

- I am grateful to Americans for the unwavering bipartisan majority of ordinary people. We saw the poll. We saw the opinion of ordinary people in America who support ordinary people in Ukraine. Who demand tougher sanctions against Russia for aggression already now. Who support closing the sky now to save the lives of our people. 74 percent of Americans stand for the no-fly zone. 74! The vast majority. What else is needed to make a decision? We are sure that the result is similar in other democratic countries^{lxviii}.

No Parlamento do Reino Unido, a 8 de março de 2022.

- Quero falar-vos sobre os últimos treze dias da nossa guerra. Foi uma guerra que não começámos e que não queríamos, mas é uma guerra que estamos a travar. Porque não

queremos perder o que é nosso: a Ucrânia. (...) Por favor, certifiquem-se de que os céus ucranianos são seguros^{lxi}.

No Congresso dos Estados Unidos da América, a 16 de março.

- A primeira coisa que pedimos é uma zona de exclusão aérea^{lxx}.

A zona de exclusão aérea, vontade de muitos norte-americanos e europeus, acabaria, por não ser imposta. Zelensky revelar-se-ia desiludido com o desenrolar dos acontecimentos.

Acabará, numa reunião do Conselho Europeu, a 25 de março de 2022, manifestar^{lxxi} o seu desagrado, perante os ataques selváticos da Rússia.

- On February 24, I addressed you with a perfectly clear, logical request to help close our skies. In any format. Protect our people from Russian bombs and missiles. We did not hear a clear answer. Ukraine does not have powerful anti-missile weapons, and has a much smaller aircraft fleet than Russia. Therefore, their advantage in the sky is like the use of weapons of mass destruction. And you see the consequences today - how many people were killed, how many peaceful cities were destroyed.

Porém, em contrapartida, a Ucrânia conseguiria obter caças MiG (de origem soviética), da Polónia^{lxxii}, e drones Bayraktar, da Turquia^{lxxiii}.

A 21 de abril de 2022, aquando do discurso de Zelensky, na Assembleia da República Portuguesa, a Rússia já tinha sido alvo de múltiplos embargos. Em fevereiro, o Conselho Europeu sancionou os setores energético, financeiro, tecnológico e dos transportes. O acesso ao mercado de capitais europeu foi restrito. Os ativos financeiros de Putin e Sergey Lavrov foram congelados. Foram proibidas as transações com o Banco Central Russo. Foi imposta uma proibição de sobrevoar o espaço aéreo da UE e o acesso aos aeroportos europeus, por parte de companhias aéreas russas, foi vedado. Em março, é excluída a esmagadora maioria dos bancos russos do sistema de transações e comunicações financeiras *SWIFT*. O órgão de comunicação social *Russia Today* e a agência estatal russa *Sputnik* são impedidos de prosseguir a sua atividade na UE. São proibidos todos os investimentos no setor energético russo. Transações com empresas estatais russas são igualmente atingidas, pelas sanções. Em abril, é adotado um novo pacote de sanções, sendo anunciado o embargo às importações de: carvão, madeira, cimento, marisco e bebidas alcoólicas destiladas. Ao nível das exportações, é impedida a

comercialização de combustível de aviação. As embarcações russas ficam proibidas de atracar em portos europeus. O transporte rodoviário, operado, por empresas russas, é proibido. São bloqueados os depósitos de criptomoedas.

Com estas restrições já em prática, Zelensky diz, na Assembleia da República, ser preciso mais, para auxiliar o esforço ucraniano e fustigar a máquina de guerra russa. Incentivou, também, o setor privado a acompanhar as iniciativas dos Estados europeus:

- Precisamos de maior pressão de sanções sobre a Rússia, porque só as sanções podem obrigar a Rússia a procurar a paz e a privar a máquina militar russa de recursos. Precisamos que empresas europeias tomem uma posição de princípios, para que todas deixem o mercado russo, porque as taxas e os impostos que pagam ao orçamento russo apoiam este mal^{lxxiv} – após recomendar, no geral, a imposição de mais, elege o embargo ao petróleo russo, em especial, como objetivo primordial – Demonstrem a vossa liderança e defendam a necessidade de um embargo petrolífero à Rússia a nível europeu.

No dia 3 de junho, seria anunciado, pelo Conselho da Europa, um embargo ao petróleo russo.

As Forças Armadas Ucranianas precisavam, agora, de armamento moderno e sofisticado. Depois de ter pedido armas e munições, no lugar de um táxi, para fugir e abandonar o país, Zelensky obteria a desejada ajuda, proveniente da União Europeia. A 28 de fevereiro, escassos dias corridos da brutal invasão russa, agradecia^{lxxv}:

- Every crime, every shelling that the invaders commit against us, unites us and our partners even more. Russia did not believe in such a solidary and powerful reaction. But Ukrainians have changed that story. The European Union has decided to supply us with weapons. We are grateful. Yesterday I spoke with Ursula von der Leyen, President of the European Commission, about further, even stronger steps.

Também os norte-americanos foram merecedores da gratidão do povo ucraniano. No Congresso, em Washington D.C., Zelensky evocou o ataque japonês a Pearl Harbour, no Havai, durante a II Guerra Mundial, e os ataques terroristas do 11 de setembro. Tanto em Pearl Harbour, como nas «torres gêmeas» de Nova Iorque e o «Pentágono», na Virgínia, como em Quive, houve um uso inesperado e desproporcional da força. Com uma agravante, nos casos citados, à exceção de Pearl Harbour: uma tentativa flagrante de aterrorizar a população civil, atingindo-a nevrálgicamente. Em paz, os norte-americanos

pegaram em armas; chega o dia em que a democracia tem de ser defendida com a força das armas e não da palavra.

Chegada a hora da Ucrânia, Zelensky, dirige-se^{lxxvi} aos congressistas norte-americanos:

- Sabem de que sistemas de defesa precisamos e sabem quanto depende da nossa capacidade de usarmos meios aéreos. Os mesmos meios aéreos que protegem o vosso povo – a vossa liberdade – podem ajudar a Ucrânia, e podem ajudar a Europa. Zelensky reforçaria a emergência da entrega de armamento com uma alusão ao famoso discurso de Martin Luther King, Jr.: – «Eu tenho um sonho.» Todos os americanos conhecem estas palavras. Bem, hoje, digo-vos: «Eu tenho uma necessidade».

Apesar de alguma contenção e de secretismo, os Estados Unidos da América enviariam material bélico, em auxílio da Ucrânia. Em abril de 2022, já tinham sido entregues cinco mil e quinhentos mísseis anti-tanque *Javelin*. E se os dados sobre a ajuda concreta à Ucrânia são confidenciais, há outros indicadores que poderão dar umas luzes sobre o alcance do apoio dos EUA. Uma ação da gigante do armamento, *Lockheed Martin Corporation*, responsável, pela entrega dos referidos *Javelin* às forças armadas dos EUA, custava cerca de 350 dólares, na primeira segunda-feira de 2022. Em abril de 2023, chegaria aos 500 dólares, por ação. Sendo que, entre 25 de fevereiro de 2022 e 7 de março de 2022, subiu quase 90 dólares.

As sanções e embargos à Federação Russa e a ajuda militar à Ucrânia desempenharam um importante papel, na defesa da liberdade contra a tirania. Motivados e bem armados, os ucranianos puderam lutar. Cada míssil no seu arsenal, cada euro que não foi parar ao bolso de Putin e seus oligarcas, servem a causa ucraniana. Armar a Ucrânia não é contribuir, para o recrudescer da guerra. É armar o justo contra o injusto, é permitir que o oprimido se defenda do opressor. Não armar e não sancionar é legitimar a violência exercida. A neutralidade, por vezes, não é amoral mas imoral. O desprezo total, por um mínimo de valores, princípios e regras elementares, não pode ser tolerado. Hoje foi a Ucrânia, amanhã poderemos ser nós.

Aos que associam a coligação anti-guerra com o próprio invasor, aos que toleram o atropelo do mínimo ético e aos que defendem o pensamento mirabolante de que a Rússia age preemptivamente, Zelensky dirá^{lxxvii}, a 9 de abril:

- The task of our anti-war coalition is quite clear - to end this war started by Russia as soon as possible. To liberate our land from invaders. And to guarantee the security of Ukraine and, consequently, the security of democracy and freedom of the nations of Eastern Europe. That is why it is not just the moral duty of all democracies, all the forces of Europe - to support Ukraine's desire for peace.

A Ucrânia precisa de armas porque foi atacada, porque procura agir legitimamente em defesa contra um poder imperialista e agressor.

- This is our survival. It is for the survival of the Ukrainian people that we are now fighting. In this war, without exaggeration, the Patriotic War against Russia. (...) With all due respect: if there are no weapons, no sanctions, no restrictions for Russian business - please look for another job – ^{lxxviii} *sumariza* ^{lxxviii} *categóricamente, Zelensky, num discurso ao país e à comunidade internacional, a 30 de março de 2022.*

LIVRO III

O INFERNO DA SANTA RÚSSIA

I. Genocídio e Fome: O Terrorismo do Regime Nazi Russo

“Russian troops destroy our cities. Kill civilians indiscriminately. Rape women. Abduct children. Shoot at refugees. Capture humanitarian convoys.” -
Volodymyr Zelensky, aos ucranianos e aos cidadãos dos países livres,
24/03/2022^{lxxxix}

A invasão russa trouxe a fome, a morte, a destruição, o sofrimento. Expôs a miséria humana em todo o seu esplendor. Não distingue entre alvos civis e militares. E se o faz, é em detrimento dos primeiros. Como quando atingiu a infraestrutura elétrica do país, reduzindo o ser humano a um número e a sua dor a uma tática. A estratégia desde o início foi a *blitzkrieg*, a guerra relâmpago. Uma invasão concertada, com bombardeamentos estratégicos da aviação, seguidos de uma entrada fulminante da infantaria.

- *The very first hours of the invasion meant brutal missile strikes for us. During the month of the war, Russia fired more than a thousand different missiles at our cities. Made hundreds of air raids.* – refere^{lxxx}, Zelensky, a 24 de março, confirmando o ataque relâmpago russo, recorrendo ao uso da aviação contra alvos civis.

Recobradas as forças ucranianas, os russos adaptaram-se e optaram, como haviam feito na Chechénia, pelo terror e pela destruição completa de cidades. O desprezo, pela vida humana, é uma consequência do que disse Putin, na sua declaração de guerra, quando anunciou ao mundo que a Ucrânia não existia. Ora, se a Ucrânia não existe, não existem ucranianos. Existem russos. E existem, no caso dos que lutam, uma anomalia: traidores ou animais irracionais.

É assim tão descabido qualificar a guerra russa de “genocida”? De acordo com a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, de 9 de dezembro de 1948, o “genocídio é um crime de direito dos povos” (art.1º). Diz o artigo 2º que são os

atos “cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso”. São indicados, nas alíneas abaixo, cinco atos paradigmáticos. A Rússia preenche-os, sem exceção:

(a) Assassinato de membros do grupo.

A Federação Russa tentou, desde o início da guerra, assassinar Zelensky, pelo menos 10 vezes^{lxxxix}. Em Bucha, em março de 2022, foram massacrados 1400 ucranianos e “foram encontradas valas comuns e câmaras de tortura”^{lxxxii}, segundo o presidente, Zelensky. Num discurso aos ucranianos, a 3 de abril, Zelensky descreveu^{lxxxiii} o cenário dramático, não só em Bucha, mas em Irpin e Hostomel: “Centenas de pessoas mortas. Civis torturados e executados. Cadáveres nas ruas. Minas por toda a cidade, mesmo dentro dos corpos dos mortos. Os efeitos das pilhagens visíveis em toda a parte”.

(b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo

A Federação Russa arrasou cidades inteiras, por completo. Na sua intervenção na Assembleia da República Portuguesa, referiu a destruição de Mariupol: “Todos vocês já ouviram falar de Mariupol. Antes da guerra, era uma cidade comparável em tamanho a Lisboa. Era uma cidade do litoral com meio milhão de habitantes. Está completamente destruída. Não há nenhum edifício intacto”. Depois, no relato atrás mencionado no ponto (a), Zelensky confirmou a violação de mulheres, em frente aos seus filhos, a profanação de cadáveres e o esmagamento de pessoas, por tanques.

(c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial.

A Federação Russa atingiu infraestrutura energética crítica da Ucrânia, para os ucranianos morrerem de frio no inferno. Segundo a UNOCHA (*United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*), quarenta por cento da população ucraniana precisa de ajuda humanitária^{lxxxiv}.

(d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;

Como menciona a UNOCHA, muitos hospitais e escolas funcionam sem electricidade. Zelensky, para o *Seimas* lituano, a 12 de abril, relatou casos absolutamente chocantes de violações, incluindo de um bebé de 1 ano: *“Hundreds of cases of rape have been recorded, including underage girls, very young children... And even a baby! It's just scary to talk about it now. But it's true, it happened. Even this person, this Russian savage Bychkov from Pskov is identified. The paratrooper or special services officer who sent this video to his comrades. Video of what he does to the baby. How he torments the baby!”*^{lxxxv}.

(e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo.

A Federação Russa transferiu inúmeras crianças do território ucraniano, para o seu. No dia 25 de março de 2022, Zelensky relatou, ao Conselho Europeu, estarem desaparecidas mais de duas mil crianças, raptadas, pelos russos: *“Abducted more than 2,000 children from Ukraine. We don't know where our children are, where our 2,000 children are”*^{lxxxvi}. No parlamento português, confirmou^{lxxxvii} também a deportação de cerca de meio milhão de pessoas dos territórios ocupados.

Datando esta Convenção de 1948, teve como pano de fundo o genocídio dos judeus, pelos nazis, no período que medeia a subida ao poder de Hitler, até ao final da Segunda Guerra Mundial. O documento dista setenta e quatro anos da invasão russa. E, como constatamos, a brutalidade russa preenche todos os atos enumerados, como genocidas, pela Convenção.

Os números de deslocados encontram também um paralelismo com os de países nacionais, durante a Segunda Guerra Mundial. Como disse Zelensky, na Assembleia da República Portuguesa:

- Mais de dez milhões de ucranianos foram forçados a fugir das suas casas devido às hostilidades. Imaginem esse número. É como se toda a população de Portugal fosse obrigada a fugir!^{lxxxviii}.

Perante a similitude dos atos russos com os dos nazis, o presidente ucraniano faz questão de mencioná-los, por diversas ocasiões.

No Parlamento britânico, a 8 de março de 2022^{lxxxix}.

- Quero falar-vos sobre os últimos treze dias da nossa guerra. Foi uma guerra que não começámos e que não queríamos, mas é uma guerra que estamos a

travar. Porque não queremos perder o que é nosso: a Ucrânia. Tal como vocês não quiseram perder o que era vosso quando os nazis tentaram invadir o vosso país e tiveram de lutar pela Grã-Bretanha. (...) Os mísseis russos atingiram Babi Yar. Durante a Segunda Guerra Mundial, os nazis mataram mais de cem mil pessoas nesse local. Oitenta anos mais tarde, a Rússia desonrou a memória dessas pessoas, atingindo-as uma segunda vez”.

No *Bundestag* alemão, a 17 de março^{xc}.

- Hoje, apelo-vos em nome de ucranianos mais velhos, muitos dos quais escaparam durante a ocupação da Ucrânia há oitenta anos e sobreviveram à guerra. Aqueles que viveram o massacre de Babi Yar. (...) O local tem sido atacado por mísseis russos. O ataque aéreo matou uma família que visitava o Memorial do Holocausto nesse local. Foram assassinados oitenta anos depois, no mesmo sítio que os seus antepassados.

No *Knesset* israelita, a 20 de março^{xi}.

- No dia 24 de fevereiro de 1920, foi fundado o Partido Nacional-Socialista Alemão. Esse partido viria a tirar milhões de vidas, a destruir países inteiros – tentaria até matar povos inteiros. No dia 24 de fevereiro de 2022, exatamente cento e dois anos mais tarde, foi dada uma ordem criminosa para que fosse lançada uma invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia. Esta invasão ceifou milhares de vidas e deixou milhões sem casa. (...) Esta invasão russa da Ucrânia não é apenas uma operação militar, como Moscovo afirma. É uma guerra traiçoeira e em grande escala, que visa a destruição de um povo. O objetivo é eliminar os nossos filhos e as nossas famílias, o nosso Estado e as nossas cidades, as nossas comunidades e a nossa cultura: tudo o que nos torna ucranianos. As tropas russas estão a fazer isto deliberadamente, diante de todo o mundo. É por isso que tenho o direito de traçar este paralelo. A nossa história e a vossa história. A nossa guerra pela sobrevivência e a Segunda Guerra Mundial. Ouçam o que o Kremlin nos diz. (...) Ouçam o regresso dessas palavras: «solução final». Mas, desta vez, referem-se a nós, à «questão ucraniana».

Os russos elegeram alvos civis, para os seus aviões de combate e para os tanques; os russos atingiram infraestrutura energética crítica da Ucrânia, para os ucranianos morrerem de frio no inferno; os russos chacinaram, violaram, pilharam, torturaram em Bucha; libertaram os horrores da guerra para subjugar a Ucrânia e para intimidarem o presidente ucraniano a desistir.

Os exércitos russos estão a praticar atos genocidas contra o povo ucraniano. Mas também estão a espalhar o terror.

Zelensky, pedirá, com toda a justiça, o reconhecimento imediato da Federação Russa como Estado terrorista. De acordo com a Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo, datada de 1999, um ato terrorista é (art. 2, nº1, al. b)^{xcii}: “qualquer acto destinado a causar a morte ou ferimentos corporais graves num civil ou em qualquer pessoa que não participe directamente nas hostilidades numa situação de conflito armado, sempre que o objectivo desse acto, devido à sua natureza ou contexto, vise intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a praticar ou a abster-se de praticar qualquer acto”. A Resolução 1566 (2004), do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a 8 de outubro de 2004, reitera^{xciii} esta definição de ato terrorista, acrescentando que não há justificação, para o redireccionamento da máquina de guerra contra civis indefesos: “*under no circumstances justifiable by considerations of a political, philosophical, ideological, racial, ethnic, religious or other similar nature*”.

Seria preciso muita tinta para descrever todos os massacres já perpetrados, pela Rússia. Desde o lançamento de um míssil de cruzeiro contra a praça principal de uma cidade, passando, pelo uso de bombas de fósforo, até ao bombardeamento de escolas e creches^{xciv}: numa matança selvagem de centenas de crianças e bebés.

- *The cruise missile that struck Kharkiv from Belgorod. The missile that hit Freedom Square. The face of our Kharkiv. This is terror against the city. There was no military target on the square* – a 1 de março, em resposta ao abjeto ataque a mais um centro populacional ucraniano, dirá^{xcv}, inconformado, o presidente ucraniano.

- *Russia fired missiles at Babin Yar. It has already destroyed more than 230 schools and 155 kindergartens. Killed 128 children. (...) Russian troops are using phosphorus bombs* – disse Zelensky, a 25 de março, aos ministros do Conselho Europeu.

A Rússia não só fez do terror arma como política: atinge a míssil alvos civis e defende a inexistência do Estado ucraniano e, por extensão, de todos os ucranianos.

- As tentativas de nos aterrorizar tornaram-se óbvias. Houve atos de terrorismo contra cidades, atos de terrorismo contra aldeias; bombas atrás de bombas a cair sobre casas, sobre escolas, sobre hospitais – explicou^{xcvi} Volodymyr Zelensky, aos parlamentares britânicos, antes de mencionar um dos atos mais perversos dos exércitos de Putin: os ataques na central nuclear de Zaporíjia^{xcvii} – O mundo viu tanques russos a dispararem contra uma central nuclear, a maior da Europa. Foi então que o mundo começou a perceber que se tratava de um ato de terrorismo contra todos nós: na verdade, um grande terror.

Que os russos tenham trazido a guerra a Chernobil e a Zaporíjia, é a demonstração suficiente dos riscos a que estão dispostos a correr e dos perigos a que expõem a Ucrânia e a Europa. Putin, qual Pirro da modernidade, arriscou um desastre nuclear, por vitórias táticas no terreno. Zelensky, transmitiu^{xcviii} o seu horror, ao Conselho Europeu, a 25 de março, confirmando que não só soldados como tanques combateram no perímetro da maior central nuclear da Europa.

- Russia captured the Chornobyl NPP. Staff have not been released for 24 days there. Imagine, people lived 24 days at such a facility, worked at such a facility. These are our people. So that nothing terrible happens in Chornobyl again. To prevent the catastrophe. And the Russian military held them hostage. Russian tanks fired at the Zaporizhzhia nuclear power plant.

II. Dos Horrores da Guerra ao Cárcere: A Responsabilização da Rússia

“To prevent this from becoming a victorious strategy, all war crimes must be punished. Those who gave the order to kill and those who killed must face the Tribunal” - Volodymyr Zelensky, aos deputados suecos no Riksdag,

24/03/2022^{xcix}

Para evitar a repetição de um mal tão grande como este inferno, que se abateu sobre o território ucraniano, é necessária a prevenção dos atos e a responsabilização dos atores. Responsabilizar é imputar responsabilidade em alguém; é levantar o véu de ignorância,

da razão de Estado, e confrontar os rostos humanos por detrás de atos hediondos. Em nome de princípios vagos, mata-se, tortura-se, viola-se: é suspenso o Estado de Direito, autorizam-se excepcionalmente esses atos. E isto acontece porque quem decide, na esfera internacional, não é chamado a responder, pelos seus atos, cometidos em nome de algo ou alguém. Responsabilizar a Rússia é responsabilizar Vladimir Putin, Sergey Lavrov e todos aqueles que intervieram diretamente na decisão de invadir um país pacífico, um Estado soberano. Os julgamentos de Nuremberga ficaram na memória coletiva da Humanidade; foram um símbolo da retribuição mundial, em nome dos que sofreram às mãos dos carneiros nazis. Hoje, deparamo-nos com novos carneiros. Acabada a guerra, gorada a vitória total russa, emitam-se os mandados de detenção internacional e faça-se justiça. Pelos pais que perderam os filhos, pelos avós que perderam os netos, pelas vidas encurtadas, pelos mísseis russos e pela normalidade interrompida, pelas balas e pelas granadas, pelos tanques e pelas bombas.

Pedir uma responsabilização dos pérfidos atos terroristas e genocidas é um mínimo ético. É um dever da moralidade e da justiça internacionais. Zelensky pedi-lo-á^c, nestes moldes, a 15 de março de 2022:

- We are working with partners on new restrictions that will be applied against the Russian state. Everyone who is responsible for the war. Everyone who is responsible for the destruction of democracy.

Pedir justiça internacional, pelos crimes cometidos contra a Humanidade, é estabelecer um aviso, para os próximos que intentem semelhantes ações. A melhor prevenção, para quem só entende a linguagem da força, é a ameaça da sanção dura e imediata. Que ordem internacional se sustentará se um vizinho atacar um vizinho, se for bem-sucedido e não lhe acontecer nada? É este o sentido da intervenção^{ci} de Zelensky no *Riksdag* sueco, também no dia 24:

- To prevent this from becoming a victorious strategy, all war crimes must be punished. Those who gave the order to kill and those who killed must face the Tribunal. So that no other country in the world thinks that it can kill people with impunity just like that, that it can destroy neighboring countries.

Caso contrário, se nada for feito, para punir os responsáveis, por esta guerra, uma nova se repetirá no futuro. Se, ainda para mais, se quiser forçar uma paz branca, cuja única garantia para o agredido é a palavra do agressor, então nenhuma lição haveremos

tirado da brutalidade imposta, pela guerra. Todas as vidas perdidas, todos os sonhos apagados, terão sido em vão.

- If Russia is not stopped now, if Russia is not punished now, other aggressors in the world will start other wars. In different regions of the world. On different continents. Wherever a state dreams of conquering its neighbors. We need to act now so that all other potential aggressors see that war is only a loss and no benefit – diria Zelensky, a 18 de março, alertando^{cii}, para o precedente que seria estabelecido, caso fosse ignorada a justiça, em detrimento da paz.

Volodymyr Zelensky, adiantando-se aos parceiros internacionais, ainda nos primeiros dois meses de guerra, anunciará “a criação de um mecanismo judicial especial na Ucrânia”:

- Irá investigar todos os crimes cometidos pelos ocupantes do território ucraniano, recorrendo aos esforços conjuntos de peritos nacionais e internacionais, de investigadores, de procuradores e de juizes. E irá responsabilizar aqueles que participaram nesta guerra terrível contra o povo ucraniano – discursa, a 3 de abril, em Quive, antes de acrescentar nova medida – O mundo já assistiu a crimes de guerra no passado, cometidos em muitas ocasiões e em muitos continentes. Mas temos de fazer com que os crimes de guerra do exército russo sejam a última vez que esta iniquidade assola a Terra. Todos os que forem culpados deste tipo de crimes serão incluídos num «Livro dos Torturadores» especial. Serão encontrados e serão punidos.

Todas as informações relativas a massacres perpetrados contra alvos civis e todos os crimes de guerra serão documentados e relatados aos parceiros internacionais, confirmará^{ciii} Zelensky.

- Os aliados da Ucrânia serão informados em pormenor sobre o que aconteceu nos territórios temporariamente ocupados. Os crimes de guerra em Bucha e noutras cidades durante a ocupação russa serão analisados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Trazer os responsáveis, por crimes de guerra e pelas decisões políticas que conduziram a estes, à justiça é uma das lições do século passado. Vladimir Putin terá de pagar, pela sua decisão, de condenar à morte dezenas de milhares de vidas russas e ucranianas.

LIVRO IV

GLÓRIA À UCRÂNIA, GLÓRIA AOS HERÓIS!

I. As Garantias da Paz: Adesão à União Europeia à Aliança Atlântica

“Life can be defended only when united. Freedom must be armed” - Volodymyr Zelensky, aos ucranianos e aos cidadãos dos países livres, 24/03/2022^{civ}

A guerra patriótica da Ucrânia é uma defesa legítima do ataque russo e é, por outro lado, uma verdadeira ofensiva, pelos valores da liberdade. Quando o Bem combate o Mal, quando é violentamente atacado, então a reposição do *status quo ante* não é suficiente. Porque se a paz fosse a reposição do estado anterior de coisas que levou a Rússia, em primeiro lugar, a atacar a Ucrânia, então a paz não seria uma resolução pacífica mas um adiamento de uma nova guerra. A Ucrânia não quer um novo Memorando de Budapeste. Não é suficiente: a Ucrânia quer a paz. E a paz tem dois nomes: União Europeia e Organização do Tratado do Atlântico Norte.

A invasão russa ocorreu porque as garantias de segurança da Ucrânia são vazias; porque se encontra numa zona cinzenta. Porque Putin sabia que os Aliados não interviriam, pela Ucrânia. Teria Putin começado a guerra contra a Ucrânia, fosse a sua independência salvaguardada, pela OTAN?

- Yes, it is true - we are not in the Alliance. Not in the most powerful defense union in the world. Not one of the 30 states under the umbrella of joint protection. Under the umbrella of Article 5. It feels like we are in the "gray zone". Between the West and Russia – lamenta^{cv} Zelensky, na Cimeira da OTAN, a 24 de março de 2022.

Podendo escolher livremente o seu caminho, a Ucrânia aderirá: à União Europeia, promessa de desenvolvimento económico e social; e à OTAN, promessa de uma proteção nuclear contra a Federação Russa. Os ucranianos nunca esquecerão o ano de 1994, quando foram defraudados, nos Memorandos de Budapeste, abdicando da sua capacidade nuclear em função de vazias garantias de segurança. Já que a União Europeia e a Aliança Atlântica não puderam evitar a guerra, cumprindo os Memorandos, pelo menos aceitem, nas suas fileiras, os justos ucranianos, quando a guerra acabar.

A Ucrânia não esquece. A Europa em geral – o governo da chanceler Angela Merkel em especial – havia confiado nas teses liberais de que uma aproximação comercial e económica à Rússia criaria uma interdependência complexa. De que os milhares de milhões de euros investidos em hidrocarbonetos russos convenceriam o Kremlin de que a paz seria mais vantajosa do que a guerra. Tal não se verificou: ao invés de criar uma interdependência, a Europa criou uma dependência dos combustíveis russos; ao invés de sustentar as pulsões imperialistas russas, financiou-as; e ignorou os precedentes russos na Chechénia, Geórgia, na Crimeia e no Dombace. Volodymyr Zelensky não esqueceu, no vigésimo segundo dia da invasão em larga escala, o erro político da Europa e, em particular, da Alemanha: *“We have seen Germany fight for the economy for decades. For new Russian gas pipelines and old European dreams. Dreams of some kind of cooperation that Russia has not taken seriously for a long time”*^{cvii}. O mínimo que a União Europeia pode fazer, para corrigir esta trajetória, é aceitar a Ucrânia como seu vigésimo oitavo Estado.

O desrespeito, pelas negociações da Normandia, por parte da Rússia, foi o último aviso aos europeus. Dias antes do Dia Z, o presidente ucraniano já havia feito uma alusão ao falhanço do Formato da Normandia, para a paz. Relatou, então, como a Europa havia despertado tarde de mais do seu sono letárgico, para uma Rússia expansionista: *“So what is really going on in the peace process? Two years ago, we agreed with the Presidents of France, the Russian Federation, the Chancellor of Germany on a full-scale ceasefire. And Ukraine is scrupulously adhering to these agreements. We are as restrained as possible against the background of constant provocations. We are constantly making proposals in the framework of the Normandy Four and the Trilateral Contact Group. And what do we see? Shells and bullets from the other side. Our soldiers and civilians are being killed and wounded, and civilian infrastructure is being destroyed.”*^{cviii} – um discurso que evidencia que a comunicação de Putin, a 24 de fevereiro, foi uma declaração tácita de guerra, já que a sua intervenção militar especial basicamente concretizou uma expansão do teatro de operações na Ucrânia. A situação no terreno há muito que tinha superado as escaramuças e tropas russas já se encontravam no Dombace. O Formato da Normandia, envolvendo as lideranças ucraniana e russa, demonstram que a guerra no Dombace nunca foi civil mas internacional, requerendo um acordo de paz mediado pelas potências continentais europeias.

As futuras negociações, com vista à reposição da paz, deverão acautelar valores mais elevados do que aqueles que possibilitaram o começo da guerra, em primeiro lugar. A guerra deverá ser evitada a todo o custo, certos que são os seus danos irreparáveis e incomensuráveis nas vidas de milhões de famílias. Mas a paz não poderá ser feita de qualquer modo. Não poderá ser um engodo para os ucranianos, um mero adiamento de outra inevitável incursão russa. Garantias serão necessárias, para garantir que a Rússia não mais fará a guerra no continente europeu. Ora, tamanhas garantias somente poderão ser realizadas através da adesão à OTAN e à União Europeia. Tais seriam verdadeiras de segurança, nas vertentes económica e securitária. Não garantias vazias como as dos Memorandos de Budapeste. O processo de paz deverá dar primazia a estas condições, não cedendo aos grandes interesses do lucro e do grande capital europeus. Cessem as vozes interesseiras, até há bastante pouco ouvidas na Áustria e na Alemanha, ligadas que estão à Rússia, que, postergando a tomada de medidas concretas, alimentaram a expansão da guerra.

Diz Zelensky aos seus compatriotas europeus, aos alemães, antevendo uma tentação em retornar ao *statu quo ante*: *“And certain countries should not even expect that certain negotiations will facilitate the lifting of sanctions against the Russian Federation. The question of sanctions cannot even be raised until the war is over, until we get back what’s ours and until we restore justice”*^{cviii}.

Enquanto a paz não for assinada em tratado e apoiada por sérias garantias, isto é, fundadas na adesão à OTAN e à UE, a guerra continuará até deter a potência agressora. As tropas ucranianas são compostas por indivíduos que lutam por si, pelas suas famílias e pela sobrevivência da sua pátria; lutam pelos vivos e pelos mortos. Estão moralizadas; certamente mais do que os contingentes de mercenários e de russos, convocados por decreto, para «desnazificar» um país chefiado, por um descendente de judeus. Os bombardeamentos indiscriminados contra alvos civis, longe de aterrorizar os militares, emprestam-lhes uma aura divina, à sua luta contra o terror, o mal, o injusto.

- Dear free people of the most beautiful country! A country that has a future. That's true. This is what motivates us to fight now. On the battlefield and around the clock on the diplomatic, information and economic fronts. This is what allows us to plan our lives after the war. Our Ukrainian free, sovereign and democratic future. Definitely – peaceful.

*O Discurso Político como Fábrica de Realidades e a Narrativa de Volodymyr Zelensky da
Guerra Russo-Ucraniana entre Fevereiro e Abril de 2022*

Definitely – with development – finaliza^{cix}, a 16 de abril, o presidente ucraniano,
Volodymyr Zelensky.

Epílogo

O território que hoje apelidamos de Ucrânia já foi habitado, por diversos povos, de diferentes costumes e tradições. Situando-se estrategicamente entre o Mar Báltico e o Mar Negro e entre os Urais e os Cárpatos, foi, ao longo dos séculos, um ponto de passagem, para as incursões de exércitos imperiais e nómadas. O seu topónimo denota uma área fronteiriça; tanto em polaco (“Ukraina, que significa «margem» ou «beira»”^{cx}) como em russo (“Ukraina, em russo, significa terra no extremo, na fronteira”^{cxii}).

Na Europa, toda a gente, hoje, conhece a Ucrânia. É este o grande mérito de Zelensky: ter colocado a Ucrânia no mapa. Podia não ter sido assim; quando os russos anexaram a Crimeia ou quando os seus tanques entraram, na Geórgia, não houve uma conexão com os europeus. Permaneciam, então, realidades distantes. Tudo mudou com Zelensky. Discursa diariamente, através dos canais mediáticos convencionais ou nas redes sociais; comunica claramente, com base numa narrativa sólida sobre a guerra; enfim, aproxima-nos a todos do conflito. É de tal modo comovente e galvanizador o seu uso da palavra, que somos levados a pensar que a Ucrânia se encontra próxima de nós, ao nosso lado. Essa proximidade contrasta com a forma fria e distante com que se apresenta Putin. Também, no plano comunicacional, é a Rússia que aparece como uma potência anacrónica.

São de tal modo claros os objetivos de Zelensky que é o próprio a indicar-nos^{cxii} a razão por detrás dos seus muitos discursos:

- I will continue such speeches in the parliaments and squares of the partner states. Necessarily. As much as it takes to stop the war. To restore our territorial integrity. To return to all of us, Ukrainians and all Europeans, the long-awaited peace. I feel that we are being increasingly understood. In Europe, in the world, in different countries. And it gives us more and more support. The one we have been asking for so long.

No final de abril de 2022, a Ucrânia tinha repellido os exércitos russos a norte, de volta para a Rússia e para a Bielorrússia, de onde partiram, para conquistar Quive. Nunca chegariam os exércitos moscovitas a chegar a Odessa e a outras grandes cidades ucranianas. A Rússia foi severamente sancionada, excluída do setor financeiro mundial e

condenada, na Assembleia Geral das Nações Unidas. 141 países (mais de 70%) votou a favor da resolução ES-11/1^{cxiii}, que, no número 1, reafirmou as fronteiras internacionalmente reconhecidas da Ucrânia, deplorando, no número 2, “*in the strongest terms, the aggression by the Russian Federation against Ukraine in violation of Article 2 (4) of the Charter*”. O referido artigo proíbe o uso da força, contra a integridade territorial de outro Estado, para dirimir disputas internacionais, excetuando em legítima defesa.

A guerra acabará quando o agressor acordar um cessar fogo, abdicar de todos os ganhos territoriais, entregando os responsáveis políticos e os perpetradores de crimes de guerra à justiça internacional, para serem julgados, e quando a Ucrânia entrar na OTAN e na UE, verdadeiras garantias de uma paz reinante na Europa. No século XXI, a tirania, o terrorismo e o genocídio não poderão ser nem tolerados nem perdoados.

Após compararmos as similitudes entre a agressão russa e o nazismo, questionemo-nos sobre o que foi feito e o que não foi. Pensemos antes de colocar o ónus do fim da guerra nos ucranianos. Se, depois desta leitura, não conseguir perceber porque é que os ucranianos devem continuar a lutar, então talvez nunca entenderá. O ónus está do lado de quem tudo começou, de quem tudo tem ao seu alcance, para acabar com a guerra. Quantos mais russos terão de morrer até o *Kremlin* começar a negociar?

Слава Україні! Героям слава!^{cxiv}

Fim.

Notas

- ⁱ Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 65-70.
- ⁱⁱ Rudenko, S. (2022). *Volodymyr Zelensky – Biografia*. 1ª ed. Casa das Letras. Pág. 13.
- ⁱⁱⁱ <https://sputniknews.lat/20220224/putin-anuncia-la-decision-de-lanzar-una-operacion-militar-en-el-donbas-1122152012.html>
- ^{iv} Genté, R. & Siohan, S. (2022). *Volodymyr Zelensky – Na Cabeça de um Herói*. 1ª ed. A Esfera dos Livros. Pág. 81.
- ^v Rudenko, S. (2022). *Volodymyr Zelensky – Biografia*. 1ª ed. Casa das Letras. Pág. 126.
- ^{vi} Rudenko, S. (2022). *Volodymyr Zelensky – Biografia*. 1ª ed. Casa das Letras. Pág. 141.
- ^{vii} Urban, A. L. & McLeod, C. (2022). *Zelensky – O Herói Improvável*. 1ª ed. Ideias de Ler. Pág. 141.
- ^{viii} Genté, R. & Siohan, S. (2022). *Volodymyr Zelensky – Na Cabeça de um Herói*. 1ª ed. A Esfera dos Livros. Pág. 59-62.
- ^{ix} Rudenko, S. (2022). *Volodymyr Zelensky – Biografia*. 1ª ed. Casa das Letras. Pág. 65.
- ^x Rudenko, S. (2022). *Volodymyr Zelensky – Biografia*. 1ª ed. Casa das Letras. Pág. 204.
- ^{xi} <https://sputniknews.lat/20220221/putin-se-dirige-a-la-nacion-rusa-1122006610.html>
- ^{xii} Procedemos à transliteração de *Kyiv*, forma ucraniana, para *Quive*, em detrimento de *Kiyev*, forma russa, para *Quieve*. Cfr. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/o-lexico-do-conflito-ucrania-russia/4816>. Sobre a inexistência deste termo em língua portuguesa, remetemos para a Primeira Parte da Dissertação. Escrevendo em língua portuguesa, recusamo-nos liminarmente a acompanhar os anglo-saxónicos na sua integração literal do topónimo “Kyiv”.
- ^{xiii} Cfr. nota XIV. Optamos por transliterar o topónimo *Donbas*, forma ucraniana, em detrimento de *Donbass*, forma russa. Depois, entre a forma *Dombasse* ou *Dombace*, optamos, pela segunda, devido à proximidade da primeira com a forma russa.
- ^{xiv} Urban, A. L. & McLeod, C. (2022). *Zelensky – O Herói Improvável*. 1ª ed. Ideias de Ler. Pág. 9.
- ^{xv} Genté, R. & Siohan, S. (2022). *Volodymyr Zelensky – Na Cabeça de um Herói*. 1ª ed. A Esfera dos Livros. Pág. 17.
- ^{xvi} Genté, R. & Siohan, S. (2022). *Volodymyr Zelensky – Na Cabeça de um Herói*. 1ª ed. A Esfera dos Livros. Pág. 18.
- ^{xvii} Prefácio de OSTOVSKY em Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 16.
- ^{xviii} Prefácio de OSTOVSKY em Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 17.
- ^{xix} <https://www.president.gov.ua/en/news/sogodni-kozhen-zdobuvaye-ukrayini-slavu-na-svoyemu-miscizve-73501>
- ^{xx} Plokhly, S. (2022). *A Porta da Europa: Uma História da Ucrânia*. 1ª ed. Ideias de Ler. Pág. 29.
- ^{xxi} <https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-ukrayini-73165>
- ^{xxii} Disponível nos sítios da internet da Presidência (<https://www.president.gov.ua/ua/documents/constitution/konstituciya-ukrayini-rozdil-i>) e da Rada (<https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/254%D0%BA/96-%D0%B2%D1%80#Text>) ucranianas.
- ^{xxiii} <https://ourworldindata.org/democracy>. Dados referentes a 2022.
- ^{xxiv} *Democracy Index 2022* Da ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT (https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/DI-final-version-report.pdf?mkt_tok=NzUzLVJJUS00MzgAAAGKhN2ME5WPDGDxwAQaZ2cvt6m4XSFL2NxMXf4LIogAaNQ5CymhZOUNzIiRgQShhx82gl8NsUJQsEf0lzfNl30CvzSyl-ShYO3BrkzPGfZ5fKZJQ)
- ^{xxv} <https://freedomhouse.org/explore-the-map?type=nit&year=2022>. Os dados apresentados são de 2022.
- ^{xxvi} Constituição ucraniana consultada no sítio de internet da Rada ucraniana (<https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/254%D0%BA/96-%D0%B2%D1%80#Text>)
- ^{xxvii} <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20220304IPR24713/kyiv-is-under-siege-and-so-is-democracy-president-metsola-to-ukraine-speaker>
- ^{xxviii} <https://www.forbes.com/sites/andyjsemotiuk/2022/02/28/looming-ukrainian-refugee-crisis-presents-challenge-not-seen-since-world-war-ii/?sh=48455904bd0e>
- ^{xxix} <https://reliefweb.int/report/ukraine/ukraine-crisis-double-standards-has-europe-s-response-refugees-changed>
- ^{xxx} Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 44.

- ^{xxxi} <https://www.president.gov.ua/en/news/vistup-prezidenta-ukrayini-na-58-j-myunhenskij-konferenciyi-72997>
- ^{xxxii} Confrontar nota XIV. Transliteração do topónimo *Kryvyi Rih*, forma ucraniana, em detrimento de *Krivoy Rog*, forma russa. Optamos, por Crivi Rih, forma simples, de fácil e rápida pronúncia.
- ^{xxxiii} Ver nota XIV. Transliteração do topónimo *Dnipropetrovska*, forma ucraniana. Optamos por Denipro-petrovesque. O travessão separa o nome da cidade principal da região, Denipro, com o nome do antigo líder comunista Grigori Petrovski. Note-se que, na transliteração dos nomes próprios, cedemos menos do original à língua portuguesa.
- ^{xxxiv} Sobre os princípios de *jus cogens* do Direito Internacional, confrontar o Artigo 53.º, da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (assinada em 1969), intitulado de *Tratados incompatíveis com uma norma imperativa de direito internacional geral (jus cogens)*: “É nulo todo o tratado que, no momento da sua conclusão, seja incompatível com uma norma imperativa de direito internacional geral. Para os efeitos da presente Convenção, uma norma imperativa de direito internacional geral é uma norma aceite e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu todo como norma cuja derrogação não é permitida e que só pode ser modificada por uma nova norma de direito internacional geral com a mesma natureza.”. A Convenção está disponível no sítio de internet do Ministério Público, em <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/rar67-2003.pdf>
- ^{xxxv} Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 145.
- ^{xxxvi} <https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-ukrayini-73137>
- ^{xxxvii} Diz KISSINGER sobre o poder da Rússia Imperial, saída das guerras napoleónicas: “Embora a Áustria necessitasse da Rússia como defesa contra a França, era prudente perante o seu impetuoso aliado”. Kissinger, H. A. (2007), *Diplomacia*. 3ª ed. Gradiva. Pág. 73.
- ^{xxxviii} Optamos pela transcrição comumente usada: *Mariupol*. Pol é pronunciado “pólhe” (поль) e não “pole” (пол). Este sufixo advém do grego pólis, e, se fizemos uma transliteração de acordo com outros exemplos gregos, teríamos o topónimo Mariópolis. (Cfr. cidades gregas como Alexandrópolis).
- ^{xxxix} <https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelenskogo-do-ucha-73801>
- ^{xl} <https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-u-riksdagu-shveciyi-73793>
- ^{xli} <https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-u-riksdagu-shveciyi-73793>
- ^{xlii} <https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelenskogo-v-parlamen-73961>
- ^{xliii} Thomaz, L. F. F. R. (2022). *Ucrânia – As Lições da História e Outros Estudos do Oriente Cristão*. 1ª ed. Gradiva. Pág. 77.
- ^{xliv} <https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-u-riksdagu-shveciyi-73793>
- ^{xlv} <https://www.president.gov.ua/en/news/sogodni-dobrovolcyami-ye-vsi-hto-vidchuvaye-vilnij-poklik-do-73557>
- ^{xlvi} <https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-ukrayini-73165>
- ^{xlvii} <https://www.president.gov.ua/en/news/tizhden-ochikuyetsya-duzhe-nasichenij-tozh-nikomu-ne-vidasty-73905>
- ^{xlviii} <https://www.president.gov.ua/en/news/zhenit-okupantiv-zhenit-cih-rabiv-zvernennya-prezidenta-volo-73713>
- ^{xlix} <https://www.president.gov.ua/en/news/ce-buv-ishe-odin-den-yakij-nablizhaye-nas-usih-do-peremogiz-73717>
- ^l <https://www.president.gov.ua/en/news/dlya-nas-ce-vitchiznyana-vijna-i-mi-znayemo-chim-taki-vijni-73293>
- ^{li} <https://www.president.gov.ua/en/news/nasha-taktika-koli-suprotivnik-ne-znaye-chogo-vid-nas-chekat-73645>
- ^{lii} <https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-ukrayini-73137>
- ^{liii} <https://www.president.gov.ua/en/news/peremozhemo-zavdyaki-nashomu-vmynnyu-gurtuvatisya-ta-zavzhdi-73541>
- ^{liv} <https://www.president.gov.ua/en/news/dlya-nas-ce-vitchiznyana-vijna-i-mi-znayemo-chim-taki-vijni-73293>
- ^{lv} <https://www.president.gov.ua/en/news/stoyimo-micno-zvernennya-prezidenta-ukrayini-73241>
- ^{lvi} <https://www.president.gov.ua/en/news/stoyimo-micno-zvernennya-prezidenta-ukrayini-73241>
- ^{lvii} Intervenção de Zelensky no Congresso dos Estados Unidos da América. Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 87-90.
- ^{lviii} Intervenção no Bundestag alemão. Consultado em Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 91.

- lix Toda a informação sobre as sanções da UE à Rússia encontra-se disponível em <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/history-restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/>.
- lx Cfr. nota XIV. Optamos por Sevastópol, ao invés de Sebastopol. Tanto em ucraniano como em russo, o В pronuncia-se como o V latino. Севастóполь, em ucraniano, pronunciar-se-á, então, Sevastópolhe (Lhe – ль, L – л). Em português, a pronúncia é mais fácil com a terminação que adotamos.
- lxi <https://www.consilium.europa.eu/media/22019/144205.pdf>
- lxii <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-02-06/eu-shouldn-t-jeopardize-nord-stream-2-over-navalny-austria-says?leadSource=verify%20wall>
- lxiii [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/690705/EPRS_BRI\(2021\)690705_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/690705/EPRS_BRI(2021)690705_EN.pdf)
- lxiv Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 91-92.
- lxv <https://www.president.gov.ua/en/news/nasha-taktika-koli-suprotivnik-ne-znaye-chogo-vid-nas-chekat-73645>
- lxvi <https://www.president.gov.ua/en/news/signali-z-peregovoriv-mozhna-nazvati-pozitivnimi-ale-voni-ne-73937>.
- lxvii <https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-ukrayini-73137>
- lxviii <https://www.president.gov.ua/en/news/upevnenij-sho-vzhe-skoro-mi-zmozhemo-skazati-nashim-lyudyam-73365>
- lxix Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 81-85.
- lxx Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 88.
- lxxi <https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelenskogo-na-zasidan-73809>
- lxxii <https://www.france24.com/en/europe/20230316-%F0%9F%94%B4-live-very-important-to-quickly-provide-munitions-to-ukraine-says-germany-s-scholz>
- lxxiii <https://www.nytimes.com/live/2023/03/16/world/russia-ukraine-news>
- lxxiii <https://www.dailysabah.com/business/defense/turkish-made-drones-playing-huge-role-in-ukraine-says-senior-nato-official>
- lxxiv Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 154.
- lxxv <https://www.president.gov.ua/en/news/stoyimo-micno-zvernennya-prezidenta-ukrayini-73241>
- lxxvi Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 88
- lxxvii <https://www.president.gov.ua/en/news/strategiya-zahistu-dlya-kozhnoyi-civilizovanoyi-derzhavi-tis-74225>
- lxxviii <https://www.president.gov.ua/en/news/mi-nichogo-ne-viddamo-i-budemo-borotisya-za-kozhen-metr-nash-73973>
- lxxix <https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-volodimira-zelenskogo-do-ukrayinciv-i-73777>
- lxxx <https://www.president.gov.ua/en/news/vistup-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelenskogo-na-samiti-n-73785>
- lxxxi Rudenko, S. (2022). *Volodymyr Zelensky – Biografia*. 1ª ed. Casa das Letras. Pág. 14
- lxxxii <https://www.tsf.pt/mundo/massacre-de-bucha-zelensky-diz-que-ucrania-nunca-perdoara-16101116.html>
- lxxxiii Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 105.
- lxxxiv <https://www.unocha.org/ukraine/humanitarian-situation-ukraine>
- lxxxv <https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-ukrayini-do-parlamentu-litvi-74285>
- lxxxvi <https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelenskogo-na-zasidan-73809>
- lxxxvii Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 151.
- lxxxviii Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 152.
- lxxxix Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 81-82.
- xc Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 93.

- ^{xc}i Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 98-99.
- ^{xciii} https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_int_eliminao_o_financiamento_terrorismo.pdf
- ^{xciii} <https://digitallibrary.un.org/record/532676>
- ^{xciv} <https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelenskogo-na-zasidan-73809>
- ^{xcv} <https://www.president.gov.ua/en/news/raketa-po-centralnij-ploshi-harkova-ce-terorizm-i-rosiya-may-73261>
- ^{xcvi} Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 82-83.
- ^{xcvii} Cfr. nota XIV. *Zaporijjia* é a transliteração do termo ucraniano. Em russo, seria *Zaporoje*.
- ^{xcviii} <https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelenskogo-na-zasidan-73809>
- ^{xcix} <https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-u-riksdagu-shveciyi-73793>
- ^c <https://www.president.gov.ua/en/news/vidpovidalnist-za-voyenni-zlochiny-dlya-rosijskih-vijskovih-73561>
- ^{ci} <https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-u-riksdagu-shveciyi-73793>
- ^{cii} <https://www.president.gov.ua/en/news/atakuyuchi-ukrayinu-rosiya-znishit-use-chogo-dosyagla-za-min-73657>
- ^{ciii} Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal. Pág. 107-108.
- ^{civ} <https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-volodimira-zelenskogo-do-ukrayinciv-i-73777>
- ^{cv} <https://www.president.gov.ua/en/news/vistup-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelenskogo-na-samiti-n-73785>
- ^{cvi} <https://www.president.gov.ua/en/news/nasha-taktika-koli-suprotivnik-ne-znaye-chogo-vid-nas-chekat-73645>
- ^{cvii} <https://www.president.gov.ua/en/news/vistup-prezidenta-ukrayini-na-58-j-myunhenskij-konferenciyi-729974>
- ^{cviii} <https://www.president.gov.ua/en/news/signali-z-peregovoriv-mozhna-nazvati-pozitivnimi-ale-voni-ne-73937>
- ^{cix} <https://www.president.gov.ua/en/news/mi-boremosya-zaradi-vilnogo-majbutnogo-ta-rozvitku-nashoyi-k-7439>
- ^{cx} Zamoyski, A. (2010). *História da Polónia*. Edições 70. Pág. 94.
- ^{cx}i Milhazes, J. (2022). *A Mais Breve História da Rússia – Dos Esclavos a Putin*. Publicações Dom Quixote. Pág. 71-72.
- ^{cxii} <https://www.president.gov.ua/en/news/nasha-taktika-koli-suprotivnik-ne-znaye-chogo-vid-nas-chekat-73645>
- ^{cxiii} <https://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?OpenAgent&DS=A/RES/ES-11/1&Lang=E>
- ^{cxiii} Tradução de ucraniano, para português: Glória à Ucrânia, Glória aos Heróis! Frequentemente usado, por Zelensky, no final dos seus discursos; é o grito de guerra patriótico ucraniano.

Conclusão

Nesta dissertação, lançamos quatro perguntas de partida, que orientam a investigação do caso prático em apreço. Ei-las e as conclusões a que chegamos, com base no conteúdo das duas partes da dissertação:

(1) Quais as narrativas presentes no discurso oficial ucraniano e que efeitos produzem na sociedade internacional?

Os discursos de Volodymyr Zelensky centram-se em nove narrativas, coincidindo com os capítulos dos Livros I, II, III e IV, da Parte II da dissertação. São elas: (I) 24 de fevereiro de 2022 é o começo duma grande guerra, envolvendo não só a Rússia e a Ucrânia, mas toda a Europa; (II) A Ucrânia é uma democracia europeia nas franjas da Europa, último reduto das democracias no leste europeu; (III) A Federação Russa é uma potência autocrática, revisionista e invasora, constituindo uma ameaça existencial, para a Europa; (IV) Esta guerra é entre o Bem e o Mal, identificando a Ucrânia com o primeiro e a Rússia com o segundo. A neutralidade, posta nestes termos, é imoral; (V) Houve uma aquiescência das democracias europeias, em particular da Alemanha, face à anexação russa da península da Crimeia e das suas atividades no leste ucraniano. A invasão em larga escala era previsível e a dissuasão da Rússia, por exemplo, através da adesão da Ucrânia à OTAN, era preferível às sanções; (VI) Ocorrida a invasão, a melhor maneira de travar a expansão russa é sancionando-a; (VII) O regime russo está a utilizar táticas de guerra nazis, como o bombardeamento de alvos civis, de grandes cidades e de infraestruturas essenciais, como as energéticas e as sanitárias. Putin, por outro lado, não reconhece a existência da Ucrânia e, por extensão, dos ucranianos, e esta guerra é contra a sua sobrevivência. É uma guerra genocida; (VIII) Os responsáveis russos, pelo começo e pela condução da guerra, terão de ser responsabilizados, pelos horrores da guerra; (IX) A paz só será possível com garantias reais que salvaguardem a sobrevivência do Estado ucraniano. Perante a violação grosseira das garantias do Memorando de Budapeste, só a adesão à OTAN e à UE poderá impedir uma futura guerra e, por conseguinte, garantir a paz.

(2) Qual o papel da narrativa política nos processos de legitimação de Volodymyr Zelensky e da causa ucraniana na sociedade internacional?

A popularidade de Zelensky, negativa antes da guerra, subiu a pique. Conforme atestamos na segunda parte da dissertação (na página 61), os índices de aceitação do presidente ucraniano passaram de 38% para 91%, num espaço de dois meses.

Esta subida ocorreu logo no primeiro dia da invasão, após anunciar a sua permanência na Ucrânia, pedindo, para o efeito, munições, para o exército ucraniano. Optou, ao invés de uma saída fácil, que salvaguardasse a sua vida e a da sua família, por ficar. Vários órgãos de comunicação social, por todo o mundo, reportaram várias tentativas de assassinato que se se seguiram. A informação foi veiculada, pelos britânicos *The Times* (<https://www.thetimes.co.uk/article/zelensky-survives-three-assassination-attempts-in-days-xnstdfdfc> e <https://www.thetimes.co.uk/article/volodymyr-zelensky-russian-mercenaries-ordered-to-kill-ukraine-president-cvcksh79d>) e *The Independent* (<https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-politics/zelensky-assassination-us-warning-bill-burns-b2263095.html>); e pelo norte-americano *The Washington Post* (<https://www.washingtonpost.com/world/2022/03/02/zelensky-russia-ukraine-assassination-attempt-foiled/>), percorrendo todo o mundo. Outras agências, como a estatal turca, *Anadolu*, citaram diretamente Zelensky (<https://www.aa.com.tr/es/mundo/gobierno-ucraniano-asegura-que-frustr%C3%B3-un-intento-de-asesinato-contra-zelenski/2520976>).

Volodymyr Zelensky conseguiu, também, representar o sofrimento e a luta do povo ucraniano, que passaram a ser indissociáveis. Fê-lo, através de um hábil uso da comunicação, elevando a agenda ucraniana aos maiores palcos políticos nacionais e internacionais. Autores como JESSICA PIZANO relacionam o seu passado como ator com a bem-sucedida mobilização das sociedades ucraniana e internacional (Pizano, J. (2022). *How Zelensky Has Changed Ukraine*. *Journal of Democracy*. 33 (3). Pág. 11. <https://muse.jhu.edu/pub/1/article/860239/pdf>).

Quanto à causa ucraniana, alicerçada nas narrativas enunciadas na primeira pergunta de partida, confirmamos a sua difusão, pela academia, na Europa e nos EUA. Assim, os meios académicos anuíram acerca: da “relutância” da UE e da forma incauta como a Alemanha prosseguiu com a construção do gasoduto *Nord Stream 2* (Raik, K., Blockmans, S., Dandashly, A., Noutcheva, G., Osypchuk, A. & Suslov, A. (2023). *Tackling the Constraints on EU Foreign Policy towards Ukraine: From Strategic Denial to Geopolitical Awakening*. JRC Publications. 20. Pág. 12. <https://www.jointproject.eu/2023/04/06/tackling-the-constraints-on-eu-foreign-100>

policy-towards-ukraine-from-strategic-denial-to-geopolitical-awakening/); dos riscos associados à dependência europeia do gás russo (De Jong, M. (2023). *Uncovering Uncomfortable Truths: The Geopolitics of EU Gas Imports in the Aftermath of the Invasion of Ukraine*. Egmont Royal Institute for International Relations Policy Brief. 307. 1-5. https://www.egmontinstitute.be/app/uploads/2023/05/Moniek-de-Jong_Policy_Brief_307.pdf?type=pdf); dos riscos de uma possível recrudescimento do conflito e de um consequente ataque nuclear russo, mesmo que inadvertidamente (Van Hooft, P., Ellison, D. & Sweijs, T. (2023). *Pathways to Disaster – Russia’s War against Ukraine and the Risks of Inadvertent Nuclear Escalation*. The Hague Center for Strategic Studies on Strategic Stability, Deterrence and Arm Control. 1-30. <https://hcss.nl/wp-content/uploads/2023/05/05-Pathways-to-Disaster-Russias-War-against-Ukraine-and-the-Risks.pdf>); do mal causado, pelos responsáveis russos, ao povo ucraniano, pela guerra, feita não só contra alvos militares mas, também, contra infraestruturas civis (Bobrova, A., Khassai, Y., Filipchuk, L., Syrbu, O., Lomonosova, N. & Nazarenko, Y. (2022). *Nine Months of Full-Scale War in Ukraine: Thoughts, Feelings, Actions – Findings of the Fourth Wave of Research*. International Renaissance Foundation. 1-101. <https://cedos.org.ua/wp-content/uploads/layout.-9-month.-eng.pdf>); da necessidade de reconstruir a Ucrânia através do financiamento e, no futuro, através de uma adesão à União Europeia (Grävingsholt, J., Faust, J., Libman, A., Richter, S., Sasse, G. & Stewart, S. (2023). *Rebuilding Ukraine: What the International Community Now Needs to Consider*. IDOS – German Institute for Development and Sustainability Policy Brief. 4. Pág. 6. https://www.idos-research.de/uploads/media/PB_4.2023.pdf); da necessidade de garantir a segurança ucraniana, assegurando a sua adesão à OTAN (Bond, I. (2023). *Ukraine’s Progress Towards NATO Membership: Going from Bucharest to Vilnius Without Moving?*. Center for European Reform Insight. Pág. 1. https://www.cer.eu/sites/default/files/insight_IB_Ukraine_nato_8.6.23.pdf); e, finalmente, da emergência de controlar a implementação das sanções tecnológicas, impostas à Rússia, dado que tanto as empresas russas como as europeias as evadem (Epifanova, A. (2023). *Tech Sanctions Against Russia – Turning the West’s Assumptions into Lessons*. DGAP – Germany Council on Foreign Relations Analysis. 3. 1-19. https://dgap.org/system/files/article_pdfs/DGAP_Analyse_2023_03_EN.pdf).

(3) Quais as dinâmicas do processo de instrumentalização política da narrativa no contexto ucraniano de insegurança, ameaça e luta pela sobrevivência?

As narrativas ucranianas da guerra foram eficazmente comunicadas, com um carácter de urgência associado. Zelensky conseguiu transmiti-lo (<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia->

over-ukraine/history-restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/): num espaço de dois meses, distando desde o começo da guerra até ao final de abril, o Conselho da União Europeia chegaria a acordo, impondo cinco pacotes de sanções e embargos contra a Federação Russa. Em um ano, até ao dia 23 de junho de 2023, o número de pacotes elevar-se-ia aos onze. Alguns dos mais importantes atores políticos russos, como o Presidente, Vladimir Putin, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sergey Lavrov, o antigo Presidente ucraniano, Viktor Yanukovitch, empresários e propagandistas e até entidades como partidos políticos ou o Grupo Wagner, foram sancionados (<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/sanctions-against-russia-explained/#sanctions>).

Conseguiu, também, capitalizar, através dos seus discursos, o receio e a insegurança dos vizinhos russos, como a Finlândia, a Polónia, os Bálticos e os Estados da Ásia Central, exacerbando-os. Mesmo Estados que não partilham fronteiras terrestres com a Rússia, como a Suécia e a Finlândia, pediram a adesão à OTAN, prescindindo do estatuto de Estados neutrais. A segunda já entretanto admitida, a primeira ainda em negociações. Por fim, Zelensky transmitiu eficazmente a narrativa de que a Ucrânia é o último bastião democrático no leste europeu. Equiparando uma vitória da Rússia, na guerra, a um risco liminar à sua própria sobrevivência, alguns estados da UE comprometeram-se a um robusto apoio à Ucrânia. No Parlamento britânico, os responsáveis parlamentares, dos Comités dos Negócios Estrangeiros, da Estónia e da Letónia, Marko Mihkelson e Rihards Kols, respetivamente, concordaram numa série de assunções (<https://www.parliament.uk/business/commons/committee-corridor-podcast/committee-corridor-war-in-ukraine---the-threat-to-the-baltic-states/>): (1) *“a threat posed by Russia and a war launched against Ukraine is a war against all of us and we have to commonly fight back”* (Mihkelson); (2) *“There is a urgent need to reinforce the eastern flank. The Baltic countries as well”* (Kols); (3) *“We don’t have proper air defence systems. None at all. Not at all. So, therefore, this is something where, immediately, NATO needs to (...) come up with a solution (...) to abolish these kind of threats and have potential to defend”* (Kols); (4) *“this has been a general wake-up call for all of us”* (Mihkelson); (5) *“this is nothing else than the independence war of Ukraine (...), the future of both Russia, Ukraine, but entire Europe is very much connected to this”* (Mihkelson). No caso da Ásia Central, o cientista político cazaque, DAUREN ABEN, admitiu que uma derrota

ucraniana trará consequências negativas ao país (<https://cabar.asia/en/what-consequences-can-central-asian-countries-expect-from-russia-s-war-in-ukraine?pdf=51566>): “*the defeat of Ukraine in the war is not in the interests of Kazakhstan, as it will further strengthen the country’s dependence on Russia, effectively turning us into an aggressor’s satellite along with Belarus*”; o Cazaquistão tem prosseguido uma política de neutralidade: pedindo o fim da guerra; cumprindo as sanções ocidentais, o que levou o Kremlin a acusar o Ocidente de manipulação (<https://www.aljazeera.com/news/2023/6/23/moscow-west-trying-to-create-kazakhstan-russia-wedge>); e... aproximando-se de Pequim, garantido Xi Jinping a integridade territorial do país, na antiga capital imperial chinesa de Xian (<https://edition.cnn.com/2023/05/18/china/china-central-asian-states-summit-xian-xi-jinping-intl-hnk/index.html>).

(4) Quais os impactos dos discursos de Volodymyr Zelensky nos processos de tomada de decisão de política externa dos países direta ou indiretamente envolvidos no conflito?

Zelensky teve o mérito de chegar não só aos líderes europeus mas, principalmente, aos seus cidadãos. Serão eles a marchar em protesto, defronte às embaixadas russas, em Portugal (<https://observador.pt/2022/02/24/centenas-protestam-contr-a-invasao-em-frente-a-embaixada-russa-em-lisboa/>) e no resto do mundo (<https://www.aljazeera.com/gallery/2022/2/24/photos-protesters-rally-around-the-world-in-support-of-ukraine>), mobilizando-se em favor da causa ucraniana. Os seus líderes corresponderam a esta mobilização votando a favor de duras sanções e embargos contra a Rússia, apesar dos impactos económicos consequentes nas próprias democracias europeias.

Fora da Europa, muitos Estados agiram com maior prudência ou hesitação, cientes que estão da possibilidade da criação de um futuro precedente, nas Relações Internacionais. Muitos destes Estados tinham relações estratégicas com ambos os países, dificultando uma tomada de posição. Muitos Estados africanos, por exemplo, estão dependentes dos cereais ucranianos e da assistência russa, que remonta aos tempos da União Soviética. Por outro lado, potências como a República Popular da China adotaram um estatuto neutral mas participam de forma interessada no conflito. Esta guerra, segundo alguns analistas, como DAVID SACKS (Sacks, David. (2022). *What is China Learning From Russia’s War in Ukraine? America and Taiwan Need to Grasp – and Influence – Chinese Views of the*

Conflict. Foreign Affairs. 16-5-22. https://viet-studies.net/kinhte/WhatChinaLearnsUkraine_FA.pdf) e CATHERINE YUK-PING LO (Lo, C. Y. P. L. (2023). “*Taiwan Flashpoint*” in the Indo-Pacific Region: “*Russian*” Lessons for Xi Jinping?. *Atlantisch Perspectief*. 2. 32-37. https://www.researchgate.net/profile/Catherine-Yuk-Ping-Lo/publication/360450737_‘Taiwan_Flashpoint’_in_the_Indo-Pacific_Region_‘Russian’_Lessons_for_Xi_Jinping/links/6276f8a72f9ccf58eb36fa57/Taiwan-Flashpoint-in-the-Indo-Pacific-Region-Russian-Lessons-for-Xi-Jinping.pdf), poderá moldar as percepções dos decisores chineses sobre o putativo envolvimento das potências ocidentais em Taiwan.

Zelensky imprimiu um cunho global numa guerra regional. Estabeleceu, eficazmente, uma comparação entre a atuação da Rússia de Putin e a Alemanha de Hitler, desde as primeiras anexações de espaços vizinhos com populações alemãs, até à invasão da Polónia, em 1939, e a expansão do teatro de guerra, pelo resto do continente europeu e para o mundo. Esta ligação, dada a sua magnitude, foi interpretada e estudada, pela academia. GEORGY EGOROV e KONSTANTIN SONIN (Egorov, G. & Sonin, K. (2023). *Why Did Putin Invade Ukraine? A Theory of Degenerate Autocracy*. National Bureau of Economic Research Working Paper Series. 31187. 1-42. https://www.nber.org/system/files/working_papers/w31187/w31187.pdf) concordam com Zelensky, explorando o seu argumento: tanto Hitler como Putin tomaram uma decisão “desastrosa”; e, se a sua efetivação foi possível, tal deveu-se à ausência de freios e contrapesos institucionais dos seus regimes autocráticos. Já YULIA KURNYSHOVA (Kurnyshova, Y. (2023). *Analogical Reasoning: Historical Parallels and Metaphors in the 2022 War Narratives in Ukraine and Russia*. *Journal of Regional Security of Belgrade Center for Security Policy*. 6-3-2023. 5-13. <https://scindeks-clanci.ceon.rs/data/pdf/2217-995X/8888/2217-995X8800006K.pdf>) acrescenta que esta metáfora tem o mérito de expor as similaridades entre (1) os discursos públicos de Putin e Hitler, ambos carregados de um elemento histórico e geopolítico; e (2) as táticas de guerra de ambos, almejando infraestruturas e alvos civis. Contrariamente a estes autores, MICHAEL DUNFORD (Dunford, M. (2023). *Causes of the Crisis in Ukraine*. *International Critical Thought* – Routledge. 13. 1. 89-125. <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/21598282.2022.2163417?needAccess=true&role=button>) rejeita a comparação, contrapondo-a a um discurso de Estaline. De acordo com o então secretário-geral da URSS, o Partido Nazi foi nacionalista enquanto anexou os Sudetas e a Áustria; depois, ao querer empreender uma cruzada mundial, acabou por tornar-se um partido imperialista. De acordo com o bizarro argumento de DUNFORD, dado que Vladimir Putin se encontra na fase inicial de reconstituição do espaço vital russo, não

poderá ser classificado de imperialista, com uma conotação negativa, mas de nacionalista, conotado positivamente.

Respondidas as perguntas de partida, concluiremos que *O Discurso Político como Fábrica de Realidades e a Narrativa de Zelensky da Guerra Russo-Ucraniana entre Fevereiro e Abril de 2022* completam-se. Na Parte I, é revelado o nosso pensamento político-filosófico sobre o papel da comunicação na política. Na Parte II, é descrita a narrativa ucraniana da guerra, com base nos discursos do seu primaz porta-voz.

É possível ler a primeira parte sem ler a segunda e ler a segunda parte sem ler a primeira. Porém, nesta descrevemos a natureza potestativa do discurso e a suas potencialidades. A leitura da segunda parte será, pois, uma experiência completamente diferente, se não for acompanhada da primeira.

Se dêssemos a ler, a uma pessoa, um exemplar da segunda parte, e lhe perguntássemos, se tinha ficado a saber mais sobre a guerra russo-ucraniana, que nos diria? Talvez que sabia, agora, mais do que antes de ter lido.

Pois bem, se lhe dermos a ler, depois, a primeira parte, fazendo-lhe a mesma pergunta, dar-nos-íamos, por satisfeitos, se respondesse que havia posto estas evidências em questão.

É esse o objetivo desta dissertação. Questionar o certo, o evidente; não tomar nada, por garantido; mesmo numa guerra em que o certo e o errado nos parecem claros, há sempre espaço, para nos interrogarmos, para fazermos questões.

Depreendemos, nesse sentido, duas ordens de ideias: o conhecimento científico é contingente e temporário, limitado que está à nossa experiência histórico-temporal; e é um produto social, resultando do confronto das teorias de autores individuais, que, ao serem aceites, pelos seus pares, integram o discurso científico.

Quanto ao primeiro ponto, atenha-se ao facto de que o reconhecimento da incerteza do conhecimento científico não é uma apologia ao anticientificismo. A reflexão surgirá, justamente, do perpétuo questionamento suscitado, pela dúvida. Ao “duidarmos incessantemente daquilo que pensamos saber (...) continuamos sempre a aprender” (Rovelli, C. (2020). *Anaximandro de Mileto ou o Nascimento do Pensamento Científico*. Edições 70. Pág. 14). Trata-se de reconhecer que a totalidade é incognoscível e que não existem nem leis

férreas nem princípios imutáveis. Somos átomos de um todo social em mutação. Por isso, mesmo as mais férreas das leis não são mais do que princípios contingentes à nossa realidade histórica, geográfica e cultural. É a novidade e a inovação que caracterizam a vida social, não a certeza e a inamovibilidade. Questionar é querer saber mais, é desafiar a vigência da evidência, ciente que esta é uma resposta temporária a um problema. E se a resolução de um problema constitui um avanço científico, tal dependerá da formulação do próprio problema. Para haver lugar à resposta, é necessário *a priori* o raciocínio e a matutação em torno de uma questão pertinente.

Ora, indo de encontro ao segundo ponto, o questionamento é interior e individual. Neste sentido, “o pensamento de um país ou duma época, embora se possa considerar como obra colectiva, só se manifesta em todo o vigor nalguns indivíduos privilegiados” (Rivaud, A. (1940). *As Grandes Correntes do Pensamento Antigo*. Tradução de António Pinto de Carvalho. Arménio Amado Editor. Pág. 5)

Do confronto e do diálogo, das visões individuais de um dado mundo, se faz a ciência. Claro que estas visões estão peçadas de construções e cosmovisões sociais e de classe, efeitos da coletividade sobre o ser social que é o Homem. Mas a individualidade persiste na agência; em ciência, as abstrações subjetivas, que concebemos, originam do labor da mente e da imaginação individuais. E se a linguagem científica consubstancia uma prática discursiva coletiva, tal deve-se à reutilização constante dos mesmos conceitos e de uma mesma língua falada cientificamente. Sobre este ponto concluiremos que as formulações científicas são produções individuais da mente humana e que estas reproduções são descrições fiéis; “mas esta fidelidade não é a de um espelho” (Rivaud, A. (1940). *As Grandes Correntes do Pensamento Antigo*. Tradução de António Pinto de Carvalho. Arménio Amado Editor. Pág. 107).

Enfim, sobre a conexão entre a primeira e a segunda partes da dissertação, constataremos que da análise da materialidade – o texto propriamente dito – resulta a ligação entre o discurso e a narrativa. A formalidade – os elementos *praeter* textuais – denota o local e os destinatários do discurso. Permite contextualizá-lo, com o intuito de uma melhor apreensão dos seus significados. Descritos os textos na sua matéria e forma e feita a ligação entre eles e a primeira parte do trabalho, atesta-se a realização do objetivo proposto e dar-se-á por terminada esta dissertação.

Bibliografia

Aristóteles (2008). *Política*. Editora Vega.

Barkin, J.S. (2010). *Realist Constructivism: Rethinking International Relations Theory*. Cambridge University Press.

Bobrova, A., Khassai, Y., Filipchuk, L., Syrbu, O., Lomonosova, N. & Nazarenko, Y. (2022). *Nine Months of Full-Scale War in Ukraine: Thoughts, Feelings, Actions – Findings of the Fourth Wave of Research*. International Renaissance Foundation. 1-101. <https://cedos.org.ua/wp-content/uploads/layout.-9-month.-eng.pdf>

Bond, I. (2023). *Ukraine's Progress Towards NATO Membership: Going from Bucharest to Vilnius Without Moving?*. Center for European Reform Insight. 1-5. https://www.cer.eu/sites/default/files/insight_IB_Ukraine_nato_8.6.23.pdf

Braudel, F. (1993). *Grammaire Des Civilisations*. Flammarion.

Brown, C. & Ainley, K. (2012). *Compreender as Relações Internacionais*. 1ª ed.. Gradiva.

De Jong, M. (2023). *Uncovering Uncomfortable Truths: The Geopolitics of EU Gas Imports in the Aftermath of the Invasion of Ukraine*. Egmont Royal Institute for International Relations Policy Brief. 307. 1-5. https://www.egmontinstitute.be/app/uploads/2023/05/Moniek-de-Jong_Policy_Brief_307.pdf?type=pdf.

De Sá, T. M. (2015). *Política Externa Portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Doyle, M. W. (2012). *Liberal Peace: Selected Essays*. 1ª ed. Routledge.

Dunford, M. (2023). *Causes of the Crisis in Ukraine*. International Critical Thought – Routledge. 13. 1. 89-125. <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/21598282.2022.2163417?needAccess=true&role=button>.

Durkheim, E. (1995). *The Elementary Forms of Religious Life*. The Free Press.

Egorov, G. & Sonin, K. (2023). *Why Did Putin Invade Ukraine? A Theory of Degenerate Autocracy*. National Bureau of Economic Research Working Paper Series. 31187. 1-42. https://www.nber.org/system/files/working_papers/w31187/w31187.pdf.

Epifanova, A. (2023). *Tech Sanctions Against Russia – Turning the West’s Assumptions into Lessons*. DGAP – Germany Council on Foreign Relations Analysis. 3. 1-19. https://dgap.org/system/files/article_pdfs/DGAP_Analyse_2023_03_EN.pdf

Foucault, M. (2021). *A Arqueologia do Saber*. 1ª ed. Edições 70.

Fukuyama, F. (2012). *The Origins of Political Order: From Prehuman Times to the French Revolution*. Farrar Straus and Giroud

Gaddis, J. L. (2005). *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy During the Cold War*. Ed. rev. e expandida. Oxford University Press.

Gaspar, C. (2018). *Raymond Aron e a Guerra Fria*. Alêtheia Editores.

Genté, R. & Siohan, S. (2022). *Volodymyr Zelensky – Na Cabeça de um Herói*. 1ª ed. A Esfera dos Livros.

Gofas, A., Hamati-Ataya, I. & Onuf, N. (2018). *The Sage Handbook of the History, Philosophy and Sociology of International Relations*. Sage Publications.

Gould, H.D. (2017). *The Art of World-Making – Nicholas Greenwood Onuf and His Critics*. Routledge.

Gramsci, A. (1966). *Concepção Dialética da História*. Editôra Civilização Brasileira.

Grävingholt, J., Faust, J., Libman, A., Richter, S., Sasse, G. & Stewart, S. (2023). *Rebuilding Ukraine: What the International Community Now Needs to Consider*. IDOS – German Institute for Development and Sustainability Policy Brief. 4. 1-12. https://www.idos-research.de/uploads/media/PB_4.2023.pdf

Green, R.T. (2015). *Constructivism and Comparative Politics*. Routledge.

Guzzini, S. (2013). *Power, Realism and Constructivism*. Routledge.

Hart, B.H.L. (2012). *Why Don’t We Learn From History?*. Sophron Editor.

Hobbes, T. (2014). *Leviathan*. Wordsworth Classics of World Literature.

Holzschleiter, A. (2014). *Between Communicative Interaction and Structures of Signification: Discourse Theory and Analysis in International Relations*. *International Studies Perspectives*, 15, 142-162. <https://academic.oup.com/isp/article/15/2/142/1805830>

Hourani, A. (2021). *História dos Povos Árabes*. 1ª ed. Bookbuilders / Letras Errantes

Ikenberry, J. G. (2020). *A World Safe for Democracy: Liberal Internationalism and the Crises of Global Order*. Yale University Press.

Kaplan, R. (2012). *The Revenge of Geography*. Random House.

Kessler, O., Hall, R.B., Lynch, C. & Onuf, N. (2010). *On Rules, Politics and Knowledge – Friedrich Kratochwil, International Relations and Domestic Affairs*. Palgrave Macmillan.

Kissinger, H. A. (2007). *Diplomacia*. 3ª ed. Gradiva.

Kurnyshova, Y. (2023). *Analogical Reasoning: Historical Parallels and Metaphors in the 2022 War Narratives in Ukraine and Russia*. *Journal of Regional Security of Belgrade Center for Security Policy*. 6-3-2023. 5-13. <https://scindeks-clanci.ceon.rs/data/pdf/2217-995X/8888/2217-995X8800006K.pdf>

Le Bon, G. (2020). *A Psicologia das Multidões*. 1ª ed. Bookbuilders / Letras Errantes.

Lo, C. Y. P. L. (2023). “*Taiwan Flashpoint*” in the Indo-Pacific Region: “*Russian*” Lessons for Xi Jinping?. *Atlantisch Perspectief*. 2. 32-37. https://www.researchgate.net/profile/Catherine-Yuk-Ping-Lo/publication/360450737_'Taiwan_Flashpoint'_in_the_Indo-Pacific_Region_'Russian'_Lessons_for_Xi_Jinping/links/6276f8a72f9ccf58eb36fa57/Taiwan-Flashpoint-in-the-Indo-Pacific-Region-Russian-Lessons-for-Xi-Jinping.pdf

Locke, J. (2018). *Dois Tratados do Governo Civil*. Edições 70.

Lot, F. (2008). *O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média*. Ed. rev. Edições 70.

Machado, J.B. (2014). *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*. 21ª reimp. Edições Almedina.

Marques, J.D. (1994). *Introdução ao Estudo do Direito*. 2ª ed. Pedro Ferreira – Artes Gráficas.

McCourt, D.M. (2022). *The New Constructivism in International Relations Theory*. Bristol University Press.

Mendes, J.C. (1997). *Introdução ao Estudo do Direito*. Pedro Ferreira – Artes Gráficas.

Milhazes, J. (2022). *A Mais Breve História da Rússia – Dos Eslavos a Putin*. Publicações Dom Quixote.

Nye Jr., J. S. (2014). *Compreender as Relações Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. 3ª ed. Gradiva.

Pettman, R. (2000). *Commonsense Constructivism, Or, The Making of World Affairs*. M.E. Sharp.

Piketty, T. (2018). *Às Urnas, Cidadãos!*. 1ª ed. Marcador Editora.

Pizano, J. (2022). *How Zelensky Has Changed Ukraine*. Journal of Democracy. 33 (3). 5-13. <https://muse.jhu.edu/pub/1/article/860239/pdf>.

Placek, K. (2012). *The Democratic Peace Theory*. E-International Relations. <https://www.e-ir.info/2012/02/18/the-democratic-peace-theory/>. Pág.5.

Plochy, S. (2022). *A Porta da Europa: Uma História da Ucrânia*. 1ª ed. Ideias de Ler.

Polkinghorne, D.E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. SUNY Press.

Raik, K., Blockmans, S., Dandashly, A., Noutcheva, G., Osypchuk, A. & Suslov, A. (2023). *Tackling the Constraints on EU Foreign Policy towards Ukraine: From Strategic Denial to Geopolitical Awakening*. JRC Publications. 20. 1-51. <https://www.jointproject.eu/2023/04/06/tackling-the-constraints-on-eu-foreign-policy-towards-ukraine-from-strategic-denial-to-geopolitical-awakening/>

Reis, C. (2018). *Dicionário de Estudos Narrativos*. Edições Almedina.

Ricoeur, P. (2019). *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*. Reimp. da 1ª. ed. Edições 70.

Rivaud, A. (1940). *As Grandes Correntes do Pensamento Antigo*. Tradução de António Pinto de Carvalho. Arménio Amado Editor.

Rovelli, C. (2020). *Anaximandro de Mileto ou o Nascimento do Pensamento Científico*. Edições 70.

Rudenko, S. (2022). *Volodymyr Zelensky – Biografia*. 1ª ed. Casa das Letras.

Sacks, David. (2022). *What is China Learning From Russia's War in Ukraine? America and Taiwan Need to Grasp – and Influence – Chinese Views of the Conflict*. Foreign Affairs. 16-5-22. https://vietstudies.net/kinhte/WhatChinaLearnsUkraine_FA.pdf

Serrão, J., & De Macedo, J. (1974). *Breve Antologia Filosófica – I Volume: Introdução à Filosofia e Psicologia*. 12ª ed. Livraria Sá da Costa Editora.

Thomaz, L. F. F. R. (2022). *Ucrânia – As Lições da História e Outros Estudos do Oriente Cristão*. 1ª ed. Gradiva.

Urban, A. L. & McLeod, C. (2022). *Zelensky – O Herói Improvável*. 1ª ed. Ideias de Ler.

Van Hooft, P., Ellison, D. & Sweijts, T. (2023). *Pathways to Disaster – Russia's War against Ukraine and the Risks of Inadvertent Nuclear Escalation*. The Hague Center for Strategic Studies on Strategic Stability, Deterrence and Arm Control. 1-30. <https://hcss.nl/wp-content/uploads/2023/05/05-Pathways-to-Disaster-Russias-War-against-Ukraine-and-the-Risks.pdf>

Waltz, K. N. (2015). *Teoria das Relações Internacionais*. 3ª ed.. Gradiva.

Wang, G., & Wong, J. (2007). *Interpreting China's Development*. World Scientific Publishing Co.

Wendt, A. (1992). *Anarchy is What States Make of It: the Social Construction of Power Politics*. International Organization, 46(2), 391-425. <https://doi.org/10.1017/s0020818300027764>

Wendt, A. (2015). *Quantum Mind and Social Science*. Cambridge University Press.

Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge University Press.

Wittgenstein, L. (2021). *Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas*. 7ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian.

Y Gasset, J. O. (2016). *O que é a Filosofia?*. 2ª ed. de bolso. Cotovia

Zakaria, F. (1997). *The Rise of Illiberal Democracy*. *Foreign Affairs*, 76(6), 22.
<https://doi.org/10.2307/20048274>

Zamoyski, A. (2010). *História da Polónia*. Edições 70.

Zehfuss, M. (2004). *Constructivism in International Relations – The Politics of Reality*. Cambridge University Press.

Zelensky, V. (2022). *Uma Mensagem da Ucrânia*. 1ª ed. Vogais – Penguin Random House Grupo Editorial Portugal.

Webgrafia

<https://www.aa.com.tr/es/mundo/gobierno-ucraniano-asegura-que-frustr%C3%B3-un-intento-de-asesinato-contra-zelenski/2520976>

<https://www.aljazeera.com/news/2022/11/8/india-to-continue-buying-oil-from-russia-as-ties-deepen>

<https://www.aljazeera.com/gallery/2022/2/24/photos-protesters-rally-around-the-world-in-support-of-ukraine>

<https://www.aljazeera.com/news/2023/6/23/moscow-west-trying-to-create-kazakhstan-russia-wedge>

<https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-02-06/eu-shouldn-t-jeopardize-nord-stream-2-over-navalny-austria-says?leadSource=verify%20wall>

<https://cabar.asia/en/what-consequences-can-central-asian-countries-expect-from-russia-s-war-in-ukraine?pdf=51566>

<https://www.cbsnews.com/news/the-bottom-half-of-america-has-half-the-wealth-it-did-30-years-ago/>

<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/o-lexico-do-conflito-ucrania-russia/4816>

<https://www.consilium.europa.eu/media/22019/144205.pdf>

<https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/history-restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/>

<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/history-restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/>.

<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/sanctions-against-russia-explained/#sanctions>

<https://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?OpenAgent&DS=A/RES/ES-11/1&Lang=E>

<https://www.dailysabah.com/business/defense/turkish-made-drones-playing-huge-role-in-ukraine-says-senior-nato-official>

<https://digitallibrary.un.org/record/532676>

<https://edition.cnn.com/2023/05/18/china/china-central-asian-states-summit-xian-xi-jinping-intl-hnk/index.html>

<https://www.euronews.com/green/2022/11/08/billionaires-responsible-for-million-times-more-emissions-than-average-person-oxfam-report>

<https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20220304IPR24713/kyiv-is-under-siege-and-so-is-democracy-president-metsola-to-ukraine-speaker>

[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/690705/EPRS_BRI\(2021\)690705_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/690705/EPRS_BRI(2021)690705_EN.pdf)

<https://www.expresso.pt/economia/2019-09-21-Afinal-quem-manda-nos-media-em-Portugal>

https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/202212/t20221206_10985948.html

<https://www.forbes.com/sites/andyjsemotiuk/2022/02/28/looming-ukrainian-refugee-crisis-presents-challenge-not-seen-since-world-war-ii/?sh=48455904bd0e>

<https://www.france24.com/en/europe/20230316-%F0%9F%94%B4-live-very-important-to-quickly-provide-munitions-to-ukraine-says-germany-s-scholz>

<https://freedomhouse.org/explore-the-map?type=nit&year=2022>

https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_int_eliminacao_financiamento_terrorismo.pdf

<https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/rar67-2003.pdf>

<https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-politics/zelensky-assassination-us-warning-bill-burns-b2263095.html>

<https://www.nytimes.com/live/2023/03/16/world/russia-ukraine-news>

<https://observador.pt/2022/02/24/centenas-protestam-contr-a-invasao-em-frente-a-embaixada-russa-em-lisboa/>

<https://ourworldindata.org/democracy>

https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/DI-final-version-report.pdf?mkt_tok=NzUzLVJJUS00MzgAAAGKhN2ME5WPDGDxwAQaZ2cvt6m4XSFL2NxMXf4LIogAaNQ5CymhZOUNzIiRgQShhx82gl8NsUJQsEf0lzffNl30CvzSyl-ShYO3BrkzPGfZ5fKZJQ

<https://www.parliament.uk/business/commons/committee-corridor-podcast/committee-corridor-war-in-ukraine---the-threat-to-the-baltic-states/>

<https://www.president.gov.ua/ua/documents/constitution/konstituciya-ukrayini-rozdil-i>

<https://www.president.gov.ua/en/news/atakuyuchi-ukrayinu-rosiya-znishit-use-chogodosyagla-za-min-73657>

<https://www.president.gov.ua/en/news/ce-buv-ishe-odin-den-yakij-nablizhaye-nas-usihdo-peremogi-z-73717>

<https://www.president.gov.ua/en/news/dlya-nas-ce-vitchiznyana-vijna-i-mi-znayemochim-taki-vijni-73293>

<https://www.president.gov.ua/en/news/mi-boremosya-zaradi-vilnogo-majbutnogo-tarozvitku-nashoyi-k-7439>

<https://www.president.gov.ua/en/news/mi-nichogo-ne-viddamo-i-budemo-borotися-za-kozhen-metr-nash-73973>

<https://www.president.gov.ua/en/news/nasha-taktika-koli-suprotivnik-ne-znaye-chogovid-nas-chekat-73645>

<https://www.president.gov.ua/en/news/peremozhemo-zavdyaki-nashomu-vminyu-gurtuvatisya-ta-zavzhdi-73541>

<https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-u-riksdagu-shveciyi-73793>

<https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelenskogo-na-zasidan-73809>

<https://www.president.gov.ua/en/news/promova-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelenskogo-v-parlamen-73961>

<https://www.president.gov.ua/en/news/raketa-po-centralnij-ploshi-harkova-ce-terorizm-i-rosiya-may-73261>

<https://www.president.gov.ua/en/news/signali-z-peregovoriv-mozhna-nazvati-pozitivnimi-ale-voni-ne-73937>

<https://www.president.gov.ua/en/news/sogodni-dobrovolcyami-ye-vsi-hto-vidchuvaye-vilnij-poklik-do-73557>

<https://www.president.gov.ua/en/news/sogodni-kozhen-zdobuvaye-ukrayini-slavu-na-svoyemu-misci-zve-73501>

<https://www.president.gov.ua/en/news/stoyimo-micno-zvernennya-prezidenta-ukrayini-73241>

<https://www.president.gov.ua/en/news/strategiya-zahistu-dlya-kozhoi-civilizovanoyi-derzhavi-tis-74225>

<https://www.president.gov.ua/en/news/tizhden-ochikuyetsya-duzhe-nasichenij-tozhnikomu-ne-vdasty-73905>

<https://www.president.gov.ua/en/news/upevnenij-sho-vzhe-skoro-mi-zmozhemo-skazati-nashim-lyudyam-73365>

<https://www.president.gov.ua/en/news/vidpovidalnist-za-voyenni-zlochyni-dlya-rosijskih-vijskovih-73561>

<https://www.president.gov.ua/en/news/vistup-prezidenta-ukrayini-na-58-j-myunhenskij-konferenciyi-72997>

<https://www.president.gov.ua/en/news/vistup-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelenskogo-na-samiti-n-73785>

<https://www.president.gov.ua/en/news/zhenit-okupantiv-zhenit-cih-rabiv-zvernennya-prezidenta-volo-73713>

<https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-ukrayini-do-parlamentu-litvi-74285>

<https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-ukrayini-volodimira-zelenskogo-do-ucha-73801>

<https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-ukrayini-73137>

<https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-ukrayini-73165>

<https://www.president.gov.ua/en/news/zvernennya-prezidenta-volodimira-zelenskogo-do-ukrayinciv-i-73777>

<https://reliefweb.int/report/ukraine/ukraine-crisis-double-standards-has-europe-s-response-refugees-changed>

<https://sputniknews.lat/20220221/putin-se-dirige-a-la-nacion-rusa-1122006610.html>

<https://www.thetimes.co.uk/article/volodymyr-zelensky-russian-mercenaries-ordered-to-kill-ukraine-president-cvcksh79d>

<https://www.thetimes.co.uk/article/zelensky-survives-three-assassination-attempts-in-days-xnstdfdc>

<https://www.unocha.org/ukraine/humanitarian-situation-ukraine>

<https://www.washingtonpost.com/world/2022/03/02/zelensky-russia-ukraine-assassination-attempt-foiled/>

<https://www.whitehouse.gov/state-of-the-union-2023/>

https://www.youtube.com/watch?v=_KrKdj50mPk

<https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/254%D0%BA/96-%D0%B2%D1%80#Text>